

# PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO:

*estratégias para obtenção do poder de  
definir qual o patrimônio cultural  
da/na Universidade Federal de  
Pernambuco*

*por*

**Anselmo Mendonça Júnior,**  
*Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio  
Linha 02 – Museologia, patrimônio integral e desenvolvimento*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST), no âmbito do Acordo de Cooperação firmado entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

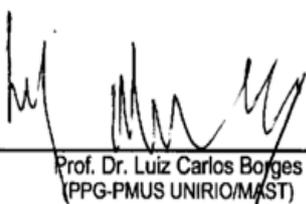
Orientador: Professor(a) Doutor(a) Luiz Carlos Borges

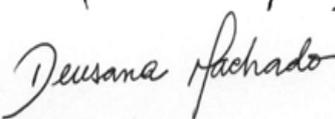
*UNIRIO/MAST - RJ, março de 2022.*

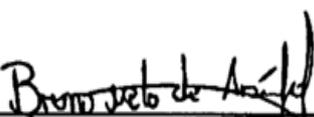
**FOLHA DE APROVAÇÃO****PATRIMÔNIO CULTURAL  
UNIVERSITÁRIO:*****Estratégias para obtenção do poder de definir qual  
o patrimônio cultural da/na Universidade Federal  
de Pernambuco***

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Ciências em Museologia e Patrimônio.

*Aprovada por*

Prof. Dr.   
Prof. Dr. Luiz Carlos Borges  
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof. Dr.   
Prof. Dr. Deusana Maria da Costa Machado  
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof. Dr.   
Prof. Dr. Bruno Meio de Araújo  
(UFPE)

**Rio de Janeiro, 2022**

M539 Mendonça Júnior, Anselmo  
Patrimônio cultural universitário: estratégias  
para obtenção do poder de definir qual o patrimônio  
cultural da/na Universidade Federal de Pernambuco /  
Anselmo Mendonça Júnior. -- Rio de Janeiro, 2022.  
105

Orientador: Luiz Carlos Borges.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em Museologia e Patrimônio, 2022.

1. patrimônio cultural universitário. 2.  
patrimonialização. 3. estratégia. 4. definição  
legítima. I. Borges, Luiz Carlos , orient. II.  
Título.

*A quatro mulheres muito especiais:*

*Minha avó Leonila (In Memoriam)*

*Minha mãe Socorro*

*Minha esposa Mércia*

*Minha filha Manuela*

## AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio irrestrito e por estar presente em todos os momentos.

Ao meu orientador, professor Luiz Borges, por ter contribuído de forma tão sábia e pertinente em todos os momentos do desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Deusana Maria da Costa Machado, Nilson Alves de Moraes, Ana Cláudia Rodrigues e Bruno Araújo, pelas valiosas contribuições nas bancas de qualificação e de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, pelos valiosos ensinamentos.

Aos professores Emanuela Ribeiro e Bruno Araújo, pela atuação, preocupação e presença nos diversos momentos da trajetória da turma do Minter, inclusive e sobretudo nos mais difíceis.

Aos amigos do Minter, pelo elo de solidariedade construído e por todas as experiências compartilhadas.

À Universidade Federal de Pernambuco, por permitir e fornecer as condições de realização do Minter.

Aos entrevistados, pelas importantes contribuições que permitiram o desenvolvimento da pesquisa.

À sociedade brasileira que, mesmo em sua maioria não tendo acesso a uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, foi a financiadora desse estudo.

## RESUMO

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo. **PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO: estratégias para obtenção do poder de definir qual o patrimônio cultural da/na Universidade Federal de Pernambuco.**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Borges. UNIRIO/MAST. 2022. Dissertação.

A Dissertação aborda o patrimônio cultural como objeto de disputas em que agentes traçam estratégias com o objetivo de obter, de forma legítima, o poder de definir os processos de patrimonialização, os critérios de seleção e, por conseguinte, os bens que serão considerados patrimônio. Adotando como referência empírica a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e considerando as ações Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE como estratégias de musealização e patrimonialização, a dissertação apresenta como objetivo geral “abordar a patrimonialização como construção sociopolítica no contexto das disputas pelo poder de definir legitimamente a representação oficial do patrimônio cultural no espaço social, adotando como referência empírica de análise a Rede de Museus e o Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da Universidade Federal de Pernambuco”; e como objetivos específicos “discutir a patrimonialização enquanto procedimento de atribuição de valor”; “analisar as ações Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE enquanto estratégias de luta pela definição legítima de Patrimonialização Cultural na Universidade Federal de Pernambuco”; e “analisar os critérios utilizados pelos agentes sociais que atuam na Rede de Museus e no Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE para definição de patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco”. Sob uma abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos adotados pautaram-se em revisão de literatura, em pesquisa documental e em entrevistas semiestruturadas. Apoiado em Bourdieu, Chauí, Choay, Foucault, Garcia Canclini, Gonçalves, Lima, Lourenço, Meneses, dentre outros, discuto o conceito de patrimônio cultural e seu desenvolvimento teórico-metodológico, a emergência dos novos patrimônios e o patrimônio cultural universitário; o patrimônio e a patrimonialização como objeto de disputas pela definição legítima das condições de produção e reprodução do patrimônio cultural; o movimento de reconhecimento e institucionalização do patrimônio cultural da UFPE e a utilização da Rede de Museus e do Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível como estratégias de definição do patrimônio da Universidade; e os critérios utilizados nessas ações para a definição do patrimônio. A título de conclusão, os resultados da pesquisa apontaram para o curso de Museologia como principal agente interessado nos processos de patrimonialização, inclusive e sobretudo definindo os critérios de seleção e, nesse contexto, se utilizou das ações Rede de Museus e do Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível como estratégias para obter, de forma legítima, o poder de definir o patrimônio a ser reconhecido institucionalmente como o patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural universitário; patrimonialização; estratégia, definição legítima.

## ABSTRACT

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo. **UNIVERSITY CULTURAL HERITAGE: strategies to obtain the power to define the cultural heritage of/in the Federal University of Pernambuco.**

Advisor: Luiz Carlos Borges. UNIRIO/MAST. 2016. Dissertation.

The Dissertation approaches cultural heritage as an object of disputes in which agents outline strategies in order to legitimately obtain the power to define the heritage processes, the selection criteria and, therefore, the goods that will be considered heritage. Adopting the Federal University of Pernambuco (UFPE) as an empirical reference and considering the actions of the UFPE Network of Museums and Tangible Artistic-Cultural Heritage Inventory as musealization and patrimonialization strategies, the dissertation has as its general objective "to approach patrimonialization as a sociopolitical construction in the context of disputes for the power to legitimately define the official representation of cultural heritage in the social space, adopting as an empirical reference for analysis the Network of Museums and the Inventory of Tangible Artistic-Cultural Heritage of the Federal University of Pernambuco"; and as specific objectives "to discuss patrimonialization as a procedure for assigning value"; "to analyze the actions of the Museum Network and Inventory of Tangible Artistic-Cultural Heritage at UFPE as strategies to fight for the legitimate definition of Cultural Heritage at the Federal University of Pernambuco"; and "to analyze the criteria used by the social agents that work in the Network of Museums and in the Inventory of Tangible Artistic-Cultural Heritage of UFPE to define the cultural heritage of the Federal University of Pernambuco". Under a qualitative approach, the methodological procedures adopted were based on a literature review, documental research and semi-structured interviews. Supported by Bourdieu, Chauí, Choay, Foucault, Garcia Canclini, Gonçalves, Lima, Lourenço, Meneses, among others, I discuss the concept of cultural heritage and its theoretical-methodological development, the emergence of new patrimonies and the university cultural heritage; heritage and patrimonialization as an object of disputes for the legitimate definition of the conditions of production and reproduction of cultural heritage; the movement to recognize and institutionalize UFPE's cultural heritage and the use of the Museum Network and the Tangible Artistic-Cultural Heritage Inventory as strategies for defining the University's heritage; and the criteria used in these actions to define equity. As a conclusion, the research results pointed to the Museology course as the main agent interested in the patrimonialization processes, including and above all defining the selection criteria and, in this context, the actions of the Museum Network and the Inventory of Tangible Artistic-Cultural Heritage, were used as strategies to legitimately obtain the power to define the heritage to be institutionally recognized as the cultural heritage of the Federal University of Pernambuco.

**Keywords:** university cultural heritage; patrimonialization; strategy, legitimate definition.

## SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**CCEPE** – Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco

**CCJ** – Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco

**DEC** – Diretoria de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco

**FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz

**ICOM** - Conselho Internacional de Museus

**ICOM-BR** - Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus

**ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Pernambuco

**PEI** – Planejamento Estratégico Institucional da Universidade Federal de Pernambuco

**PROEXC** – Pró-Reitoria de Extensão e Cultural da Universidade Federal de Pernambuco

**REMAM** – Rede de Museus e Acervos Museológicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UMAC** – Comitê Internacional para Museus e Coleções Universitárias

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UR** – Universidade do Recife

**USP** – Universidade de São Paulo

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

	Pág.
Quadro 01	
Indivíduos entrevistados, breve perfil acadêmico/profissional e suas relações com as ações objeto da pesquisa	7

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		Pág.
Figura 01	Faculdade de Direito do Recife	47
Figura 02	Antiga Escola de Engenharia de Pernambuco. Atual Memorial da Engenharia de Pernambuco.	48
Figura 03	Antiga Faculdade de Medicina do Recife. Atual Memorial da Medicina de Pernambuco	48
Figura 04	Antiga Escola de Música de Pernambuco. Atual Centro Cultural Benfica	50
Figura 05	Distribuição dos campi da UFPE no estado de Pernambuco	51

# SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap. 1 O PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO E AS DISPUTAS PELO PODER DE DEFINI-LO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS	10
1.1 – Patrimônio: objeto de disputas	12
1.2 – Patrimonialização: disputas pela definição legítima das condições de produção e reprodução do patrimônio	15
1.3 – Novos patrimônios: o patrimônio cultural universitário	20
1.4 – Ações de produção e reprodução do patrimônio cultural universitário: museus universitários, rede de museus e inventário	27
1.5 – Estratégias: ações voltadas para a obtenção de poder	38
1.6 – Definição legítima: o poder de definir com autoridade	42
Cap. 2 SITUANDO O CAMPO EMPÍRICO: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL	45
2.1 – A Universidade Federal de Pernambuco e seu patrimônio cultural: uma relação de coexistência	46
2.2 – A Universidade Federal de Pernambuco e o caminho traçado na direção do reconhecimento e institucionalização de seu patrimônio cultural e das instituições museológicas	52
2.3 – O movimento de institucionalização do patrimônio cultural universitário e dos museus universitários: o inventário do patrimônio cultural tangível e a rede de museus da UFPE	58
Cap. 3 REDE DE MUSEUS E INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO-CULTURAL TANGÍVEL DA UFPE COMO ESTRATÉGIAS PARA DEFINIÇÃO DO PATRIMÔNIO	61
3.1 – “a defesa maior, o nosso debate maior, é a defesa do patrimônio cultural no âmbito da universidade, que em muitos casos é relegado”: um patrimônio que precisa ser conhecido para poder ser reconhecido	62
3.2 – “a gente precisa primeiro ter conhecimento do que a gente tem para, a partir daí, a gente tratar”: o inventário e a rede de museus como tentativas de se fazer conhecer e reconhecer o patrimônio cultural da UFPE	65
3.3 – “eu acho que uns dos grandes incentivadores foram os professores do curso de Museologia”: o curso de Museologia como o principal interessado na obtenção do poder de definição do patrimônio da UFPE	73
3.4 – “discutir o patrimônio é discutir e afirmar valores atribuídos”: os valores utilizados como critérios para definição do patrimônio da UFPE	79

CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86

# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

As universidades, no desenvolvimento do seu papel de produção e reprodução do conhecimento, são caracterizadas por práticas culturais específicas que as distinguem de outras instituições. Essas práticas, bem como os suportes necessários para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, adquirem, através de processos de legitimação, outros valores, simbólicos que os tornam representativos desse universo social específico que são as universidades. São essas práticas, processos, suportes que, a partir de processos de seleção, irão formar um patrimônio cultural também específico, o patrimônio universitário, que irá se caracterizar como sendo a representação simbólica dessas expressões culturais.

O patrimônio cultural universitário tem ocupado cada vez mais espaço nas discussões sobre o patrimônio, porém, por ser ainda uma categoria, por assim dizer, recente, ainda carece de uma maior atenção por parte das instituições estatais responsáveis pelas questões relacionadas ao patrimônio cultural.

Lira chama a atenção para a ausência de políticas voltadas para o patrimônio universitário. Segundo o autor, “é interessante observar como esse universo material e imaterial que constitui a universidade está quase sempre ausente das práticas de salvaguarda” (LIRA, 2012, p. 24), em que “pouco ainda se avançou no reconhecimento, tombamento, ou registro dos legados e contributos culturais das universidades nas esferas oficiais de preservação do patrimônio” (LIRA, 2012, p. 25).

A carência de atenção para com o patrimônio universitário também é sentida no âmbito das próprias universidades. Lourenço (2009, p. 47) chama a atenção para o fato de que “90% do patrimônio da ciência encontra-se em instituições que não possuem nem vocação, nem missão, nem orçamento, nem pessoal qualificado, nem, muitas vezes, sensibilidade para a sua preservação e divulgação”.

Nesse contexto de ausência de políticas públicas voltadas para o patrimônio universitário, acredito que as universidades, enquanto instituições detentoras de autonomia administrativa e financeira, não podem se furtar da responsabilidade para com a preservação de seu patrimônio cultural, devendo assim formular políticas, desenvolver estratégias e pôr em prática ações institucionais para esse fim.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), assim como outras tantas instituições de ensino superior do Brasil, abriga memórias “sob forma de objetos, que se organizam em coleções e, depois, em acervos. Quando constituídos, eles se transformam em memórias e patrimônios comuns à instituição” (MOTTA, 2011, p. 110). O autor defende que uma política de estímulo à memória e ao patrimônio deve ser prioridade da instituição

É próprio das dinâmicas científicas, numa instituição como a UFPE, que certos objetos percam, com o tempo, seu valor de uso<sup>1</sup>. Todavia, eles podem conservar sua importância e valor simbólico. Quando musealizados, esses objetos são continuamente transformados, recebendo novas funções e significados, sem que percam necessariamente suas atribuições de origem.

[...]

esses objetos também possuem biografias sociais ou narrativas que revelam suas trajetórias, usos e sentidos sociais a eles atribuídos. Deste modo, justifica-se a necessidade de preservação e conservação desses objetos quando submetidos ao processo de musealização e, por extensão, de patrimonialização (MOTTA, 2011, p. 110, 111).

No que se refere mais especificamente à UFPE, nossa referência empírica, os últimos anos têm sido desafiadores no intuito de se conseguir uma política institucional que reconheça e institucionalize o patrimônio cultural da universidade bem como seus espaços destinados à preservação desse patrimônio.

Quando, em 2003, o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2003-2013) da UFPE determinou, como tópico estratégico da extensão universitária, “desenvolver e preservar o patrimônio científico e cultural da instituição” (UFPE, 2003), faz-se pela primeira vez referência ao patrimônio cultural da UFPE em um documento oficial da instituição, deixando claro que já havia no interior da universidade preocupações e discussões a respeito da temática patrimonial.

Desde então, diversas frentes de atuação foram identificadas na UFPE com o intuito de preservar o patrimônio cultural da instituição. A criação de novos espaços que se somaram aos já existentes, projetos de pesquisa e extensão, eventos científicos, cursos de graduação e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, dentre outros, iluminaram e fizeram com que a comunidade universitária passasse a ter ciência da existência de um patrimônio cultural universitário.

Ao lançar luz sobre o problema, os agentes mais diretamente envolvidos com a questão do patrimônio (gestores de museus, pesquisadores, docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, dentre outros) passam, necessariamente, a reivindicar da gestão da universidade uma política institucional que reconheça a existência do patrimônio e a existência de instituições no interior da universidade que têm por missão a preservação desse patrimônio.

Nesse contexto, o ano de 2018 foi significativo em virtude da aprovação, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade (CEPE), da Resolução Nº 10/2018, que

---

<sup>1</sup> Borges e Campos (2012, p. 117, 118) chamam a atenção para o fato de que, a partir da afirmativa de Pomian (1984) de que os objetos, ao entrarem numa coleção ou num museu, perdem o seu valor de uso, passando a ter, apenas, valor simbólico, se construiu uma rede de paráfrases bastante disseminada. Essa afirmativa resulta, segundo os autores, de uma confusão entre valor de uso, propriamente dito, e a utilidade ou funcionalidade de um objeto, isto é, a razão primeira que levou à sua produção. Afastando essa confusão, os autores afirmam ser possível inferir que o objetivo, ao ser patrimonializado e musealizado, não perde seu valor de uso, embora, possa sofrer alterações em seu valor de troca e em sua funcionalidade.

disciplina o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. Este documento determina que deverá ser institucionalmente criada a Rede de Museus da UFPE, um órgão colegiado composto pelas instituições museais devidamente registradas pela Universidade com o objetivo de apoiar as atividades acadêmicas realizadas por essas instituições (museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte) (UFPE, 2018).

Paralelamente à iniciativa da criação da Rede de Museus, tem-se desenvolvido na UFPE o programa de extensão universitária “Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE”, cujo objetivo é “articular uma rede de proteção institucional para o patrimônio cultural de natureza material da UFPE, por meio da realização de inventários do seu patrimônio não musealizado e da socialização desse patrimônio com a própria comunidade universitária e com o público em geral” (NUNES, 2017, p.17).

Tais ações certamente têm papéis fundamentais no trabalho de conhecimento, reconhecimento e preservação do patrimônio da universidade. No entanto, chamo a atenção para o impacto que o estabelecimento dessas ações têm sobre o processo de patrimonialização dos bens culturais da Universidade, uma vez que o patrimônio cultural é entendido, segundo Pereiro, como um:

conjunto de bens culturais, fruto de um processo de construção social, isto é, segundo as épocas e os grupos sociais dominantes, valorizam-se, legitimam-se e conservam-se uns bens patrimoniais e não outros. Em cada época, e pela influência de certos grupos, criam-se critérios de seleção do valor do patrimônio cultural (PEREIRO, 2006, p. 23).

Assim, no âmbito da UFPE, o estabelecimento das ações Rede de Museus e o Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível de certa forma nos permitem analisá-las como estratégias traçadas por agentes mais diretamente envolvidos com a questão do patrimônio, no sentido de legitimamente definir, a partir de critérios específicos, aquilo que será e o que não será considerado, dentre o conjunto do que constitui o patrimônio cultural da universidade, o que deverá ser musealizado/patrimonializado.

Desse modo, a questão principal dessa dissertação pode ser sintetizada na seguinte pergunta: considerando as ações Rede de Museus e o Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE, quais foram as estratégias desenvolvidas pelos agentes envolvidos com o objetivo de se conseguir o poder da definição legítima daquilo que seja e do que venha a ser o patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco?

Diante da questão central, a pesquisa apresentou como objetivo geral “Abordar a patrimonialização como construção sociopolítica no contexto das disputas pelo poder de definir legitimamente a representação oficial do patrimônio cultural no espaço social, adotando como referência empírica de análise a Rede de Museus e o Inventário do

Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da Universidade Federal de Pernambuco”; e como objetivos específicos:

- Discutir a patrimonialização enquanto procedimento de atribuição de valor..
- Analisar as ações Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE enquanto estratégias de luta pela definição legítima de Patrimonialização Cultural na Universidade Federal de Pernambuco.
- Analisar os critérios utilizados pelos agentes sociais que atuam na Rede de Museus e no Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE para definição de patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco.

A escolha dessa temática e a opção pela construção desse objeto de pesquisa não se dão por acaso, mas muito, e sobretudo, em virtude de minha trajetória acadêmica e profissional, em que me aproximei das questões relativas ao patrimônio cultural.

Quando da realização do curso de mestrado em Gestão Pública (UFPE), em que busquei responder se o Campus do Agreste da UFPE, situado no município de Caruaru – PE, dialogava, através de ações de extensão universitária, com a comunidade local acerca da preservação de seu patrimônio, concluí que não só a Universidade não dialogava com essa comunidade no que se referia à preservação de seu patrimônio, como percebi que ela própria era detentora de um vasto patrimônio cultural e que não dispunha de políticas institucionais no sentido de reconhecê-lo e preservá-lo.

Dessa forma, dei sequência a essa trajetória através do doutoramento em Políticas Públicas (UFMA), em que analisei o processo de formulação de uma política voltada para a institucionalização do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco, do qual resultou na aprovação de Resolução no Conselho Universitário com o objetivo de “disciplinar o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE” (UFPE, 2018).

Além da trajetória acadêmica, minha trajetória profissional também me aproxima sobremaneira do objeto de pesquisa. Como servidor público vinculado à UFPE e lotado na Pró-reitoria de Extensão e Cultura, mais precisamente na Diretoria de Cultura, exerço minhas atividades no Memorial da Medicina de Pernambuco, espaço voltado para atividades de preservação e promoção do patrimônio cultural da Universidade. Essa minha atuação profissional ao mesmo tempo me exige e me possibilita o contato cotidiano com as questões relativas ao patrimônio universitário.

A partir de 2019 assumi a função de coordenador da Rede de Museus da UFPE, o que resultou numa atuação ainda mais próxima e mais direta nas discussões e na elaboração de atividades relacionadas ao patrimônio cultural da universidade, experiência

que despertou ainda mais o meu interesse em pesquisar acerca das ações referentes à patrimonialização relacionadas com a Museologia enquanto campo disciplinar.

O envolvimento acadêmico e profissional com a temática aliado à atuação no campo empírico, por um lado facilita o acesso aos dados, uma vez que possibilita, de certa forma, encurtar os caminhos a documentos, agentes etc; por outro, estreita as relações com o objeto da pesquisa, fato que exige do pesquisador uma constante vigilância para “não cair na armadilha do objeto pré-construído, [tarefa que] não é fácil, na medida em que se trata, por definição, de um objeto que me interessa, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro desse ‘interesse’” (BOURDIEU, 2011, p. 28).

Assim, busquei entender como se deu a atuação de agentes sociais nas ações “Rede de Museus e Inventário do Patrimônio-Artístico-Cultural da UFPE” enquanto estratégias para se conseguir as condições legítimas da patrimonialização cultural da UFPE, ou seja, o poder de definir legitimamente a representação oficial do patrimônio cultural nesse espaço social, contribuindo sobretudo para que possamos entender como se forjam esses patrimônios na UFPE.

Quanto à metodologia, a pesquisa desenvolveu-se sob abordagem qualitativa e adotou como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Tais procedimentos foram assim explorados em função de cada objetivo específico:

- No que se refere à discussão sobre patrimonialização enquanto construção social e objeto de lutas pelo monopólio da definição legítima de patrimônio cultural.

Procedimentos Metodológicos: Revisão da literatura sobre patrimônio cultural e sobre patrimonialização a fim de entender esses fenômenos enquanto instrumentos de poder e, assim, objetos de lutas.

- No que se refere à análise das ações Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE enquanto estratégias de luta pelo monopólio das condições legítimas da Patrimonialização Cultural na Universidade Federal de Pernambuco.

Procedimentos Metodológicos: Revisão da literatura e entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos nas ações institucionais.

- No que se refere à identificação dos critérios utilizados para definição de patrimônio cultural pelos agentes sociais que compõem a Rede de Museus e o Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da Universidade Federal de Pernambuco.

Procedimentos Metodológicos: entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos nas ações institucionais.

Quanto aos agentes a serem entrevistados, inicialmente foram levantados 09 (nove) indivíduos que, em nosso entendimento, guardam alguma relação com o objeto da pesquisa. Dos 09 (nove), 01 (uma) se recusou a participar e 01 (uma), mesmo após várias tentativas, não foi possível o contato necessário para o agendamento da entrevista. Assim, as entrevistas foram realizadas com um total de 07 (sete) indivíduos, todos servidores da UFPE, distribuídos entre docentes do curso de Museologia e da Faculdade de Direito do Recife, gestores da diretoria de cultura da gestão atual e da anterior, e 01 (uma) servidora da diretoria de cultura que atuou diretamente no programa do Inventário.

Esses indivíduos foram escolhidos para serem entrevistados em virtude de estarem diretamente envolvidos com as ações objeto deste trabalho. Ou seja, os entrevistados ora atuaram no processo de criação e institucionalização da rede de museus, ora atuaram no programa do Inventário do patrimônio artístico-cultural tangível da UFPE. Há, também, alguns indivíduos que atuaram diretamente nas duas ações. Assim, a realização dessas entrevistas se mostrou imprescindível para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Os entrevistados e seus respectivos perfis acadêmicos/profissionais estão descritos no quadro a seguir, onde estão demonstradas as respectivas relações desses agentes com as ações objeto da pesquisa:

Quadro 1: Indivíduos entrevistados, breve perfil acadêmico/profissional e suas relações com as ações objeto da pesquisa

INDIVÍDUOS	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO COM A PESQUISA
1	Graduação em Comunicação Social Jornalismo com Doutorado em Letras pela UFPE, é Pesquisador e Professor (Associado I) da UFPE, no Departamento de Artes, com investigações nas áreas de Dramaturgia, de História do Teatro e de Pedagogia do Teatro.	Foi Diretor de Cultura da UFPE quando da aprovação do projeto e da institucionalização da Rede de Museus
2	Bacharel em História pela Universidade Federal do Maranhão e em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, e Doutora em História pela UFPE. Professora Associada do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco desde 2009. Membro permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e do Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal de Pernambuco. Atua na área de Museologia, Patrimônio Cultural de C&T, Gestão Pública de Museus e do Patrimônio Cultural, Metodologia Científica.	Foi Presidente da Comissão responsável por elaborar e submeter uma proposta de resolução acerca da gestão dos museus, acervos, galerias de artes e coleções científicas da UFPE, que institucionalizou a Rede de Museus. Foi Membro da Equipe de execução do projeto Inventário e organizadora do primeiro catálogo deste projeto.
3	Licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Doutor em	Foi Membro da Equipe de execução do projeto

	Museologia e Patrimônio pela UNIRIO/MAST. Professor do Curso de Bacharelado em Museologia da UFPE. Atua com os temas: Museus e Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia, Patrimônio Universitário, Cultura Material.	Inventário e organizador do primeiro catálogo deste projeto.
4	Graduação em Licenciatura em Artes Visuais pela UFPE e Especialista em Arte/Educação pela Universidade Católica de Pernambuco. Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Atua no acompanhamento dos projetos de Extensão e Cultura da UFPE.	Foi organizadora do segundo catálogo do projeto Inventário.
5	Bacharel em Direito pela UFPE e pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em História pela UFPE, em Teologia pela UNICAP; e Doutor em Direito pela UFPE. Professor Adjunto da Faculdade de Direito do Recife/UFPE (Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado). É pesquisador pós-doutoral na Università degli Studi Roma Tre, na Itália. Coordena, desde 2016, o Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife. Integra a Comissão para Conservação e Restauro das Igrejas da Arquidiocese de Olinda e Recife.	Foi organizador do segundo catálogo do projeto Inventário.
6	Possui doutorado (2014) e mestrado (2011) em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos na linha de pesquisa Linguagem e Discurso. Graduado em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (2008). É professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco.	Diretor de Cultura da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROExC) da UFPE.
7	Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2019), Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2015), Especialização em Cultura Pernambucana pela Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE (2011) e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2005). Atua como Bibliotecária-documentalista na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.	Coordenadora de Valorização do Patrimônio Artístico-Cultural da UFPE.

Quanto à estrutura do trabalho, além dessa Introdução, esta dissertação está estruturada em mais três capítulos.

No capítulo 1 – o patrimônio cultural universitário e as disputas pelo poder de defini-lo: contribuições teóricas, foram abordados o patrimônio cultural enquanto elemento componente de sistemas simbólicos, sendo os processos de patrimonialização objeto de disputas entre diferentes agentes de determinado grupo social que vislumbram o poder simbólico de definir de forma legítima os bens que irão constituir o Patrimônio. Nesse sentido, discutimos a partir de diferentes autores como Bourdieu (1983; 2011;

2015), Chauí (2000; 2001), Choay (2017), Foucault (2017), Garcia Canclini (2013), Gonçalves (2009; 2015), Lima (2008; 2012; 2015; 2016; 2017), Lourenço (2009), Meneses (1999), dentre outros que contribuíram para a construção do raciocínio deste trabalho, pautado nas análises acerca do patrimônio cultural, destacando a patrimonialização como processo permeado por disputas pelo poder simbólico de determinar qual será o patrimônio; da evolução da definição de patrimônio e a emergência de novos patrimônios, dentre estes o patrimônio universitário; assim como as ações voltadas para o patrimônio enquanto estratégias de definição do patrimônio da UFPE.

No capítulo 2 procurei descrever o campo empírico em que se desenvolveu a pesquisa, a Universidade Federal de Pernambuco enquanto espaço social com características e dinâmica próprias. Nesse contexto, busquei, principalmente a partir de pesquisa documental, situar o desenvolvimento das questões relativas ao patrimônio cultural no interior da UFPE, mostrando sua evolução e as disputas que foram travadas e que possibilitaram o desenvolvimento das ações objeto deste trabalho.

No terceiro e último capítulo, busquei compreender como as ações Programa Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível e a Rede de Museus da UFPE funcionaram como estratégias de patrimonialização, ou seja, como alguns agentes utilizam tais ações para ter o poder de definir quais bens serão elencados como patrimônio cultural da Universidade. Assim, analisei as entrevistas realizadas com intuito de compreendermos quais agentes tinham atuaram com o interesse de definir o patrimônio da UFPE e quais os critérios que foram utilizados para essa definição.

## **CAPÍTULO 1**

# **O PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO E AS DISPUTAS PELO PODER DE DEFINI-LO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS**

## 1. O PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO E AS DISPUTAS PELO PODER DE DEFINI-LO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Ao longo da história da humanidade, os mais diversos grupos sociais produziram e produzem símbolos. Os símbolos são, antes de tudo, uma forma específica de relação dos humanos com o mundo e, nessa relação, os grupos sociais organizam sistemas simbólicos. Bourdieu (2011, p. 6) afirma que os símbolos “tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”.

Ulpiano Meneses (1999, p. 90) argumenta que a ideia de cultura está situada no “universo do sentido”. Explica que o comportamento humano apresenta traços fundamentais que o diferencia dos demais seres vivos. Traços esses que têm, segundo o autor, uma característica elementar

não são escolhas aleatórias e mecânicas, pois dependem das significações que lhes atribuímos e dos juízos com que as hierarquizamos. Assim, não caracteriza o comportamento humano uma articulação automática entre necessidade e resposta, já que estará sempre presente uma mediação simbólica. É esta mediação que pode ser considerada a instância da cultura (MENESES, p. 90, 91)

Assim, ainda segundo Meneses, o domínio da cultura diz respeito

à produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descarte de sentidos, significações. Por consequência, diz respeito, igualmente, aos *valores*. Por certo, não estamos falando de sentidos e de valores abstratos, em si, mas de sua inserção num circuito de vida social. Dessa forma, a cultura engloba tanto aspectos materiais como não-materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana: tais sentidos, ao invés de meras elucubrações mentais, são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não-materiais, procuramos produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando. Vê-se, pois que, antes que um refinamento ou sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade (MENESES, 1999, p. 89).

Daí que abordar o patrimônio cultural como parte integrante de sistemas simbólicos nos permite compreendê-lo como elemento constitutivo da formação, conformação e transformação de identidades. É nesse contexto, então, que este trabalho aborda o patrimônio cultural.

### 1.1. Patrimônio: objeto de disputas

Quando falamos de patrimônio cultural estamos necessariamente falando de atribuição de valores. Dessa maneira, temos que a constituição de patrimônios se configuram como processos eminentemente políticos. Sobre essa questão, Meneses explica que:

os valores culturais não são espontâneos, não se impõem por si próprios. Não nascem com o indivíduo, não são produtos da natureza. Decorrem da ação social. As seleções feitas pelos indivíduos e grupos, para serem socializadas e se transformarem em padrões, necessitam de mecanismos de identificação, enculturação, aceitação. [...] Tal perspectiva ressalta, de imediato, o *caráter político* do universo cultural. Declaram-se valores e propõem-se sentidos que podem entrar em conflito com outros valores e sentidos. O campo cultural, portanto, imbrica-se no do poder. Assim, o conflito deve ser considerado não apenas como ingrediente normal da cultura, mas ainda como instância geradora, força motriz (MENESES, 1999, p. 92).

Assim, abordar o patrimônio cultural como sistema simbólico significa entendê-lo como objeto de disputas entre diferentes agentes que atuam nos mais variados grupos e espaços sociais. Isso porque os sistemas simbólicos são parte constitutiva do convívio social. Lima (2008) define da seguinte maneira os sistemas simbólicos:

A criação de determinações gerais para o comportamento, definidas pela Humanidade ao longo da sua trajetória existencial, consiste na organização de conjuntos de regras que atuam como princípios orientadores para o pensamento e a ação da sua vivência/experiência. Envolvem a produção de conhecimentos e de técnicas e, ainda, estabelecem sistemas comuns aos grupos da sociedade. Estes sistemas, correspondentes às diferentes áreas de significação da realidade, firmam-se como modalidades de relações estabelecidas, os denominados domínios sociais do real, igualmente reconhecidos como sistemas simbólicos (LIMA, 2008, p. 33).

Ao passo que “consiste na organização de conjuntos de regras que atuam como princípios orientadores para o pensamento e a ação da sua vivência/experiência; e [...] que estabelecem sistemas comuns aos grupos da sociedade” (LIMA, 2008, p. 33), os sistemas simbólicos se configuram também como instrumentos de poder e, conseqüentemente, são objetos de disputas. No caso do patrimônio cultural, disputas pela legitimidade de definir, de determinar quais bens serão dignos de patrimonialização, quais os critérios de seleção, quais os valores a serem considerados, dentre outras questões.

Segundo Bourdieu (2011), os sistemas simbólicos, ao mesmo tempo que funcionam como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, cumprem também uma função política: ao passo que determinado grupo

dominante consegue impor seus símbolos como hegemônicos, estes passam a funcionar como “instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam” (BOURDIEU, 2011, p. 7, 8).

Os sistemas simbólicos podem configurar-se, assim, tanto em instrumentos de legitimação e produção de distinções sociais, como de dominação e de reprodução dessas distinções. Bourdieu (2011, p.7) argumenta que “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”. Como afirma Garcia Canclini (2013, p. 195), “as desigualdades na formação e apropriação do patrimônio cultural exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos”.

Garcia Canclini (2013, p. 194) chama a atenção para o fato de que podemos verificar que “os bens reunidos na história de cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem”. O patrimônio pode, então, se configurar como instrumentos de poder e, conseqüentemente, são objetos de disputas entre os agentes que compõem determinado grupo social, no intuito de conquistarem o monopólio da definição das condições de produção e reprodução do patrimônio e das mensagens que ele transmite.

Segundo José Reginaldo Gonçalves, a constituição de patrimônios pode ser verificada em todo e qualquer grupo social, nos mais diversos tempos e espaços. O autor chama a atenção para o fato de que “todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento<sup>2</sup> de objetos materiais, cujo efeito é **demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’**” (GONÇALVES, 2009, p. 22, grifo nosso). Assim, ao discutir o patrimônio enquanto uma categoria de pensamento “extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana”, o autor argumenta que, para além do objetivo comunicacional, os seres humanos fazem uso de seus símbolos sobretudo para agir: “o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir”. [...] Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2009, p. 27).

---

<sup>2</sup> Segundo Gonçalves (2009, p.22), a categoria “colecionamento” traduz, de certa forma, o processo de formação de patrimônios.

A palavra Patrimônio, em sua origem, designava uma categoria jurídico-administrativa estabelecida pelo direito romano que dizia respeito à propriedade de bens e à sua transmissão, estando sujeita, portanto, “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2017, p. 11). Etimologicamente, vem do vocábulo latino *patrimonius*, em sua forma acusativa *patrimonium*, composta por **pater** (pai) e **monius** (sufixo formador de substantivos abstratos, indicando estado, função ou qualidade de algo). Histórica e sociologicamente, “*Pater* é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe” (CHAUÍ, 2000, p. 15). Na sociedade romana, o pai é tradicional e juridicamente o proprietário (o senhor absoluto) da família, termo que, nessa sociedade, abrange, no mesmo estatuto jurídico, pessoas e bens acumulados. Lima (2012), ao comentar sobre as diferentes funções atribuídas ao termo patrimônio quando de sua origem, explica que:

o *pater familias* detinha o status social de ‘senhor do patrimônio’ e exercia na vida romana, como chefe de família, dono da casa (do *domus*), o papel de mantenedor das tradições. [...] Cabia, quando da sua morte, que o herdeiro assumisse as mesmas prerrogativas sociais e religiosas que imperavam, revelando o exercício do poder simbólico.

[...]

O aspecto da ideia da manutenção permite considerar que ao instrumento regulador da sucessão/herança associou-se o instituto da Preservação – permanência, terminando por solidificar-se em outro tempo da história do Patrimônio, a ser explicitado mais adiante. E o significado de ‘sucessão’, emprestado ao termo Patrimônio, persiste no tempo presente mantendo-se a imagem fixada no conceito de algo transmitido por direito de herança (LIMA, 2012, p. 33, 34).

No trecho acima, a autora faz referência ao exercício do poder simbólico, que é definido por Pierre Bourdieu como sendo:

O poder de constituir o dado pela anunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «*illocutionary force*» mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 2011, p. 11 - grifos os do autor).

Segundo Bourdieu (2011), o patrimônio pode ser configurado como “capital simbólico”, e pode ser entendido também, como bem aponta Marilena Chauí, como

“posse e propriedade daqueles que detém o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permita dominar um meio social” (CHAUÍ, 2000, p. 13). Ou seja, as questões relacionadas ao patrimônio estão envoltas em disputas por poder, mostrando assim a face política que envolve os processos de patrimonialização.

## **1.2. Patrimonialização: disputas pela definição legítima das condições de produção e reprodução do patrimônio**

É a partir de meados do século XVIII que os estados nacionais passam a utilizar a ideia de que uma herança cultural exerce influência na construção de uma identidade coletiva, e com isso os estados passam assim a institucionalizar os processos de formação do patrimônio. Nesse sentido, aquela concepção de patrimônio circunscrita à esfera privada sofre uma profunda mudança com o advento da Revolução Francesa (1789) e dos processos de formação dos Estados-nação. De acordo com Dominique Poulot (2009, p. 12), “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”, e é na França em revolução que o patrimônio ganha novos significados, uma vez que, nesse contexto, foi “forjado para designar bens pertencentes à nação. [...] Na França revolucionária, foi o valor nacional que legitimou todos os outros, dos quais é indissociável, e a cujo conjunto hierarquizado ele comunica seu poder afetivo” (CHOAY, 2017, p. 117). Acerca dessa questão, Marilena Chauí (2000) explica que:

Esse Estado precisava enfrentar dois problemas principais: de um lado, incluir todos os habitantes do território na esfera da administração estatal; de outro, obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente. [...] Em suma, como dar à divisão econômica, social e política a forma de unidade indivisa? Pouco a pouco, a ideia de nação surgirá como solução dos problemas.

[...]

Dessa disputa de poder e de prestígio nascem, sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico-geográfico da nação, isto é, aquilo que o poder político detém como seu contra o poder religioso e o poder econômico. Em outras palavras, os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são propriedade privada, mas o patrimônio histórico-geográfico e o artístico é nacional (CHAUÍ, 2000, p. 14, 17).

Lima chama a atenção para o alargamento conceitual que alcançou o termo patrimônio a partir da Revolução Francesa, em que o conceito é transferido “do agente individual – o senhor do patrimônio – [...] para um agente coletivo emanando da nova

figura do Estado francês, representando a nação, ‘o povo’, determinando caráter de ordem nacional para o patrimônio” (LIMA, 2012, p. 34). Ainda segundo a autora:

A feição de nacionalização dos bens e instaurada no mesmo processo de solidificação da inserção do ‘cidadão’ no espaço social abriu frente para o instituto da patrimonialização. Isto se deu como resultado da ação dos comitês e assembleias populares (Choay, 2001, p. 97) e através da institucionalização dos bens reais que estabeleceu, alicerçada na noção da tutela com suas regras para a prática da custódia, a legitimação do ato de patrimonializar. [...] A patrimonialização, assim, configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação (LIMA, 2012, p. 34).

A patrimonialização oficial elaborou-se, assim, mediante a construção de um aparelho estatal e “segundo o modelo de uma negociação entre os valores da nação definida em novos termos pela forma contratual e os valores, desta vez, culturais, que vão aparecendo aos poucos” (POULOT, 2009, p. 28). O patrimônio passa, então, a depender “da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública: essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, [...] de suas diversas apropriações e da construção das identidades” (POULOT, 2009, p. 13). Identificada por Lima (2015) como o “processo instituidor do patrimônio”, “sua matriz determinadora”. a autora considera a patrimonialização como:

procedimento que, representando a ação de agentes especializados, exerce o papel de interpretar, definir, tratar e informar/comunicar na esfera da cultura o que se deve entender por tal categorização. Tal forma em contexto de interpretação instaura a vigência de uma modalidade de apropriação cultural ao estabelecer padrões para a compreensão e para o reconhecimento.

[...]

Compõe-se com tais elementos um panorama no qual a função patrimonializadora encontra terreno para exercer papel dominante. [...] Por força dessa modalidade do pensar e do agir institucionalizado que preside as instâncias ligadas ao tema patrimonial, então, outorgam-se valores, transmudam-se sentidos e emergem novos signos que, ao longo do tempo, desenham uma imagem cultural de referência.

[...]

Em razão de agregar novo sentido para a coisa que foi intelectualmente apropriada pela interpretação das instâncias de consagração, a patrimonialização formaliza um novo status, conferindo, por essa medida, atribuição qualitativamente destacada: a representação distintiva de natureza simbólica que estabelece a categoria Bem cultural – Patrimônio, [...] forma efetivada pela perspectiva cultural de simbolização, por conseguinte, um signo diferenciador e distintivo dos demais bens existentes (LIMA, 2015, sp).

A patrimonialização se configura, dessa forma, não só como “processos sociais de atribuição de valores, sentidos, usos e significados” (PEREIRO, 2006, p. 23), mas também como um

mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de determinados grupos e subgrupos sociais em luta com outros ou também em luta interna no próprio grupo. [...] É o confronto, a dialética e a negociação entre estes agentes o que motiva as definições do que é e não é patrimônio cultural (PEREIRO, 2006, p. 28).

Nesse sentido o estado autoriza agências – as instâncias de consagração - a atuarem com o poder de definir qual o patrimônio que receberá a chancela, o título, a oficialização estatal. Na seara patrimonial, Lima (2016) chama a atenção para dois processos, a patrimonialização e a musealização que, segundo a autora, embora distintos, têm base comum, são integrados, e se configuram como:

processos gestados por estatutos de perfil imposto, reconhecidos e aplicados por instâncias culturais personificadas como agentes especializados e institucionalizados para trato do tema. São, ao mesmo tempo, instrumentos do poder simbólico cuja presença é exercida pela qualificação emprestada às instâncias para atuar como representantes das necessidades e aspirações vocalizadas por inúmeros grupos sociais nos moldes comunitários, associativos, profissionais, entre outros, aos quais foi relacionada a figura da identidade cultural (pertencimento) (LIMA, 2017, p. 4345).

Nessa direção, algumas instituições “traçam nichos de visões interpretativas para intervenções do extrato museológico-patrimonial”, visões estas que “também atuam como prerrogativas das instâncias legitimadas pela dimensão social/cultural em níveis nacional e internacional, [...] manifestadas nos títulos que as instâncias ostentam e vem a dar indícios ou, claramente, dizer da representação dos seus conteúdos” (LIMA, 2017. p. 4337-4338). A autora elenca alguns exemplos de entidades associadas à temática museológica-patrimonial que atuam como instâncias de consagração:

Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM (Museologia); -- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN (Patrimônio e Museus 18); -- Conselho Internacional de Museus, International Council of Museums ICOM (Museologia e Patrimônio) e seu Comitê Internacional para Museologia, International Committee for Museology ICOFOM (Museologia e Patrimônio); -- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, International Council on Monuments and Sites, ICOMOS (Patrimônio e Museus); -- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Patrimônio e Museus); e ainda, como não poderia deixar de ser, a instância Museu (Museologia e Patrimônio) (LIMA, 2017, p. 4338).

Nesse panorama, a Unesco, no decorrer do Século XX, passa a desempenhar o papel de principal instância de consagração nos temas relativos ao patrimônio a nível mundial, pois, a partir da incorporação de novas concepções à noção de patrimônio que, se até então era uma preocupação das administrações nacionais, a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), “tornou-se objeto de inclusão e tratamento em categoria internacional. Elevou-se para nova posição no patamar patrimonial, adquiriu ‘valor excepcional universal’ quando foi criado o título de Patrimônio Mundial” (LIMA, 2012). Assim, a Unesco passa a deter e a exercer, a nível mundial, o poder simbólico “de outorgar os signos de distinção do bem patrimonializado com o seu poder de atuar na política de identificar manifestações, atribuir feição simbólica, definir características e disseminar diretrizes de preservação dos bens culturais” (LIMA, 2015).

Outro aspecto importante constante na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), foi a inserção do atributo de valor cultural ao patrimônio natural, contribuindo assim para “a construção de registro de memória coletiva fundada na relação ou interdependência entre mundo social e ambiente natural” (LIMA, 2007). Nesse sentido, quando da instituição dessa nova categoria – Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – passa-se a considerar patrimônio “as obras do homem e da natureza e a importância de integrar esse patrimônio na vida coletiva” (UNESCO, 1972).

A segunda metade do Século XX é marcada também por profundas mudanças nas definições de cultura e, em consequência, do Patrimônio. Nesse sentido, Poulot lembra que

desde o período posterior à Segunda Guerra Mundial até os últimos decênios, as políticas, tanto educativas quanto culturais do Estado-Providência como sociais e urbanas, fizeram com que o culto da herança deixasse de ser a preocupação de uma reduzida elite para se tornar um compromisso coletivo, nem que fosse por delegação. [...] O fenômeno participa de uma mutação fundamental: verifica-se, a partir da década de 1960, a mudança da definição de cultura, que, daí em diante engloba os mais diversos aspectos das práticas sociais [...] no momento em que a paisagem material e imaterial passava por alterações aceleradas. Longe da definição canônica de uma herança cultural coerente a ser transmitida à geração seguinte, assistiu-se à emergência da ideia de culturas múltiplas, propícias a alimentar e a fortalecer a pluralidade de identidades (POULOT, 2009, p. 199).

A Declaração do México, em 1985, produto da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, 1985), exemplifica bem essas novas ideias acerca das definições de cultura e patrimônio cultural que passaram a preponderar no debate:

[...] A conferência concorda em que, no seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social.

[...] Cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo.

[...] O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (ICOMOS, 1985).

No trecho acima é possível perceber que os aspectos imateriais já são considerados na definição de patrimônio cultural. Segundo Gonçalves (2015, p.219), esse contexto de emergência do patrimônio imaterial resulta na “desestabilização das concepções de patrimônio centradas na história e na identidade nacional”, uma vez que, “os patrimônios associados a diversos grupos e movimentos sociais vêm sendo reivindicados, reconhecidos ou contestados sem que os vínculos com uma ‘identidade nacional’ sejam necessariamente colocados em primeiro plano”.

No Brasil, as discussões também acompanharam as mudanças que ocorriam no mundo no final do século passado e, na esteira dessas discussões, a década de 1980 foi decisiva, uma vez que “o tema invadiu a agenda de diversos movimentos sociais e difundiu-se pela sociedade civil, sendo reinterpretado e utilizado por grupos e associações civis como um instrumento de luta política” (GONÇALVES, 2015, p. 213). A mudança na orientação da política cultural no Brasil passa, assim, a ser desenvolvida “no sentido de ampliar a noção de patrimônio e de estimular a participação social” (FONSECA, 2005, p. 25).

É nesse panorama que se instala a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, que resulta na promulgação de uma nova Constituição para o país no ano seguinte, que trouxe em seu texto um novo conceito de patrimônio cultural, mais amplo e abrangente quando comparado à concepção até então predominante no Brasil, em que o patrimônio histórico e artístico nacional era representado pelo “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). A Constituição Federal de 1988 traz a seguinte definição de patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores

de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a passagem do Século XX para o Século XXI é marcada pela inserção da categoria do imaterial/intangível nos processos de patrimonialização, resultando, no século que se iniciava, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), a qual define assim Patrimônio Imaterial:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana [...] (UNESCO, 2003).

O reconhecimento da categoria ‘patrimônio imaterial’, conjugado com a adoção de instrumentos específicos de registro, tornou possível ampliar não só a concepção de patrimônio, mas também o seu alcance. A partir de então uma vasta gama de grupos sociais, que estavam à margem dos processos de patrimonialização, passam a ter a possibilidade de reivindicar o reconhecimento de seus bens enquanto patrimônio.

### **1.3. Novos patrimônios: o patrimônio cultural universitário**

Será a partir da segunda metade do Século XX, mais precisamente a partir da década de 1960, que ocorre uma outra mudança substancial na concepção de patrimônio, ampliada “com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem” (CHOAY, 2017, p. 12). Esta nova concepção de patrimônio se dá muito em virtude do intenso debate acerca da definição de cultura que ocorria à época, que irá influenciar sobremaneira o conceito de patrimônio durante a segunda metade do século XX, alargando-o no intuito de alcançar as múltiplas culturas que emergiam nesse novo cenário.

No Brasil, o processo de formação de uma Assembleia Constituinte com a finalidade de elaborar uma nova Constituição para o país possibilitou que o debate acerca da construção de um novo conceito de patrimônio fosse incorporado à agenda constitucional. Rodrigues (2006, p. 11) explica que a Assembleia Constituinte se configurou como um “marco considerável na construção do atual conceito de patrimônio cultural, [...] um conceito de conteúdo mais dinâmico, mais vivo, mais popular e, acima de tudo, que favorecesse o exercício da cidadania, processo que vinha sendo construído desde os anos 1970”. Abreu (2015) chama a atenção para o fato de a nova Constituição ter propiciado a participação de novos sujeitos na arena patrimonial:

A nova configuração social e política que se produziu no Brasil no final dos anos 1980, e que se consolidou com a promulgação de uma nova Constituição em 1988, afetou diversos campos, entre eles, o campo do patrimônio, principalmente por tornar possível a entrada em cena de novos sujeitos de direito coletivo, defendendo seus próprios interesses e trazendo suas próprias demandas de patrimonialização e preservação de suas tradições (ABREU, 2015, p. 86).

Com esta nova concepção – mais alargada – de patrimônio, temos também novos processos de patrimonialização, que “têm início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade” (SANT’ANNA, 2015, p. 2); que passam a abarcar novos bens, de novas naturezas, de novos grupos.

É possível perceber que a ampliação da concepção de patrimônio possibilitou – e possibilita – a assunção de novos tipos de patrimônios, pautados a partir de então nos valores que os grupos sociais atribuem aos seus bens. Araújo (2019, p. 90) lembra que, com tal ampliação, “as possibilidades de atribuição de valores se multiplicam com o passar do tempo e o desenvolvimento das pesquisas no campo propicia que novos patrimônios sejam reconhecidos e constituídos”. Quanto a isso, este autor aponta que

Nesse direcionamento, avançamos de um discurso patrimonial que estava focado nos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como elementos destacados e representativos das elites sociopolíticas, para um entendimento do patrimônio como conjunto de bens culturais, referentes às identidades coletivas. Assim, incorporam-se múltiplos patrimônios - paisagens, arquiteturas, gastronomia, expressões da arte, sítios arqueológicos, documentos - que passaram a ser reconhecidos e valorizados pelos grupos sociais e organismos governamentais em suas diversas esferas (ARAÚJO, 2019, p. 65).

Esses novos patrimônios, que passam a ser reconhecidos enquanto tais, se caracterizam principalmente pela vinculação às referências culturais dos grupos sociais. Acerca desse ponto, Lima (2012) esclarece que

na história do patrimônio, cabe mencionar categorias patrimoniais conformando no seu conjunto os olhares titulados como Novos Patrimônios. Agregadas no último quartel do século XX ao cenário das tipologias clássicas (histórica, artística, monumentos), entre outros enfoques consolidados pelas instâncias de competências, fizeram-se ligadas no concerto da produção do patrimônio à presença dos seres sociais na diversidade das suas comunidades, nas suas múltiplas formas de interpretação da realidade, nas suas práticas variadas, nas suas representações pertinentes, vivenciadas e expressas no mundo da materialidade e da intangibilidade (LIMA, 2012, p. 37)

É a partir dessa perspectiva – da formação de novos patrimônios – que abordei o Patrimônio Cultural Universitário, ou seja, um patrimônio “constitutivo de uma cultura específica, a universitária, [...] que se caracteriza fundamentalmente por um conjunto de práticas de conhecimento muito específicas, diversas de outras práticas de conhecimento” (LIRA, 2012, p. 25).

Assim, entendo que a adoção de uma noção mais ampla da concepção de patrimônio cultural possibilita às universidades a discussão acerca da necessidade do gerenciamento de seus respectivos patrimônios a partir de suas especificidades o que permite às comunidades universitárias traçarem estratégias para legitimar seus respectivos patrimônios culturais.

Como observado, a passagem do século XX ao XXI foi marcada por intensas discussões e mudanças acerca dos conceitos de cultura e de patrimônio cultural que culminam na ampliação desses conceitos, que passaram a considerar a pluralidade de culturas, pautadas nos valores que os mais variados grupos sociais atribuem às suas manifestações, propiciando o surgimento de “novos patrimônios”. Cécile Tardy e Vera Dodebei (2015, p. 10) apontam que “a expressão ‘novos patrimônios’ designa habitualmente patrimônios emergentes na sociedade”. Segundo as autoras, a expressão tem o mérito de chamar a atenção para dois fatos:

O primeiro é que ela designa geralmente patrimônios (o patrimônio etnológico, o patrimônio vivo ou, ainda, o patrimônio imaterial) a partir dos quais os pesquisadores em ciências sociais mostraram que a concepção do patrimônio não correspondia a um patrimônio herdado, legitimado por saberes principalmente históricos, conservados e transmitidos apenas pelas estruturas museais e patrimoniais. O segundo fato refere-se aos patrimônios chamados de novos e que permitiram renovar o olhar sobre todos os patrimônios – quer sejam os patrimônios genéticos, arqueológicos, vivos, antropológicos, naturais, paisagísticos, materiais, imateriais, digitais –, em vista de se refletir sobre a memória social e sobre como ela deve fazer evoluir a concepção mesma da patrimonialização. Está em jogo aí a redefinição das relações do patrimônio ao tempo, às práticas e aos sujeitos sociais (TARDY; DODEBEI, 2015, p 10, 11).

Nesse panorama, os patrimônios das universidades passaram a receber um novo olhar dos agentes que lidam diretamente com a temática. Exemplo significativo desse movimento foi a criação, em 2001, do Comitê Internacional para Museus e Coleções Universitários<sup>3</sup> (UMAC), vinculado ao Conselho Internacional de Museus<sup>4</sup> (ICOM), com a missão de “contribuir para a sociedade, em benefício de todos, apoiando o desenvolvimento contínuo dos museus e coleções universitários como recursos essenciais dedicados à investigação, educação e preservação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico” (UMAC, 2017, tradução livre<sup>5</sup>); e apresenta como objetivos, dentre outros:

- A promoção da pesquisa, coleta e divulgação de informações relacionadas com os museus e coleções das universidades e seu patrimônio.
- A promoção da sensibilização e da visibilidade dos museus e coleções das universidades e seu patrimônio entre a comunidade próxima aos museus, os tomadores de decisão e o público em geral.
- Melhorar a governança dos museus e coleções universitárias e seu patrimônio, bem como sua conservação, acesso e serviço público, oferecendo oportunidades aos profissionais de se capacitarem, estabeleçam redes de contatos e parcerias para colaborar e trocar conhecimentos e ideias.
- Estimular o compromisso dos museus e coleções para a promoção de valores fundamentais das universidades, como educação, pesquisa, pensamento criativo, liberdade, tolerância e responsabilidade (UMAC, 2017, tradução livre<sup>6</sup>).

Os objetivos do UMAC acima citados mostram, por um lado, o reconhecimento da existência de um patrimônio cultural universitário e a necessidade de sua preservação, sendo os museus e coleções universitários os recursos mais apropriados para essa preservação; e, por outro, que esses museus e coleções e seus respectivos patrimônios devem levar sempre em consideração os valores fundamentais das universidades tais como educação, pesquisa, pensamento criativo, dentre outros; valores estes que, em

---

<sup>3</sup> International committee for university museums and collections.

<sup>4</sup> International council of museums.

<sup>5</sup> Original, em espanhol: La misión de UMAC consiste en contribuir a la sociedad, en beneficio de todos, apoyando el desarrollo continuo de los museos y las colecciones universitarios como recursos esenciales de la investigación, la educación y la preservación del patrimonio cultural, histórico, natural y científico.

<sup>6</sup> Original, em espanhol: El fomento de la investigación, la recopilación y la difusión de información relativa a los museos y las colecciones de las universidades y el patrimonio de estas.

- El fomento de la sensibilización y la visibilidad de los museos y las colecciones de las universidades y el patrimonio de estos entre la comunidad allegada a los museos, los entes decisorios y el público en general.

- La mejora de la gobernabilidad de los museos y las colecciones de las universidades y el patrimonio de estos, así como su conservación, el acceso y el servicio público brindando oportunidades a los profesionales para que se capaciten, establezcan redes de contactos, se asocien para colaborar e intercambien conocimientos e ideas.

- La incitación al compromiso de los museos y las colecciones con el fomento de los valores esenciales de las universidades, tales como la educación, la investigación, el pensamiento creativo, la libertad, la tolerancia y la responsabilidad.

grande medida, identificam as especificidades que distinguem as instituições universitárias de outras instituições sociais.

Araújo (2019, p. 65) lembra que, a partir do novo direcionamento da concepção de patrimônio, o discurso patrimonial avança “de um discurso patrimonial que estava focado nos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como elementos destacados e representativos das elites sociopolíticas, para um entendimento do patrimônio como conjunto de bens culturais, referentes às identidades coletivas”.

Tardy e Dodebei (2015, p. 11), ao fazerem referência ao patrimônio imaterial, destacando que este “se caracteriza por sua forte ancoragem na vida social”, apontam a importância dessa categoria para “a questão do reconhecimento dos direitos coletivos de diferentes grupos sociais no Brasil”. Nesse sentido, Mariana Novaes (2018), ao discutir o Patrimônio Científico Universitário, reforça essa noção de um Patrimônio construído a partir das referências dos grupos formadores das universidades. Segundo a autora, a partir do texto constitucional é possível tecer os seguintes comentários:

- 1- Os pesquisadores constituem mais um dos diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira, sendo portadores de identidade, memória e desempenhando ações muito específicas que os caracterizam enquanto grupo social;
- 2- Cada campo da ciência apresenta um jargão próprio de sua área de conhecimento, ou seja, suas próprias formas de expressão;
- 3- O rigor científico e os métodos de investigação caracterizam-se como os modos de criar, fazer e viver desse grupo social; e
- 4- O grupo social em questão produz criações científicas, artísticas e tecnológicas (NOVAES, 2018, p. 38).

Assim, destacamos a Declaração de Salamanca sobre o Patrimônio Histórico-Cultural das Universidades, de 2008:

As universidades são depositárias de primeira ordem do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural [...]. Este patrimônio mantém-se vivo e ativo, e se encontra diretamente relacionado às atividades de ensino-aprendizagem, investigação e gestão, características da vida acadêmica e universitária, o que favorece a sua reabilitação e valorização. E, da mesma forma, contribui para a dinâmica econômica e social dos ambientes em que está inserido. A tomada de consciência sobre o patrimônio universitário ajudará as universidades, instituições altamente flexíveis e com grande capacidade de resposta às demandas sociais, a enfrentar as mudanças que estão enfrentando em sua missão como centros de ensino-aprendizagem e geração de novos conhecimentos em uma sociedade em rápida evolução (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2008) (tradução livre<sup>7</sup>).

---

<sup>7</sup> Original, em espanhol: las universidades son depositarias de primer orden del Patrimonio Histórico, Artístico y Cultural [...]. Este patrimonio se mantiene vivo y activo, y se encuentra directamente involucrado en las actividades de docencia, aprendizaje, investigación y gestión, características de la vida académica y universitaria, lo que favorece su rehabilitación y puesta en valor. Y, asimismo, contribuye a la dinámica

É essa sociedade em rápida evolução que desafia a universidade a responder às demandas que lhes são impostas. Nesse sentido, a universidade se caracteriza por “conhecimentos distintos também por seus modos de produção e de transmissão, por sua constante transformação e revisão, mais que por sua conservação; conhecimentos, em suma, sempre recriados, coletiva ou individualmente, e abertos ao questionamento, à crítica, à criação” (LIRA, 2012, p. 25, 26)

Assim, ao considerar as especificidades das universidades e dos valores que os grupos formadores desse espaço social peculiar atribuem aos bens que alicerçam as suas práticas, percebemos que a partir da adoção de uma noção mais ampla da concepção de patrimônio cultural é possibilitada às universidades a discussão acerca da necessidade da constituição de seus respectivos patrimônios a partir de suas especificidades, possibilitando aos grupos formadores das universidades traçarem estratégias para legitimar a necessidade de constituição de seus respectivos patrimônios culturais a partir dos valores atribuídos por estes grupos. Nessa direção, a Universidade de São Paulo (USP), em documento denominado Carta do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo, traz o seguinte entendimento acerca do que seja o patrimônio cultural universitário:

abrange o conjunto de bens de natureza tangível ou intangível que façam referência às práticas culturais, à memória e a ação dos vários grupos formadores da Universidade. Os bens culturais acima referidos constituem-se na medida em que seletivamente se atribuem a eles, por parte dos vários grupos formadores da Universidade, valores, sentidos e significados variados (USP, 2017).

Se levarmos em consideração que, no período entre a primeira legislação voltada para o Patrimônio o Decreto-Lei nº 25/1937 e a promulgação da Constituição de 1988, o que ocorria, quando muito, era o tombamento de bens pertencentes às universidades por estarem vinculados “a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937), e não por serem “portadores de referência à identidade, à ação e à memória” (BRASIL, 1988) dos grupos que formam à universidade; percebemos que a noção de patrimônio intangível, “ao passo que opera como categoria crítica, oferece uma entrada pertinente para a discussão da especificidade do patrimônio da Universidade” (LIRA, 2012, p. 22). Quanto a essa questão, este autor argumenta que

---

económica y social de los entornos en los que se inserta. La toma de conciencia sobre el patrimonio universitario ayudará a las universidades, instituciones altamente flexibles y con gran capacidad de respuesta a las demandas sociales, a afrontar los cambios a los que actualmente hacen frente en su misión como centros de enseñanza, de aprendizaje y de generación de nuevo conocimiento en una sociedad en rápida evolución.

Por certo, a universidade é guardiã privilegiada de bens e conjuntos patrimoniais de importância cultural inquestionável. Mas a história e o significado desses objetos nem sempre se entremeiam às vocações socioculturais que distinguem a universidade enquanto instituição histórica. Aliás, deles é frequentemente abstraído o conjunto de práticas culturais, tradições, condutas, ritos, formas de associação e lugares que constituem cotidianamente as universidades e as distinguem de outras instituições culturais criadas pelas sociedades (LIRA, 2012, p. 23).

Podemos assim considerar que o patrimônio cultural universitário está diretamente relacionado com as práticas universitárias em suas especificidades e, considerando que os processos de patrimonialização são processos de legitimação que levam à distinção, os bens referenciados enquanto patrimônio cultural da universidade passam a simbolizar essas práticas específicas que fazem da universidade um espaço com suas singularidades que a diferenciam de outras instituições sociais. Assim, de acordo com Lira (2012):

Refletir sobre a especificidade sociocultural da universidade, assim como das práticas intelectuais com as quais ela opera, seu lugar na vida pública e entre as outras formas de cultura ditas não científicas, talvez possa contribuir para a reflexão em torno dos suportes de um tal patrimônio universitário e em suas distinções relativas aos habitualmente considerados em outras esferas de preservação dos bens culturais (LIRA, 2012, p. 27).

Ao refletir acerca dessas relações entre as especificidades da universidade com outras práticas culturais, é importante ressaltar que, principalmente a partir da revolução científica iniciada no Século XVI, a centralidade da produção do conhecimento é deslocada da Igreja para as universidades, que passam a ser o “*locus*, por excelência, da produção do conhecimento próprio da racionalidade moderna, o conhecimento científico, produzido com a pretensão de se constituir como universal e como o único válido” (SANTOS, 2005, p. 193), passando assim a ter posição central na produção cultural das sociedades, intervindo diretamente, e indiretamente, em seus modos de vida.

Por ser uma instituição social, a universidade “realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Ou seja, não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35). Assim, tudo aquilo que faz parte do processo universitário de formação humana e produção do conhecimento não está isolado no âmbito das universidades, pelo contrário, “como em um caminho de mão de dupla, a universidade sofre impactos da sociedade da qual faz parte e, na direção oposta, sua produção impacta o cotidiano desta mesma sociedade” (MENDONÇA JÚNIOR, 2020, p. 77). Dessa forma, o conhecimento acerca dos processos que permeiam a produção científica ganha importância no sentido

de permitir uma melhor compreensão sobre a própria vida social e cultural das sociedades.

Essas práticas necessárias para a produção do conhecimento científico, assim como os suportes necessários para o funcionamento da universidade, tornam-se, a partir de processos de seleção, representativos do universo social específico que são as universidades, formando assim o patrimônio cultural universitário.

Percebemos que a reflexão acerca da constituição e da preservação de um determinado patrimônio deve se pautar pelos significados que o grupo social interessado atribui a este conjunto de bens, os qualificando-os como representativos de suas experiências e especificidades perante os demais grupos. Acerca dessa questão, citamos trecho da Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em que esta instituição de pesquisa considera que “as representações da memória e das identidades de um grupo devem ser preservadas e acessíveis às gerações atuais e futuras como testemunhos da ação humana que a produziu, e como objetos de reflexão e fontes de pesquisa” (FIOCRUZ, 2020, p. 14).

Transportando o pensamento presente na Política da Fiocruz para as universidades, é a relação com a experiência universitária e seus valores que justifica a atuação destas instituições no sentido de legitimar os seus respectivos patrimônios, “que testemunham o papel da universidade como atividade humana” (TORRES, 2017, p. 66, tradução livre<sup>8</sup>). E, em nosso entender, o ato de legitimar está em constante disputa, em os agentes envolvidos traçam estratégias para a obtenção desse poder de definir legitimamente.

#### **1.4. Ações de produção e reprodução do patrimônio cultural universitário: museus universitários, rede de museus e inventário**

Diante da existência de um Patrimônio Cultural Universitário, a iniciativa mais empregada no interior das universidades para tratar das questões relativas a esse patrimônio é a criação de museus e de coleções. Os museus e coleções universitárias têm características próprias e se apresentam em grande diversidade, tanto “em termos de organização, como em relação aos temas ou disciplinas a que se destinam” (MENDONÇA, 2017, p. 20).

Em termos de organização, uma particularidade apresentada por Mendonça se refere às formas pelas quais se organizam e se apresentam os museus universitários.

---

<sup>8</sup> Original em espanhol: que testimonian el rol de la Universidad como actividad humana.

Segundo a autora, é muito comum no ambiente universitário instituições que não desempenham em sua plenitude as funções essenciais de um museu serem reconhecidas enquanto tal:

Ocorre que Museus Universitários não são apenas “Museus Universitários”. Eles são, também, museus e coleções universitárias. Muitas vezes, eles aparecem como apenas “coleções universitárias” e, em outras ocasiões, não pouco frequentes, apenas como “galerias”, “salas”, “anfiteatros” e “laboratórios”, isoladamente. Entretanto, de maneira igualmente não rara, ao figurarem no âmbito de uma instituição de ensino superior, são chamados simplesmente de “museus” (MENDONÇA, 2017, p. 21).

Observa-se que há uma enorme diversidade quando se trata de museus e coleções universitárias. O relato a seguir, de Mendonça (2017), ilustra bem essa heterogeneidade:

O universo das coleções e Museus Universitários é imenso e extremamente diverso. Isso se deve à origem desses museus e coleções. Muitas destas últimas são resultado da coleta de material geológico e biológico do ambiente natural para fins de ensino e investigação. Outras são originárias da elaboração e/ou compra de instrumentos e equipamentos para aplicação ao ensino e à investigação. Outra parcela das coleções é oriunda da coleta de material realizada em expedições arqueológicas ou antropológicas. Além das já citadas, há coleções de caráter histórico e/ou artístico. A origem desses conjuntos de peças tanto pode dever-se a doações quanto a compras. No que diz respeito às coleções de Arte, muitas delas resultaram de trabalhos realizados por estudantes e professores e figuram como exemplares para uso no ensino e em pesquisas. No âmbito das coleções artísticas, algumas delas também podem ter sido adquiridas para gozo estético da comunidade acadêmica. Ainda há as coleções que resultaram da própria história institucional e são compostas por objetos de professores, ex-estudantes e funcionários, os quais contam a trajetória da universidade. Outras coleções foram presentes ou prêmios recebidos. Essas coleções nem sempre estão em um prédio construído especialmente para abrigá-las. O mais frequente é reunirem-se as coleções em galerias, ou em uma ou mais salas, e mesmo em salas e laboratórios localizados dentro de departamentos ou institutos (MENDONÇA, 2017, p. 4).

Os museus universitários, em sua maioria, são criados a partir de iniciativas isoladas de professores e/ou pesquisadores que, por motivos diversos, decidem por não se desfazerem de determinados bens. Sobre essa questão, Marta Lourenço (2009) faz a seguinte consideração:

As coleções de ciência das instituições de ensino superior são de uma extrema vulnerabilidade. São vulneráveis, desde logo, na sua constituição. Tipicamente os instrumentos, máquinas e modelos são utilizados até à exaustão num contexto laboratorial de investigação e ensino, depois passam por uma fase de semiabandono em que partes podem ser canibalizadas, reutilizadas etc. e, finalmente, passam à fase de obsolescência e esquecimento total – em geral, numa cave ou num sótão de um departamento. Não tenhamos ilusões, o destino final e

natural deste equipamento nunca foi no passado, nem é no presente, outro senão o lixo. O lixo só é evitado se alguém, tipicamente um professor, tiver a sensibilidade suficiente e estiver disposto a, de alguma maneira, proteger estes equipamentos. Se as coleções existem hoje, é porque nalgum momento esse alguém, esse 'anjo da guarda' dos instrumentos, existiu. Isto é completamente arbitrário [...] (LOURENÇO, 2009, p. 59).

Podemos perceber que, embora arbitrárias, são essas iniciativas que, na maioria das vezes, garantem alguma sobrevivência ao patrimônio cultural das universidades e dão origem aos museus e coleções universitárias. Essas instituições apresentam uma característica peculiar: além das funções constantes na definição de museus consagrada pelo ICOM, na qual os museus são “instituições sem fins lucrativos, de caráter permanente, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva e pesquisa, comunica e exhibe, com propósito de estudo, educação e lazer, evidências tangíveis e intangíveis dos povos e seus ambientes” (ICOM-BR, 2009), os museus universitários, por estarem vinculados às universidades, instituições por natureza dedicadas à produção e reprodução do conhecimento científico, especialmente através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, se caracterizam por desenvolver funções relativas à essa vinculação.

Segundo Gil (2005, p. 46), os museus universitários têm características específicas, provindas “da integração dos museus nas universidades e da participação ativa daqueles nas atividades culturais (incluindo obviamente as científicas) destas” Segundo este autor, os temas abrangidos pelos museus universitários são tão diversos que “pode-se afirmar que em qualquer domínio uma universidade poderá constituir um museu [...]. Podemos considerar uma extensa variedade tipológica que atravessa transversalmente todas as especialidades de museus” (GIL, 2005, p. 44). Nesse sentido, o autor defende que os museus universitários, para se configurarem enquanto tais, devem obedecer a algumas características, dentre as quais se destacam:

Deve obviamente estar integrado numa universidade, de preferência administrativamente independente dos restantes departamentos universitários, embora em estreita colaboração cultural (que inclui a científica e pedagógica) [...]; Deve ter a preocupação de estudar, conservar e apresentar convenientemente as coleções que possui, usando-as em ações científico-pedagógicas [...]; Tem como uma das suas missões constituir a “face visível” da universidade para o grande público, procurando chamar a atenção deste para o que ali se faz, como investigação, ensino e ação cultural, evidenciando, de forma inteligível, a sua importância para a comunidade [...]; Tem o dever de proteger e valorizar o seu patrimônio histórico-artístico, facilitando a fruição dele pelo grande público e favorecendo o seu estudo pelos especialistas da própria universidade ou exteriores a ela; Distinguem-se dos seus congêneres dependentes de outros organismos no facto das atividades enumeradas serem realizadas numa perspectiva universitária (GIL, 2005, p. 49).

Almeida (2001) considera que um museu universitário, além de realizar todas as funções de um museu de acordo com a já citada definição do ICOM, deveria também, idealmente,

abrigar/formar coleções significativas para desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão; dar ênfase ao desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo; manter disciplinas que valorizem as coleções e as pesquisas sobre as coleções; participar da formação de trabalhadores de museus; propor programas de extensão: cursos, exposições, atividades culturais, atividades educativas baseados nas pesquisas e no acervo; manter programas voltados para diferentes públicos: especializado, universitário, escolar, espontâneo, entre outros, dependendo da disponibilidade de coleções semelhantes na região e do interesse dos diferentes públicos. Esses programas também são frutos de pesquisas (ALMEIDA, 2001, p. 5).

Percebemos que chegar a uma definição de museu universitário não é uma tarefa fácil, visto a enorme diversidade de tipologias de museus e de coleções que compreendem esse universo. No entanto, dentre todas as características que de certa forma especificam os museus universitários, há uma que é comum a todas essas instituições, independente da diversidade existente: o fato de estarem inseridos em uma universidade. Esta característica propicia aos museus universitários tanto contribuir com os processos de formação acadêmica quanto receberem contribuição dos conhecimentos produzidos pelas universidades em suas dinâmicas.

Esta característica – de estarem inseridos no ambiente acadêmico – propicia aos museus universitários, por um lado, “tirar o máximo de vantagens desse fato, pois a universidade como produtora de conhecimento, como espaço de experiência e de formação é uma riquíssima fonte de recursos para os museus universitários” (ALMEIDA, 2001, p. 5); e, por outro, contribuir “[...] para a evolução do conhecimento, tornando-se parceiros fundamentais no cumprimento do papel científico-educativo-cultural das universidades e assumindo cada vez mais a interface universidade e sociedade” (RIBEIRO, 2007, p. 22).

O Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários (UMAC), que se apresenta como “o promotor mundial dos museus e das coleções das instituições de educação superior de todas as disciplinas”, considera os museus e coleções universitárias como “recursos essenciais da investigação, da educação e da preservação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico” (UMAC, 2017: Art. 2.1) e, assim, tem como objetivo, dentre outros, “incentivar o compromisso de museus e coleções para a promoção dos valores essenciais das universidades, tais como educação, pesquisa, pensamento criativo, liberdade, tolerância e responsabilidade” (UMAC, 2017: Art. 2.2). Nesse sentido, Ribeiro (2013) faz a seguinte consideração:

O sistema de valores, modos de vida e função social das universidades e, conseqüentemente, do seu patrimônio e dos seus museus é, portanto, um dos principais elementos que constituem o acervo dos museus universitários. Esta parte do acervo, conquanto seja em geral constituído por um patrimônio material e de difícil apreensão, ajuda a explicar o porquê da existência de características e de questões que são próprias deste tipo de museu, independente da tipologia das suas coleções materiais. Trata-se de um conjunto de valores, saberes, modos de vida, que falam de uma cultura universitária [...] (RIBEIRO, 2013, p. 90, 91)-

Assim, ao falarmos de museus universitários, estamos falando de instituições que ora atribuem ora reproduzem valores que serão reconhecidos como próprios das universidades enquanto espaços sociais. Lima (2013) considera a musealização como “um processo institucionalizado de apropriação cultural”, processo este que

imprime caráter específico de valorização a elementos de origem natural e cultural. Estabelece sua caracterização identificando formas interpretativas materiais e imateriais da humanidade às quais imprime a interpretação de testemunhos que referenciam as existências e identidades. Considerados como documentos da realidade são determinados como objeto de tratamento científico pela Museologia, portanto adotados sob outra percepção da realidade, sendo reconhecidos na categoria dos bens simbólicos e integrados ao domínio do Museu, logo, ao contexto do patrimônio musealizado-  
[...]

A musealização atribui um “estatuto patrimonial” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 625) para a apropriação cultural da coisa a ser musealizada (objeto, espécime, sítio, ou qualquer outro elemento que se adequa ao processo) e estabelece um estado museológico, o “estatuto museal” [...] para transformá-la em musealium ou museália, “objeto de museu”, ao fazê-la entrar no campo (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 48), outorgado pelo enfoque especializado da Museologia (LIMA, 2013, p. 51-52).

Os museus universitários, nessa tarefa de atribuição do estatuto patrimonial, (re)interpretam determinados bens sob o olhar da ciência museológica. Segundo Lima, essa (re)interpretação é “uma atribuição de valor, um juízo elaborado pelo campo cultural que o consigna como elemento possuidor de caráter diferencial [...], tornando-o ‘especial’ e em posição de destaque perante os demais objetos da mesma natureza, emprestando-lhe sentido de ‘excepcionalidade’” (LIMA, 2008, p. 36).

Considerando que os museus são as instâncias responsáveis pela musealização, e que “a musealização, de acordo com o campo da Museologia, é processo de dupla função na medida que ao musealizar se executa a patrimonialização” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011; *apud* LIMA, 2017); podemos inferir que os museus são instituições legítimas, porém não exclusivas, quando tratamos de questões relacionadas à patrimonialização, ou seja, instituições que, ao conceder a determinados bens o estatuto de “objetos de museus”, os consagram como patrimônio cultural. Nesse sentido, os

museus universitários, para além daquelas funções anteriormente citadas, objetivam também o exercício desse poder simbólico de definir, de forma legítima, o patrimônio cultural universitário.

Nos últimos anos, os museus têm procurado cada vez mais se organizar em redes. Esse movimento inclusive é encorajado pela Unesco, instância máxima de consagração dos temas relativos ao Patrimônio que, através da Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade (UNESCO), sugere

A cooperação dentro dos setores de museus e instituições responsáveis por cultura, patrimônio e educação, é uma das formas mais efetivas e sustentáveis de proteger e promover os museus, sua diversidade e seu papel na sociedade. Os Estados-membros devem, portanto, encorajar a cooperação e as parcerias entre museus e instituições culturais e científicas em todos os níveis, incluindo sua participação em redes profissionais e associações que promovem tal cooperação e exposições internacionais, intercâmbios e a mobilidade de coleções. (UNESCO, 2015, § 31).

Entendo que a formação de redes de museus configura-se em uma estratégia de potencialização do trabalho de legitimação dessas instituições e dos seus acervos. Carvalho (2008) explica que o trabalho em rede se constitui em importante estratégia para fortalecer os resultados dos museus perante as suas missões:

Para reforçar identidades, potencializar recursos, estimular demanda e diminuir as irregularidades e diferenças entre as diversas instituições, entende-se que o trabalho em rede é a principal estratégia para que estas instituições cumpram sua missão de preservação, conservação e acesso ao público. Ou seja, gestões autônomas apoiadas, em alguns casos, por uma administração comum, onde os interesses de revalorização do patrimônio sejam respeitados e, ao mesmo tempo, preserve-se a identidade de cada uma, com suas particularidades e especificidades. (CARVALHO, 2008, p. 42).

As redes são formas de organização já há muito praticadas pela humanidade. Manuel Castells (2005, p. 17) afirma que as redes, ao longo da história, se constituíram como “formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos”. No entanto, o autor alerta para as limitações que historicamente foram impostas às redes: “muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projeto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa” (CASTELLS, 2005, p 17,18). Tais limitações, explica Castells, estão sendo superadas principalmente a partir do desenvolvimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, uma vez que

as redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos. E podem, ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua performance ao longo de uma rede de componentes autónomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta atividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões (CASTELLS, 2005, p. 18).

Ou seja, a organização em rede está cada vez mais facilitada em virtude desse novo ambiente comunicacional em que estamos vivendo. E esse novo ambiente se reflete também nos museus. A Unesco, através da Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, ressalta que as mudanças trazidas pela ascensão das novas TICs exercem influências nas funções dos museus, oferecendo “oportunidades para os museus em termos de preservação, estudo, criação e transmissão do património e do conhecimento relacionado” (UNESCO, 2015).

Diante de todo esse contexto, Castells faz as seguintes considerações acerca da definição de rede:

A rede é um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. As redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objetivos de performance para a rede (CASTELLS, 2005, p. 20).

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. [...] Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 2002, p. 566).

Cardoso (2005) chama a atenção para o fato de que o processo de transformação nas formas de organização – de uma organização verticalizada para uma organização em rede – por quais passamos as sociedades pode ser caracterizada por duas tendências paralelas que enquadram o comportamento social: o individualismo e o comunalismo, em que o primeiro pode ser entendido como “a construção de sentido em torno da concretização dos projetos individuais; e o segundo como “a construção de sentido em torno de um conjunto de valores definidos por uma coletividade restrita e internalizados pelos seus membros”. Nesse sentido, o autor esclarece que, nesse processo de transformação, o que talvez se observe seja “a reconstrução das instituições sociais e, para além disso, da própria estrutura social, com base nos projetos autónomos dos sujeitos sociais”. Assim, a considerar essa perspectiva, “a autonomização dos indivíduos

e grupos é seguida pela sua tentativa de reconstruir sentido, numa nova estrutura social, a partir dos seus projetos autodefinidos (CARDOSO, 2005, p. 31).

No que se refere mais precisamente aos museus, Carvalho (2008, p.14) explica que os sistemas e redes de museus “constituem um novo modelo de gestão administrativa que procura reforçar o diálogo entre os governos e as instituições museológicas, e destas entre si, traçando um panorama de compartilhamento [...] que visam, sobretudo, a multiplicar ações de reciprocidade”.

Leitzke, Aristimunha e Silva (2013), ao considerarem que “uma rede é mais do que o somatório de seus membros, consistindo num sistema sinérgico que potencializa suas ações”, chamam a atenção para o fato de que a adoção da organização em rede é uma “forma de potencializar as práticas para a valorização do patrimônio museológico”, uma vez que “por meio de redes de cooperação e conectividade torna-se possível dinamizar as ações do processo de musealização, quais sejam: resgate, pesquisa, documentação, conservação e socialização do patrimônio científico-cultural” (LEITZKE, ARISTIMUNHA, SILVA, 2013, sp).

Podemos perceber que a organização de redes de museus vem se configurando como uma tendência nos últimos anos e, nesse contexto, os museus universitários também têm buscado de forma crescente essa forma de organização. Para o UMAC<sup>9</sup>, “as redes são vitais para a preservação, estudo e acesso ao patrimônio do ensino superior”, nesse sentido, esta instituição “encoraja fortemente museus acadêmicos e coleções a criar redes em níveis universitários, regionais e nacionais”. Diversas são as redes cadastradas pelo UMAC, dentre as quais se insere a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, que possui três objetivos basais:

- I) Estabelecimento de um campo de diálogos que sirva também como fórum de debates sobre o tema;
- II) Criação de uma base de dados aberta que reúna informações sobre pessoas e instituições relacionadas às coleções e museus universitários;
- III) Diagnóstico e proposições de recomendações e de políticas públicas para o setor (SILVA, 2019, p. 300).

Várias são as universidades brasileiras que estão lançando mão dessa estratégia com o propósito de legitimar o trabalho dos museus universitários, como é o caso da Rede de Museus da UFPE, objeto de nosso trabalho. A título de exemplo, cito as experiências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no intuito de tentar demonstrar que a formação de redes funciona sobretudo como uma estratégia de determinados agentes do campo

---

<sup>9</sup> Disponível em [Networks – International Council of Museums Committee for University Museums and Collections \(icom.museum\)](http://Networks – International Council of Museums Committee for University Museums and Collections (icom.museum))

museológico para fortalecer o trabalho/processo de legitimação de suas atividades quanto aos processos de musealização/patrimonialização e de preservação do patrimônio cultural universitário.

Em referência à UFRGS, Leitzke, Aristimunha e Silva (2013) ressaltam o papel da Rede de Museus e Acervos Museológicos (REMAM) dessa universidade, enfatizando que a REMAM se configura como:

a reunião articulada e voluntária entre os espaços coletivos de memória, que abrigam bens culturais tangíveis e intangíveis, numa relação de cooperação e de solidariedade, busca potencializar a atuação museológica do conjunto dos segmentos envolvidos na valoração do patrimônio científico-cultural da UFRGS, para melhor qualificar sua interação com a sociedade.

[...]

Considerando a função preponderante dos espaços de memória como agentes de produção/difusão do conhecimento gerado e/ou sistematizado na Universidade, atuando como vetores de transformação e desenvolvimento social, este programa de extensão [REMAM] visa potencializar e qualificar essa atuação junto aos públicos internos e externos (LEITZKE, ARISTIMUNHA, SILVA, 2013, sp).

Segundo Jeniffer Cuty, o trabalho da REMAM de potencialização da atuação dos museus universitários da UFRGS ocorre principalmente porque a organização em rede viabiliza a interação entre seus membros, o que possibilita à rede ter como foco de mobilização

fortalecer as ações de ensino, pesquisa e extensão próprias de cada espaço museal, [...] propiciando autonomia e visibilidade a esses museus/acervos dentro e fora da Universidade, seguindo o conceito de poder distribuído na articulação de políticas e de atuações científicas, sociais e culturais, conforme conceito de “nós interconectados” de Manuel Castells (1999) (CUTY, 2010, p. 223).

Quanto à Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG, em sua página eletrônica<sup>10</sup>, a Rede se define como um programa de extensão da Universidade

constituído por espaços autônomos, que somam esforços e otimizam recursos para dotar seus integrantes de maior organicidade no planejamento e execução de projetos, que visam fomentar a produção e a divulgação do conhecimento científico, assim como o correto tratamento do patrimônio material e imaterial que fundamenta a reflexão a respeito de nossa trajetória institucional e da história das ciências e das artes em geral.

Salientando que a estruturação em rede favorece a qualificação das ações e do atendimento ao público, a Rede de Museus da UFMG tem como objetivos<sup>11</sup>:

<sup>10</sup> <https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/a-rede>

<sup>11</sup> Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/index.php/a-rede/objetivos>

**Diretrizes políticas** - Propor, debater e refletir sobre diretrizes políticas norteadoras dos museus e espaços de ciência e cultura da Universidade, em consonância com a missão da UFMG e com as políticas nacionais para os museus.

**Integração** - Integrar os Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, promovendo ações conjuntas, na aproximação entre Educação, Ciência e Arte.

**Capacitação e atualização** - Promover a capacitação/atualização científica, tecnológica e cultural de professores, estudantes e outros profissionais que atuam nos diferentes espaços integrantes da Rede, por meio de cursos, seminários, visitas técnicas a outros espaços.

**Visitação** - Ampliar quantitativa e qualitativamente o atendimento ao público visitante dos Espaços da Rede.

**Divulgação, intercâmbio institucional e parcerias** - Continuar divulgando a missão, as ações e as potencialidades da Rede entre instituições congêneres, universidades e instituições de ensino e pesquisa locais, regionais, nacionais e estrangeiras, visando promover o intercâmbio e estabelecer parcerias.

**Intercâmbio científico, tecnológico e cultural** - Apoiar e fomentar o intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre os Espaços integrantes da Rede e entre estes e as comunidades interna e externa à UFMG.

**Gerenciamento, conservação e estratégias de uso e acesso às coleções** - Definir políticas de gerenciamento, de conservação preventiva e estratégias de uso e acesso às coleções, mantendo cadastros atualizados de acervos, visitantes, eventos e atividades dos membros da Rede.

Podemos perceber nas experiências acima citadas que as propostas de construção de redes nos âmbitos das universidades surgem com o intuito de fortalecer as ações desenvolvidas por seus museus e espaços afins. A partir do nosso entendimento de que os museus são agentes que objetivam também o poder de patrimonialização dos bens, as redes de museus, ao nosso entender, ao exercerem o papel de fortalecimento das ações museais, funcionam como estratégia para se conseguir o poder de definir de forma legítima quais os bens que irão compor o patrimônio da universidade.

Outro tipo de ação que considero funcionar como estratégia nesse processo de produção do patrimônio se refere aos inventários. Os inventários relacionados ao Patrimônio Cultural surgem concomitantemente à própria ideia moderna de Patrimônio forjada no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais, estando assim:

na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio [...] e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural”. Assim sendo, nessa trajetória “o conceito de inventário deve ser considerado chave, pois sempre remeterá à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural” (MOTTA; REZENDE, 2008, p. 2)

Podemos perceber que, ao menos desde a criação da concepção moderna de Patrimônio Cultural, os inventários se configuram como instrumentos para a preservação desses patrimônios, donde “inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais” (MOTTA; REZENDE, 2008, sp)

O IPHAN, em sua página eletrônica<sup>12</sup>, descreve os inventários como “instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material”, que tem como principal objetivo “compôr um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial”.

No Brasil, os inventários foram inseridos no texto constitucional como forma de proteção e de promoção do Patrimônio, donde “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, Art. 216, §1º).

O IPHAN, através da Portaria Nº 160/2016, ressalta a produção do conhecimento a atividade primordial dos inventários e a proteção um dos resultados dessa atividade. Nesse sentido, a Portaria em questão resolve:

Art. 1º Caracterizar os objetivos e elementos necessários à produção de inventários como instrumentos voltados para à identificação, documentação, produção de conhecimento e informação sobre os bens culturais, com vistas subsidiar a tomada de decisão nos vários campos de ação institucional do IPHAN

§ 1º Os inventários a serem produzidos em decorrência dessa portaria não se configuram, de per se, como instrumentos de proteção, mas integram iniciativas voltadas à produção de conhecimento que podem ou não redundar em medidas de proteção.

§ 2º O inventário será considerado um instrumento de proteção e/ou acautelamento apenas quando expressamente definido em norma própria, que deverá estabelecer os efeitos sobre os bens inventariados.

Art.2º Reconhecer a atividade de inventariar, pelos processos de pesquisa e documentação que a constitui, como forma de propiciar ao Estado e à sociedade o conhecimento e a visibilidade da diversidade cultural brasileira (IPHAN, 2016).

Ainda que os inventários tenham como atividade primordial a produção de conhecimento acerca dos bens culturais e funcionem como subsídio para a tomada de decisão, esses instrumentos terminam por justificar a seleção de determinados bens como patrimônio cultural em detrimento de outros, o que demonstra o aspecto político presente nesses procedimentos, uma vez que:

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421>

se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história. Essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariação é o objetivo do trabalho. O que e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. Dependerá dos bens que devem ser identificados, dos dados a serem registrados e comparados e dos sujeitos envolvidos nos procedimentos de inventariação, como também de quais pesquisas vão orientar a delimitação dos territórios, dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e assim por diante. Em última análise, de quem faz a seleção, por que e para quem a faz (MOTTA; REZENDE, 2008, sp).

Nesse sentido, os inventários podem ser percebidos – e essa é a nossa percepção – não só como um instrumento de produção de conhecimento e de preservação do patrimônio, mas também como uma estratégia para definir quais os bens que serão elencados como patrimônio de determinado grupo social.

Assim, o objeto da pesquisa em tela está relacionado com a hipótese das ações estudadas, a Rede de Museus e o Inventário do Patrimônio Cultural da UFPE, funcionarem como estratégias de determinados agentes no sentido de exercerem o poder de definirem o Patrimônio da universidade. Isso porque os processos de patrimonialização estão permeados por disputas em que os diferentes agentes lutam pela legitimidade do exercício desse poder simbólico, que é justamente a obtenção do monopólio da definição legítima, ou seja, impor uma definição de patrimônio que, legitimada, será reconhecida pelos demais membros do grupo social.

### **1.5. Estratégias: ações voltadas para a obtenção de poder**

Como já observado, tanto a Rede de Museus quanto o Inventário do Patrimônio Cultural Tangível da UFPE são abordadas enquanto estratégias para se obter o poder simbólico de definir de forma legítima quais os bens que compõem e quais os que virão a compor o patrimônio cultural da Universidade e qual deva ser o processo legítimo de sua musealização/patrimonialização. Dessa maneira, fez-se necessário discutir acerca da noção de estratégia, assim como clarificar a noção a ser abordada neste trabalho.

Partimos da ideia de que estratégia pressupõe a mobilização de determinados elementos para se chegar aos resultados desejados. Luiz (2021, p. 19) explica que, por meio da estratégia, os recursos disponíveis “são ajustados no tempo e no espaço visando obter determinados efeitos, [...] procedendo por meio da colocação em ação de distintos passos, quer dizer, de táticas que, concatenadas e conjugadas, vão produzir as consequências almejadas”.

A primeira conotação dada ao conceito de estratégia foi de cunho militarista. Etimologicamente originada no grego “strategos”, que significa general, estratégia vem a significar ‘a arte do general’, termo que já trazia a ideia de objetivo a ser alcançado e táticas a serem realizadas, “visto que na Grécia os strategos eram os generais dos exércitos e suas habilidades e competências no exercer do cargo culminavam numa sequência de meios para alcançar o fim almejado, estabelecendo caminhos para a vitória sobre o inimigo” (PAIXÃO, 2012, p. 11).

Por mais que a categoria estratégia tenha se disseminado por diversas áreas de saber e campos de atuação (facilmente encontramos referências a estratégias de comunicação, jurídicas, organizacionais etc.), da concepção inicial militarista podemos observar um elemento comum que figura nos diferentes usos do termo estratégia: seu uso requer a presença de um outro que se queira vencer, ou convencer, ou atrair, ou expulsar etc. No caso dos militares temos a figura do inimigo, porém, com o desenvolvimento dos estudos acerca desta categoria e de sua proliferação nos diferentes campos de saber – e de poder – o termo passa a ser adotado também com relação a concorrentes (por exemplo, no caso das empresas), adversários (no caso de disputas pelo poder) etc. Acerca dessa questão, Michel de Certeau (2014) é elucidativo:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) [...] postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. [...] Toda racionalização estratégica procura em primeiro lugar distinguir de um ambiente um próprio, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (CERTAU, 2014, p. 99)

Podemos compreender que as estratégias se desenvolvem no âmbito das relações sociais, em que os agentes lançam mão de seu uso para alcançar seus objetivos frente a um ou vários disputantes. Nesse sentido, Foucault irá depreender, em termos gerais, estratégia como sendo os mecanismos utilizados nas relações de poder. Segundo Castro (2004), Foucault distingue três sentidos do termo estratégia:

1) Designa a escolha dos meios empregados para obter um fim, a racionalidade utilizada para alcançar objetivos. 2) Designa o modo em que, em um jogo, um jogador se move de acordo com o que pensa acerca de como atuarão os demais e do que pensa acerca do que os outros jogadores pensam acerca de como ele haverá de se mover. 3) Designa o conjunto de procedimentos para privar o inimigo de seus meios de combate, obrigá-los a renunciar à luta e, assim, obter a vitória. Esses três sentidos se resumem na ideia da estratégia como “escolha das soluções ganhadoras” (CASTRO, 2009, p. 151).

O autor esclarece que, ao analisar a ideia de estratégia defendida por Foucault, pode-se falar das estratégias como próprias das relações de poder “na medida que elas constituem modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros”, uma vez que, para Foucault (2001, apud SEIXAS, 2011, p. 74), as relações de poder se definem como “modos de ação que não atuam direta ou indiretamente sobre os outros, mas sobre suas ações”, o que significa dizer que,

agir sobre as ações dos indivíduos reflete a mecânica de um conjunto de estratégias de como atuar não diretamente sobre os corpos dos indivíduos, mas sim sobre as suas condutas, através de variadas possibilidades: induzindo, separando, facilitando, dificultando, limitando, estendendo, impedindo (SEIXAS, 2011, p. 74).

Nesse sentido, se pode compreender que, para que haja relações de poder e não um estado de dominação pura, faz-se necessário que “o outro seja reconhecido e mantido até o final como um sujeito de ação, e também que se abra, frente à relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 2001, apud SEIXAS, 2011, p. 74). De outro modo, para Foucault, não temos relações de poder, mas um estado de dominação pura. E, estando o sujeito neste estado de dominação pura, não consegue ser capaz de elaborar, tampouco colocar em prática estratégias.

Bourdieu (2004, p. 22, 23) observa que as relações de poder ocorrem no interior de campos sociais que se configuram ao mesmo tempo como “campos de força e campos de lutas para conservar ou transformar esses campos de força”. Assim, para este autor, as estratégias são determinadas conforme a posição do agente no interior de determinado campo:

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Em referência a um campo social específico, o campo literário, Bourdieu explica de forma mais detalhada como se dá o uso das estratégias por parte dos agentes no interior do campo:

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pose-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua

trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Podemos depreender que os agentes agem de acordo com disposições adquiridas no decorrer de suas trajetórias sociais. Essas disposições são definidas por Bourdieu (2015, p. 191) como sendo o *habitus*, “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

Assim, ao incorporar as disposições inscritas no *habitus* de sua posição no campo social, os agentes tendem a agir conforme essas disposições, o que Bourdieu irá chamar de senso prático:

Os "sujeitos" são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação. (BOURDIEU, 2011, p. 42)

Assim, temos que as estratégias a serem traçadas pelos agentes ocorrem conforme seus *habitus*, disposições duradouras que são resultados de suas trajetórias sociais, por suas vezes determinadas pelas respectivas posições que ocupam no espaço social. Nesse sentido, ainda segundo a teoria bourdiana, as estratégias traçadas pelos agentes objetivam alcançar uma melhor posição no campo, ampliando assim seu poder de agir no interior desse campo.

Este poder ou capital constitui o principal incentivo para participar das regras do jogo do campo, lutar por uma melhor posição e um maior volume de capital (BOURDIEU, 2002, p. 119). Isto é, em termos normativos, a teoria bourdiana aponta que os agentes tendem a buscar a faculdade de estabelecer as representações sociais legítimas com base na acumulação de capital: ganhar poder para definir a realidade e ganhar reconhecimento desse poder como legítimo e não como arbitrário (RODRIGUEZ, 2018, p. 225-226)(tradução livre<sup>13</sup>).

As estratégias enquanto o conjunto de ações dos agentes sociais voltadas para a obtenção de poder, no caso em tela, poder de fazer valer como legítimas, ou seja, reconhecidas pelos demais membros do espaço social como válidas, suas

---

<sup>13</sup> No original, em espanhol: Este poder o capital constituye el principal incentivo para participar en las reglas de juego del campo, luchar por una mejor posición y un mayor volumen de capital (Bourdieu, 2002, p. 119). Es decir, en términos normativos, la teoría bourdesiana señala que los agentes tienden a buscar la facultad de establecer las representaciones sociales legítimas con base en la acumulación de capital: ganar poder para definir la realidad y ganar reconocimiento de dicho poder como legítimo y no como arbitrario.

representações, definições acerca de determinada realidade. É nesse contexto que nossa análise se desenvolve, visando entender determinadas ações num espaço social determinado (UFPE) como estratégias para a obtenção do poder de definir de maneira legítima qual o patrimônio da universidade e quais os processos de patrimonialização.

### **1.6. Definição legítima: o poder de definir com autoridade**

Pautados na noção de campo social apresentada por Pierre Bourdieu, podemos depreender que os agentes inseridos nos campos empreendem estratégias com o objetivo de melhorarem suas posições no interior do campo. Nessa constante disputa, as correlações de forças são postas em jogo, em que cada agente lança mão de seu capital simbólico na busca de certa autoridade: a de ser o agente competente acerca de determinado tema, ou seja, de se ter o poder de ser ouvido, de sua representação ser recebida como válida, legítima pelos demais membros do campo. Sobre isso, Bourdieu, ao se referir ao campo linguístico, traz a seguinte observação:

A estrutura da relação de produção linguística depende da relação de força simbólica entre os dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente linguístico): a competência é também portanto capacidade de se fazer escutar. A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos. Daí a definição completa da competência como direito à palavra, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade. A competência implica o poder de impor a recepção (BOURDIEU, 1983b, p. 160, 161).

O que está em disputa no interior dos campos é, dessa forma, a possibilidade de se ter a competência, ou seja, “a capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983a, p. 123). Assim, quando trabalho com a hipótese de que as ações que são objetos deste trabalho são estratégias para se conseguir a definição legítima do patrimônio cultural e dos processos de patrimonialização no interior da UFPE, estou, baseado na teoria bourdiana, partindo do princípio que os agentes envolvidos em tais ações buscam, através delas, “impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 2011, p. 114). Ainda segundo o sociólogo francês:

Com efeito, o que nelas (lutas das classificações) está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através do princípio de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2011, p. 114).

Assim, tem-se que a competência de impor determinada visão, de definir algo como válido, verdadeiro, configura-se como o exercício de um poder simbólico reservado àqueles que alcançam a autoridade necessária para exercê-lo (autoridade científica, por exemplo) Michel Foucault (2017, p. 45) lembra que o exercício do poder ocorre e se mantém, ou seja, é aceito, “simplesmente porque ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.

Foucault chama a atenção para a existência, nos diversos grupos sociais, de sistemas articulados com fins de produzirem o discurso a ser considerado verdadeiro. Para este autor, os sistemas de poder são responsáveis pela produção da “verdade”, que engloba todo “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2017, p. 54). Todos esses procedimentos configuram o que o autor irá chamar de “Regime de Verdade”, que vem a ser:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2017, p. 52).

Foucault (2017) lembra que as disputas em torno da verdade não ocorrem em função do “conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas justamente em função do controle do Regime de Verdade. Ou seja, o combate se dá em torno do “estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha”, uma vez que “ao verdadeiro se atribui efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2017, p. 53). E, ao se afirmar com autoridade uma verdade, o ato de afirmá-la tem o poder de “produzir a existência daquilo que enuncia” (BOURDIEU, 2011, p. 115). Para este autor, “os agentes lutam pelo poder simbólico do qual uma das manifestações mais típicas é esse poder de nomeação constituinte, que, ao nomear, faz existir (BOURDIEU, 2004, p. 73).

Assim, temos que as lutas que são travadas entre os agentes no interior de campos sociais se dão principalmente em função da obtenção do poder simbólico de nomear, de definir, de impor sua visão de mundo de forma legítima. Tais definições se dão, como já observado, através de princípios de visão e de divisão que, de acordo com Bourdieu, têm o propósito de traçar fronteiras e determinar regiões. Bourdieu define o discurso regionalista como sendo

um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora (BOURDIEU, 2011, p. 116).

Dessa forma, podemos considerar que, quando tratamos de estratégias para se conseguir o poder de definir de forma legítima o patrimônio cultural de um espaço social como a Universidade Federal de Pernambuco, estamos falando de estratégias traçadas por determinados agentes que, por possuírem determinada posição nesse espaço, as traçam no sentido de definir as fronteiras, a região, ou seja, o que deva ser e do não deva ser considerado patrimônio.

## **CAPÍTULO 2**

# **SITUANDO O CAMPO EMPÍRICO: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL**

## **2. SITUANDO O CAMPO EMPÍRICO: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL**

Nesse capítulo busquei contextualizar a trajetória das questões referentes ao patrimônio cultural da UFPE no interior da própria universidade.

Para tanto, fiz um breve resgate da criação da Universidade com o intuito de demonstrar a relação de reciprocidade com a formação do seu patrimônio cultural. Em seguida, busquei demonstrar a partir dos documentos oficiais da Universidade (estatuto, regimento, planos, resoluções, portarias etc.) a evolução do trato da UFPE com o seu patrimônio cultural, movimento que, em nosso entender, caminha em direção da institucionalização desse patrimônio e das instituições museológicas.

### **2.1 A Universidade Federal de Pernambuco e seu patrimônio cultural: uma relação de coexistência**

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) configura-se como instituição de educação superior, de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação. Enquanto universidade pública, é “dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, com sede e foro legal na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco” (UFPE, 2018, Art. 1º). Sua criação ocorre em 1946, com a aglutinação de faculdades já existentes na cidade do Recife, e seu desenvolvimento propiciará também a constituição de um patrimônio cultural que, como já mencionado, é significativo de uma cultura universitária própria da UFPE.

A primeira experiência de ensino superior no estado de Pernambuco é vivenciada com a instalação dos Cursos Jurídicos e Sociais de Olinda, ainda no Século XIX, que posteriormente se transformaram na Faculdade de Direito do Recife Criados em 11 de agosto de 1827 e com as atividades iniciadas em 15 de maio de 1828. Os primeiros cursos de ciências jurídicas<sup>14</sup> do Brasil são criados em um contexto de efetivação do processo de independência nacional, processo este que passara a exigir juristas e funcionários do Estado aptos a dar respostas institucionais às demandas de um novo país. Segundo Rago e Vieira (2015), a criação dos primeiros cursos de Direito deve ser compreendida nesse contexto:

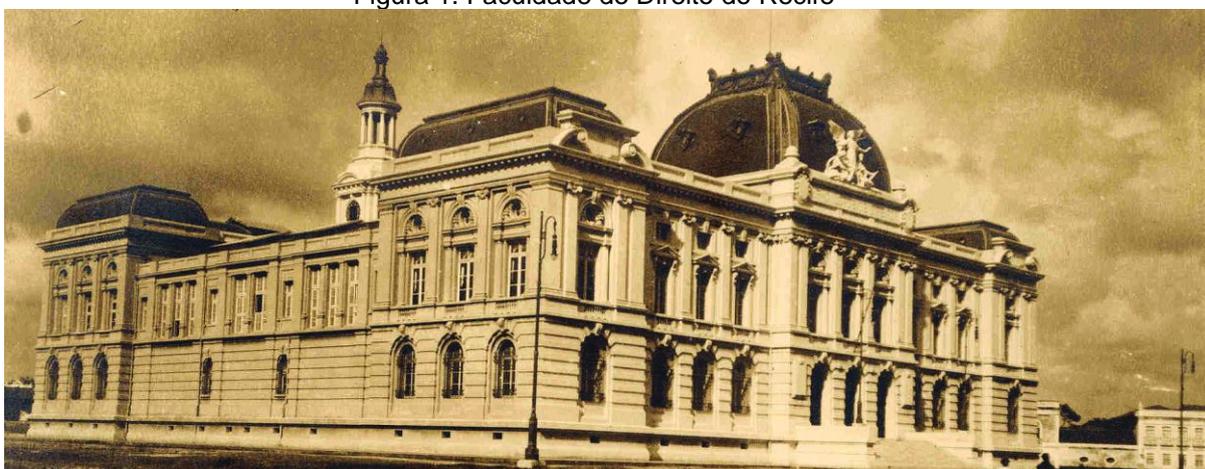
---

<sup>14</sup> Simultaneamente à criação do curso de Olinda, foi criado também o curso de ciências jurídicas da cidade de São Paulo.

Diferente, no entanto, seria a situação do país liberto, que passaria a exigir dirigentes e legisladores com nova mentalidade, adequada às demandas da nação autônoma em construção. É nesse contexto que deve ser entendida a aprovação do projeto de 31 de agosto de 1826, transformado em lei imperial em 11 de agosto de 1827, que criou as Escolas de Direito de São Paulo e de Olinda, esta última posteriormente transferida para Recife. [...] Aos cursos de direito, para onde afluíam os filhos das elites rurais, foi atribuída a missão de formar bacharéis aptos a assumir o papel de dirigentes responsáveis pelos destinos do país, e, também, de preparar intelectuais capazes de refletir e formular projetos para a nação. (RAGO; VIEIRA, 2015).

Em 1852, o Curso de Direito de Olinda recebeu a denominação de Academia de Ciências Sociais e Jurídicas, transferindo-se para o Recife em 1854, quando mais uma vez altera a sua nomenclatura, passando a se chamar Faculdade de Direito do Recife. Em 1912, a Faculdade de Direito se instala definitivamente no prédio construído exclusivamente para abrigá-la, um imponente palácio (Figura 1) na praça Adolfo Cirne, no bairro da Boa Vista, onde a Faculdade funciona até os dias atuais.

Figura 1. Faculdade de Direito do Recife



Fonte: Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife. Disponível em <https://www.ufpe.br/memoriafdr>.

A Faculdade de Direito do Recife representa um importante espaço sob a perspectiva do patrimônio cultural universitário. Seu conjunto patrimonial envolve o majestoso prédio, seu mobiliário, sua hemeroteca, o arquivo de documentos, seus objetos e suas obras de arte, assim como os estudos e ideias desenvolvidos pelos professores e alunos, [...] que também integram o patrimônio gerado no âmbito acadêmico ou com base nele (BARBOSA, 2011, p. 117, 118).

Durante praticamente todo o Século XIX, a Faculdade de Direito do Recife foi a única experiência de ensino superior em Pernambuco. Afora esta, as primeiras instituições de ensino superior só irão surgir em fins do Século XIX e início do Século XX. Na última década do Século XIX e primeiras décadas do Século XX, a cidade do Recife experimentava um intenso processo de modernização de suas atividades econômicas, o

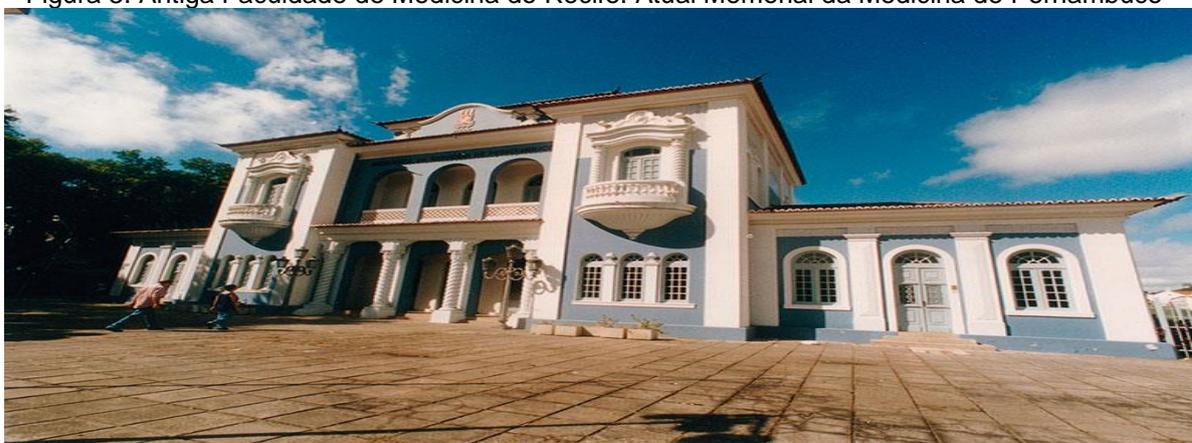
que levou inevitavelmente a um crescimento econômico e demográfico. Todo esse processo resultou também no surgimento de novos problemas típicos da urbanização sem planejamento que exigiu do Recife o investimento tanto no enfrentamento a essas adversidades quanto em infraestrutura. Com essa nova realidade, o Recife passa a carecer mais intensamente de cursos em nível superior voltados para a formação profissional e acadêmica dos técnicos dessas áreas, cursos estes até então ausentes na capital pernambucana. É nesse contexto que se tem, nas últimas décadas do Século XIX, movimentos para a criação dos Cursos de Engenharia e de Medicina em Pernambuco, o que culminou com a criação, em 1895, da Escola de Engenharia do Recife (Figura 2) e, 20 anos mais tarde, em 1915, da Faculdade de Medicina do Recife (Figura 3).

Figura 2: Antiga Escola de Engenharia de Pernambuco. Atual Memorial da Engenharia de Pernambuco.



Fonte: <https://poraqui.com/recife-antigo-centro/antiga-escola-da-ufpe-aguarda-instalacao-do-memorial-de-engenharia-na-rua-do-hospicio>.

Figura 3. Antiga Faculdade de Medicina do Recife. Atual Memorial da Medicina de Pernambuco



Fonte: <https://www.ufpe.br/proexc/memorial-da-medicina>.

A criação dessas duas faculdades, somada à já existente Faculdade de Direito, proporcionou a formação de pessoal técnico especializado para as necessidades que surgiam no Recife em virtude da nova realidade vivida pela cidade:

Assim, em termos gerais, a Faculdade de Direito formava advogados, dirigentes políticos regionais e intelectuais humanistas; Engenharia formava os técnicos-administradores, os responsáveis pela construção civil e pela "arrumação física" da cidade, reservando-se aos médicos o papel dos verdadeiros cientistas da época, além da manutenção das grandes clínicas e da administração da saúde pública. (PERRUCCI, 1986, p. 507, 508)

O decorrer da primeira metade do Século XX na cidade do Recife é marcado pela criação de novos cursos superiores que, de acordo com Perruci (1986, p. 506), “vão surgindo fragmentária e desarticuladamente, mais em função do crescimento físico e da polarização econômica exercida pela cidade do que mesmo por necessidades demandadas pela estrutura produtiva”. Foram os casos da Escola de Farmácia, criada em 1902; da Escola de Odontologia; em 1913; da Escola de Belas Artes, em 1932; e da Faculdade de Filosofia do Recife, em 1941. Da congregação dessas Faculdades e Escolas espalhadas pelo centro da cidade é criada, através do Decreto-lei 9.388, de 20 de junho de 1946, “a Universidade do Recife, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, instituição de ensino superior, como pessoa jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar” (BRASIL, 1946, Art. 1º).

A criação da Universidade do Recife (UR) ocorreu dentro de um contexto mais amplo, em que o país acabara de sair de um período ditatorial – o Estado Novo – e passara a viver um processo de redemocratização. Esse contexto contribui sobremaneira para criar a conjuntura favorável para a criação da UR:

a criação das Universidades nos diversos estados brasileiros parece representar o espírito de conciliação e de concórdia do País.

A "redemocratização", com a queda do Estado Novo, em 1945, propiciou uma conjuntura favorável à retomada da autonomia estadual e o ensino superior se redefine, a partir de então, em termos de mudança (dentro das raízes liberais do discurso modernizante) e de controle (dentro das raízes oligárquicas locais), formalizados em termos de uma centralização acadêmica e administrativa, reunindo as diversas escolas isoladas no que se denominou, pomposamente, de "Universidade do Recife" (PERRUCCI, 1986, p. 508).

A criação das Faculdades e Escolas de Ensino Superior sediadas no centro da cidade e a conseqüente criação da Universidade do Recife deixaram contribuições importantes para a formação do patrimônio cultural da UFPE. Além da Faculdade de Direito do Recife, que continua em funcionamento, os prédios das antigas Faculdade de Medicina do Recife, da Escola de Música e da Escola de Engenharia abrigam hoje, respectivamente, o Memorial da Medicina de Pernambuco, o Centro Cultural Benfica (Figura 4) e o Memorial da Engenharia de Pernambuco, espaços destinados à valorização do patrimônio cultural a à realização de ações culturais da Universidade.

Figura 4: Antiga Escola de Música de Pernambuco. Atual Centro Cultural Benfica.



Fonte: <https://www.ufpe.br/proexc/centro-cultural-benfica>

Das faculdades e escolas que compunham a Universidade do Recife antes da inauguração do campus universitário, esses quatro prédios são os que ainda estão sob a administração da UFPE. A Faculdade de Direito abriga o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); já os outros três prédios estão sob a gestão da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, mais especificamente da Diretoria de Cultura, e têm como função desenvolver ações institucionais voltadas à preservação e difusão do patrimônio cultural da Universidade.

No ano seguinte à criação da Universidade do Recife, com a sanção da Lei n. 42, de 12 de dezembro de 1947, foi iniciado o processo de implementação de um campus universitário. Em 1949, foi entregue o projeto arquitetônico e urbanístico da Cidade Universitária, concebido pelo arquiteto italiano Mario Russo. De acordo com Costa (2016):

O Campus Universitário Joaquim Amazonas é um patrimônio urbano de características modernistas de grande qualidade arquitetônica pertencente à Universidade Federal de Pernambuco. Seu plano urbanístico começou a ser concebido no ano de 1949, pelo arquiteto italiano Mario Russo, convidado para lecionar no Brasil na Escola de Belas Artes de Pernambuco e assumir o cargo de chefe do Escritório Técnico da Cidade Universitária (ETCU). Tal plano foi submetido a duas revisões em 1951 e 1955 ainda segundo a coordenação do arquiteto e sua equipe, mas apenas no ano de 1957, quando Russo já havia deixado sua posição na Universidade do Recife, recebeu sua configuração definitiva.

[...]

Mario Russo propôs um plano urbano caracterizado, em linhas gerais, pela autossuficiência em relação à cidade, visto que abrigava equipamentos não apenas de ensino, mas também de lazer, cultura, desportivos e residenciais; pela setorização funcional, característica marcante do arquiteto e do movimento modernista brasileiro (COSTA, 2016, p. 19).

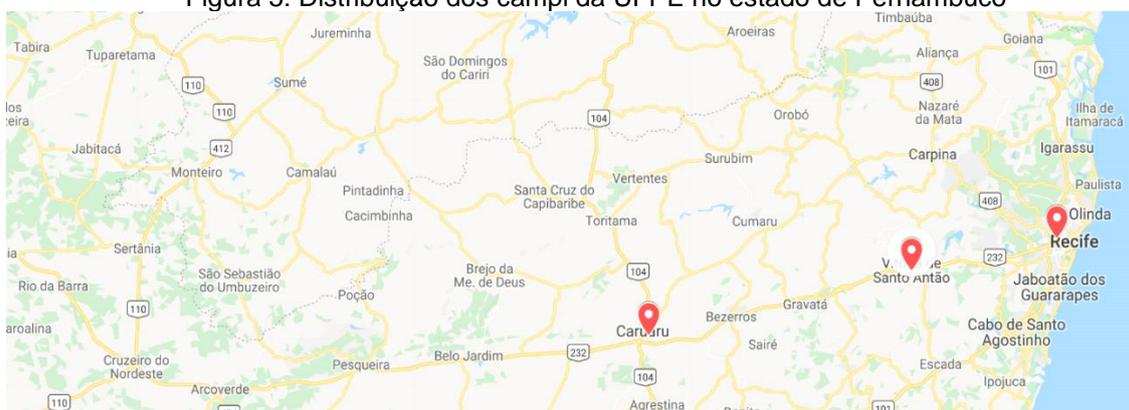
Em 1958, o Campus Universitário foi inaugurado com a entrega do prédio da Faculdade de Medicina, hoje Centro de Ciências Médicas. Em 1965 a Universidade do Recife se integra ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País,

recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (UFPE, 2015).

Em 2006, com a política de interiorização da educação superior implantada pelo Governo Federal, a UFPE passa por mais uma transformação profunda em sua estrutura, com a instalação de dois *campi* no interior do estado de Pernambuco, nas cidades de Caruaru, na mesorregião do Agreste; e da Vitória de Santo Antão, na mesorregião Zona da Mata Sul.

Atualmente a UFPE é constituída por três campi, assim distribuídos na capital e no interior do estado: I - Campus Joaquim Amazonas, na cidade do Recife; II - Campus da Vitória de Santo Antão, no município da Vitória de Santo Antão – PE; III - Campus do Agreste, no município de Caruaru – PE.

Figura 5: Distribuição dos campi da UFPE no estado de Pernambuco



Fonte: elaborado pelo autor; a partir do site google maps.

Cada campus está organizado em centros acadêmicos, departamentos, núcleos, órgãos suplementares, laboratórios, memoriais, museus, salas de professores, salas de aula, ambientes administrativos, etc. Nesses espaços estão espalhados centenas, milhares, incontáveis bens que possuem valores simbólicos, significativos para a experiência universitária, no caso específico, os bens que identificam a experiência da UFPE enquanto instituição universitária.

O breve resgate da criação e desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco foi realizado no sentido de percebermos que, junto com o desenvolvimento da Universidade, foi se constituindo também o seu patrimônio cultural, daí podemos depreender que a história da Universidade Federal de Pernambuco se confunde com a formação de seu patrimônio cultural, e vice-versa.

## **2.2. A Universidade Federal de Pernambuco e o caminho traçado na direção do reconhecimento e institucionalização de seu patrimônio cultural e das instituições museológicas**

É, então, no processo de formação da UFPE, desde os seus primeiros movimentos, que se iniciam as formações de seus acervos que, em muitos casos – provavelmente em sua maioria – se ainda existem, é muito em virtude de iniciativas particulares de membros da comunidade acadêmica:

Os acervos da Universidade Federal de Pernambuco constituem a memória da instituição. Sejam acervos artísticos, históricos ou científicos, eles estão espalhados em seus diversos departamentos e centros, sob a guarda e administração de profissionais da Universidade que dedicam seu trabalho a fim de preservar e difundir a história da instituição (OLIVEIRA, 2015, p. 48).

No trabalho de preservação desses bens foram instalados, muitos também por iniciativas individuais – e não institucionais, diversos equipamentos como memoriais, museus, galerias de arte e coleções visitáveis. Esses equipamentos, de acordo com Ribeiro (2011, p. 127), “além de realizar atendimento ao público, precisam salvaguardar um precioso acervo composto por objetos que testemunham a história das técnicas e da memória social de diversas disciplinas”. Para Barbosa (2011, p.117),

milhares de peças e coleções, originárias de diferentes formas de aquisição e voltadas para o ensino, para a pesquisa e/ou para ações extensionistas, constituem parte importante do patrimônio cultural da UFPE.

Os acervos e museus da Universidade Federal de Pernambuco, através de suas coleções científicas, artísticas e históricas, contribuem para o desdobramento do conhecimento e para ações de gestão acadêmica.

A temática do patrimônio cultural tem ocupado cada vez mais espaço nos mais diversos grupos e espaços sociais, e no interior das universidades não tem sido diferente, com discussões cada vez mais constantes acerca da necessidade de as universidades formularem políticas e desenvolverem ações institucionais para a preservação de seus patrimônios. Se levarmos em conta que as universidades têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, essas instituições podem e devem se responsabilizar pela gestão dos seus patrimônios culturais.

Na UFPE, as discussões sobre o patrimônio cultural universitário vêm se intensificando. Desde 2003, quando o tema é citado pela primeira vez em um documento oficial da universidade, o quantitativo de iniciativas vem crescendo e considero o panorama atual favorável para a consolidação de uma das ações objeto dessa pesquisa:

a rede de museus. Nas linhas a seguir tentarei mostrar de forma sintética, a partir da leitura cronológica dos documentos oficiais (resoluções, portarias, estatuto, regimento) que foram sendo publicados.

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2003-2013 foi o primeiro documento oficial da UFPE em que o patrimônio cultural foi citado, quando, no tópico estratégico nº 12 - da Extensão, podemos perceber a preocupação para com a temática do patrimônio cultural universitário, pois objetiva “Desenvolver e preservar o patrimônio científico e cultural da instituição”.

O PEI 2003-2013 mostrou-se importante pelo pioneirismo. A partir deste documento a comunidade universitária, principalmente os que lidam diretamente com o tema, passam a vislumbrar a possibilidade de se ter uma institucionalidade na UFPE em favor do patrimônio e dos equipamentos que se esforçam em preservá-lo.

Uma observação a ser feita na leitura do documento se refere à vinculação do patrimônio cultural tão somente à extensão universitária, desconsiderando seu potencial para as atividades de ensino e pesquisa e, mais que isso, à articulação entre essas três funções da universidade. Ainda assim, considero como de extrema importância essa primeira referência, por ser, por assim dizer, o pontapé inicial nas discussões acerca do patrimônio cultural da/na UFPE.

No ano de 2010 é aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013. Este Plano determina como um dos princípios institucionais a UFPE enquanto lugar de preservação e disseminação da cultura (UFPE, 2010, p. 21), e traz como uma de suas diretrizes “criar um espaço dedicado à preservação e promoção do patrimônio cultural e científico (Museu da UFPE)” (UFPE, 2010, p. 67). O documento confere à então Diretoria de Extensão Cultural (DEC) a articulação das políticas culturais que atendem a preservação do patrimônio artístico da UFPE, a promoção e difusão das atividades culturais desenvolvidas pela comunidade acadêmica integrando-as aos meios de produção de bens culturais do Estado (UFPE, 2010, p. 50).

Mais uma vez podemos observar a concepção de que as atividades ligadas à cultura, dentre elas as relativas ao patrimônio cultural, estão sob responsabilidade da gestão da extensão universitária, sem mencionar a articulação com o ensino e a pesquisa. Ocorre que, por mandamento constitucional, as atividades a serem desenvolvidas pela Universidade devem estar pautadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988: Art. 207)

Neste ponto em particular, compreendemos que a ideia de vincular as ações referentes ao patrimônio cultural tão somente à estrutura da Extensão é no mínimo

preocupante, uma vez que as ações de extensão geram menos capital científico do que as atividades de pesquisa, por exemplo. Sobre essa questão, Ribeiro (2013, p.94) esclarece que:

No contexto do sistema de avaliação do campo científico no Brasil, trata-se de ganhos relacionados principalmente com a atividade de pesquisa e com seus mecanismos de legitimação (publicações em periódicos com Qualis, participação em projetos de pesquisa financiados, geração de patentes, etc.). Assim, qualquer atividade que não produza lucros neste campo é desvalorizada institucionalmente.

Assim, as estratégias, as escolhas dos agentes seriam orientadas visando o maior acúmulo possível de capital científico. E, não estando a Extensão no rol das atividades que geram maior lucro, o fato de a Universidade explicitar em um de seus documentos que as ações relativas ao patrimônio cultural devam estar sob responsabilidade tão somente da estrutura institucional da extensão universitária traz aos agentes que lidam diretamente com a temática a preocupação de a Instituição não dar a devida valorização às questões relativas ao patrimônio.

Em 2013 a questão cultural da UFPE passa a constar no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027 da Universidade, uma vez que um dos objetivos estratégicos consiste em “implantar uma política de resgate, preservação e acesso à cultura”. Vale destacar também que nesse documento o Reitor da Universidade afirma a responsabilidade da UFPE para com a preservação de seu patrimônio cultural e a necessidade de sua proteção:

A cultura e a memória também têm se constituído em referência para a UFPE. A nossa instituição é responsável pela preservação de acervos históricos, artísticos e científicos de imenso valor e temos de protegê-los adequadamente. E somos também produtores de novas experiências culturais, artísticas e científicas, que necessitam ser difundidas na sociedade (UFPE, 2013, p. 05).

Ainda com referência ao PEI 2013-2027, chamo a atenção para o fato de, a partir de então, a Universidade ter como objetivo estratégico a implantação de uma política institucional para o campo da cultura, fato este que responsabiliza, institucionaliza, traz um novo olhar para o patrimônio cultural da/na universidade.

No ano de 2015 foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. O documento traz algumas inovações no que se refere ao campo da cultura e, em consequência, ao campo do patrimônio cultural. Uma das principais inovações está relacionada à cultura enquanto atividade não só de Extensão, mas também de Ensino e de Pesquisa:

A partir de 2013, além de ser considerada como importante atividade de Extensão, a Cultura passa a abranger, na UFPE, outras características: Cultura é ensino, na medida em que temos vários cursos diretamente vinculados ao campo cultural, seja na graduação (Cinema & Audiovisual, Dança, Artes Visuais, Teatro, etc.) seja na pós-graduação. Cultura é pesquisa, sendo suficiente observar a imensa quantidade de dissertações e teses produzidas sobre questões culturais, além dos grupos de pesquisa da instituição que se dedicam a pensar essas mesmas questões

[...]

Para que possamos entender melhor as mudanças porque passa a Cultura na UFPE, é necessário perceber que ela passa a operar como um Sistema Integrado, perpassando todas as atividades fins da instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão) e internalizada nos campi de forma explícita (UFPE, 2015, p. 63, 64).

Em sintonia com o PEI 2013-2027, o PDI 2014-2018 também determinou como objetivo estratégico a implantação de uma política de resgate, preservação e acesso à cultural. Em função desse objetivo estratégico, foi aprovada a Portaria Normativa nº 02, de 02 de março de 2015, que dispôs sobre a alteração da nomenclatura da Pró-reitoria de Extensão passando a se chamar Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Tal alteração, segundo a pró-reitora à época, “se deveu à proposta de dar mais relevância às atribuições culturais encampadas pela pró-reitoria” (UFPE, 2015c), que passou a ter em seu organograma a Diretoria de Cultura, que tem como responsabilidade:

a coordenação e articulação das políticas culturais que atendam à preservação do patrimônio artístico da UFPE, bem como à promoção e difusão das atividades culturais desenvolvidas pela comunidade acadêmica integrando-as aos meios de produção de bens culturais do Estado (UFPE, 2015b: Art. 3).

Assim, essa alteração, com a inclusão do termo “Cultura” na nomenclatura de uma pró-reitoria, é significativa no sentido de a UFPE referenciar a importância que está sendo dada ao tema, ao mesmo tempo em que sinaliza à comunidade que está em curso uma nova proposta de política cultural na universidade.

Nos documentos até aqui analisados já são perceptíveis as discussões acerca da cultura universitária e da necessidade de implantação de uma política institucional de cultura. Na esteira dessas discussões, particularmente no que se refere ao patrimônio cultural universitário, em 2016 a PROExC emitiu a portaria nº 002, que designou a formação de uma comissão temporária, composta de 10 (dez) servidores da Instituição, com o propósito de elaborar proposta de resolução acerca da gestão dos museus, acervos, galerias de artes e coleções científicas da UFPE.

Ao mesmo tempo em que se discute o patrimônio cultural da UFPE por meio da institucionalização dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte; a

Universidade passava por um processo maior e mais amplo: a elaboração de um novo estatuto e um novo regimento. Esses documentos foram aprovados em 2017 e publicadas em outubro de 2018. No que se refere à cultura e ao patrimônio cultural, os novos documentos trazem importantes inovações.

Segundo o Novo Estatuto, a Universidade Federal de Pernambuco tem agora como um de seus princípios a “valorização da cultura e das manifestações artísticas e populares” (UFPE, 2018: Art. 3º, V) e como uma de suas finalidades o “estímulo à troca de saberes e práticas culturais na comunidade acadêmica e com os diversos segmentos da sociedade” (UFPE, 2018: Art. 4º, VIII).

Importante salientar que o processo estatuinte ocorreu em meio à organização de diferentes fóruns de discussões, criados com o intuito de debater temas relacionados à atuação da universidade e como estes temas seriam abordados no novo estatuto. Um desses fóruns, o Fórum Cultura na Estatuante, foi palco de intensos debates que expôs uma oposição entre a ideia de cultura que deveria ser adotada pela UFPE e estar presente no novo documento: “uma primeira, baseada no Plano Nacional de Cultura, que pensa a cultura enquanto instrumento de produção cultural a ser realizada pela Universidade; e uma segunda, que pensa a cultura como parte integrante do processo formativo da comunidade acadêmica” (MENDONÇA JÚNIOR, 2020, p. 131).

Ao analisar o texto estatutário, ficou perceptível que a ideia que prevaleceu foi a segunda, a partir do desenvolvimento de dois argumentos principais: o primeiro, que a ideia cultura pautada na produção cultural “não respondia, ou não dava conta das especificidades da Universidade enquanto espaço social; e um segundo, que a ideia de produção cultural por si só não atendia ao processo de formação acadêmica que seria o fim mesmo da Universidade” (MENDONÇA JÚNIOR, 2020, p. 133).

Na mesma direção do exposto no estatuto, o novo regimento da UFPE traz a seguinte concepção do que seja e qual o papel da cultura na universidade, expondo de forma mais específica a questão do patrimônio cultural:

Art. 97. A cultura na Universidade, entendida como expressões artísticas e como preservação do patrimônio artístico-cultural, promoverá ações de fomento, de reconhecimento e de divulgação das iniciativas produzidas pelos diversos agentes culturais, especialmente aqueles diretamente vinculados à instituição, com o objetivo de suscitar oportunidades de incremento artístico-cultural, enfocando prioritariamente o desenvolvimento humano e social (UFPE, 2018b: Art. 97).

Do trecho acima descrito podemos destacar, além da própria citação da preservação do patrimônio cultural enquanto um dos pilares do fazer da UFPE referente à cultura, o compromisso que a universidade firma com as iniciativas dos agentes,

“especialmente aqueles diretamente vinculados à instituição”. Nesse ponto, ao meu ver, os museus universitários passam a ser beneficiários desse compromisso.

Nesse contexto, ao prever que “a execução das políticas de cultura da Universidade valoriza a troca de saberes e práticas culturais entre a comunidade acadêmica e os diversos segmentos da sociedade” (UFPE 2018b, Art. 98), a UFPE, através de seu regimento, não só reafirma o texto estatutário, como se coloca como responsável pela execução de políticas de cultura.

Com um capítulo específico destinado aos Museus, Coleções Científicas Visitáveis e Galerias de Arte, o regimento da UFPE confere atenção especial ao “patrimônio cultural universitário”. Segundo o texto regimental:

Art. 100. Os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade são ambientes acadêmicos destinados à realização de processos sistemáticos para a construção do conhecimento, da educação e da interação com a sociedade.

Parágrafo único. Os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade desenvolverão atividades de ensino, pesquisa e extensão e compartilharão o conhecimento gerado com a sociedade (UFPE, 2018b).

Destaca-se aqui outro ponto que considero um avanço no que diz respeito ao entendimento da UFPE em relação aos seus museus: essas instituições deixam de ser entendidas enquanto espaços tão somente de extensão para serem consideradas ambientes acadêmicos, desenvolvedoras de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vale lembrar, como já abordado anteriormente, que os acervos e museus universitários, ao terem suas atividades vinculadas somente à extensão universitária, não geram uma grande lucratividade no campo científico. Assim, a expectativa gerada pelo novo entendimento, concebendo os museus como desenvolvedores de ações de ensino, pesquisa e extensão, é de uma maior valorização e reconhecimento institucional, visto que tais ações gerarão maior capital científico.

Vale destacar também que o fato de a temática patrimonial, em especial as instituições museológicas, constar no Regimento Geral da UFPE tem significativa importância, pois por ser o Regimento um dos mais importantes documentos que regem as atividades universitárias, a inserção de um capítulo específico pode ser um indicativo do direcionamento da Universidade para a institucionalização do patrimônio cultural e dos museus universitários.

**2.3. O movimento de institucionalização do patrimônio cultural universitário e dos museus universitários: o inventário do patrimônio cultural tangível e a rede de museus da UFPE**

Nesse movimento de institucionalização do patrimônio cultural e dos museus universitários, foi aprovada, em 2018, a Resolução CCEPE/UFPE nº 10/2018, que objetiva “disciplinar o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE”. Tal objetivo se justifica, segundo o próprio texto da normativa, por considerar-se que “a UFPE já possui um rico patrimônio cultural formado por um conjunto de museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte, os quais carecem de disciplinamento, que lhes permita otimizar as suas atividades” (UFPE, 2018c).

É possível perceber, na consideração acima, o reconhecimento da Universidade quanto à existência de um vasto patrimônio cultural, em grande parte sob a guarda de museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte. No entanto, é importante salientar que um número vasto de bens que também compõem o patrimônio cultural da Universidade não está musealizado, sequer conhecido. Trata-se de bens que estão espalhados nos centros acadêmicos, departamentos, salas de professores, depósitos e outros espaços.

Nesse sentido, a reportagem *levantamento de acervo cultural estará disponível em livros*, constante na edição de agosto de 2018 de seu boletim informativo mensal INCAMPUS, apresentou Programa de Extensão que visa o conhecimento e catalogação dos bens existentes na UFPE ainda não musealizados: trata-se do Programa de Extensão Universitária Inventário do Patrimônio Cultural Tangível da UFPE, que tem como objetivo:

realizar o levantamento de todo o acervo cultural material e de institucionalizar a prática e metodologia de catalogação dos bens da Universidade, que consiste em catalogar as peças com o máximo de informações possíveis, como local onde se encontra, autoria, material, peso, estado de conservação, descrição e outros dados (UFPE, 2018d).

Esses bens, ao passarem pelos processos de inventário e catalogação, passam a ser conhecidos e reconhecidos enquanto patrimônio cultural da UFPE. Segundo o Diretor de Cultura da PROEXC à época, o Programa representou “um passo inicial para a UFPE se apropriar do seu patrimônio que é parte integrante de sua identidade” (UFPE, 2018d).

A Resolução nº 10/2018 reproduz, no seu Artigo 1º, o texto regimental, e reafirma os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade Federal de Pernambuco como “ambientes acadêmicos destinados à realização de processos sistemáticos para a construção do conhecimento, a educação e a interação com a sociedade”; e traz em seu texto as seguintes definições para essas instituições:

**Museu** – instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;

**Coleções Científicas Visitáveis** – conjuntos de bens culturais de natureza artística, científica ou tecnológica, conservados para registro permanente da herança natural do planeta e da humanidade, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente, possuindo, ou não, coleções didáticas e que realizem processos museológicos;

**Galeria de Arte** – espaço institucional, que apresenta exposições artísticas temporárias, abertas ao público, podendo exibir produções recentes, emergentes ou fruto de pesquisas curatoriais, de seleção por editais, entre outros mecanismos, que estejam ou não incorporadas a coleções e acervos museológicos.

Outro ponto que merece destaque no texto da Resolução CCEPE/UFPE Nº 10/2018 está presente no Artigo 2º. No caput deste artigo reafirma o texto do regimento ressaltando a ideia de que os museus universitários, as serem considerados ambientes acadêmicos, não se limitarão às atividades de extensão, mas deverão desenvolver “atividades de ensino, pesquisa e extensão e compartilharão o conhecimento gerado com a sociedade”. Em nosso entender, esse ponto mais uma vez reforça a ideia de que, ao desenvolver ações não só de extensão, mas da tríade que move a vida universitária (ensino-pesquisa-extensão), os museus universitários passam a ser mais valorizados institucionalmente, uma vez que poderão gerar uma maior quantidade de capital científico aos agentes que neles investirem.

No tocante à manutenção dos museus universitários, a Resolução CCEPE/UFPE Nº 10/2018 traz essa preocupação e vincula esses equipamentos e suas atividades à gestão da Universidade, obrigando esta a garantir as condições necessárias para o funcionamento daqueles. Segundo o texto da Resolução em tela:

a manutenção, proteção, apoio, segurança e fornecimento de condições técnicas adequadas ao funcionamento e preservação dos museus, coleções visitáveis e galerias de arte, integra o conjunto de obrigações institucionais inerentes à gestão da Universidade (UFPE, 2018c: Art. 2, § único).

Caberá aos Centros Acadêmicos, Departamentos, Órgãos Suplementares, ou Pró-Reitorias aos quais cada MCVGA esteja vinculado, o provimento e a manutenção das condições de infraestrutura para o seu bom funcionamento (UFPE, 2018c: Art. 9, § único).

Assim, o texto dessa normativa de certa forma obriga a gestão da UFPE, em seus diferentes níveis, a garantir que os museus universitários possam existir e exercer suas atividades no mínimo de forma adequada. Em nosso entender, a Resolução CCEPE/UFPE Nº 10/2018 estabelece, pelo menos legalmente, instrumentos concretos

para pôr em prática o compromisso assumido pela Universidade, em documentos anteriores, para com o patrimônio cultural universitário.

Outra inovação trazida pela Resolução CCEPE/UFPE N° 10/2018, e que é objeto de nosso estudo, foi a determinação da criação da Rede de Museus da UFPE. De acordo com o texto desta Resolução:

Art. 3º. Para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos museus, coleções visitáveis e galerias de arte da UFPE deverá ser institucionalmente criada a Rede de Museus da UFPE, que será vinculada à Pró-reitoria de Extensão e Cultura, e integrará o Plano de Ação Institucional – PAI das Pró-reitorias de Extensão e Cultura (PROEXC), para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEQS), e para Assuntos Acadêmicos (PROACAD).

Parágrafo Único. A Rede de Museus da UFPE será um órgão colegiado, composto por todos os museus, coleções visitáveis e galerias de arte, devidamente registrados pela UFPE, conforme os artigos 4º e 6º deste documento.

Podemos depreender a partir do trecho acima que, com a criação da Rede de Museus, a UFPE passa a institucionalizar os museus universitários, que devem ser “devidamente registrados pela UFPE”<sup>15</sup>. Com isso, temos que os objetos dos museus passam a ser reconhecidos oficialmente como patrimônio cultural da UFPE. Assim, compreendemos a Rede de Museus como uma estratégia para definir quais museus serão legítimos museus da UFPE, definindo também, por consequência, os bens pertencentes a esses museus, como patrimônio cultural universitário.

Temos que ter em mente que toda essa trajetória só se fez possível em virtude da atuação de diferentes agentes que agiram e agem com diferentes interesses, mas que orbitam em torno do patrimônio cultural da Universidade.

Tanto o programa Inventário do Patrimônio Cultural Tangível quanto a Rede de Museus são ações que, em meu entender, se configuram como estratégias de alguns desses agentes de obter o poder da definição legítima do que seja o patrimônio cultural da UFPE e como deva ocorrer os processos de patrimonialização. Diante desse entendimento, no próximo capítulo, a partir das respostas de alguns agentes envolvidos, busquei entender quais os critérios por eles utilizados nesses processos.

---

<sup>15</sup> Atualmente a UFPE tem registrados na Rede de Museus um total de 14 (quatorze) espaços que são responsáveis por acervos de significativa importância para a instituição. São eles: Acervo da Faculdade de Direito do Recife (acervo arquitetônico, arquivístico, artístico, bibliográfico, iconográfico, museológico e paisagístico); Coleção Científica e Paleontológica e Exposição de Fósseis; Coleção de Ossos Humanos Contemporâneos; Coleção Geológica Estrutural; Galeria Capibaribe; Herbário UFP; Herbário URM; Museu da História da Topografia e Cartografia; Museu de Anatomia e Evolução Animal; Museu de Ciências Nucleares; Museu de Minerais e Rochas; Memorial Denis Bernardes; Museu de Zoologia; Museu do Centro Cultural Benfica.

## **CAPÍTULO 3**

# **REDE DE MUSEUS E INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO- CULTURAL TANGÍVEL DA UFPE COMO ESTRATÉGIAS PARA DEFINIÇÃO DO PATRIMÔNIO**

### **3. Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE como estratégias para definição do patrimônio**

O patrimônio cultural universitário, na maioria das universidades brasileiras, e na UFPE não parece ser diferente, é muito pouco conhecido, e tal invisibilidade pode ser creditada muito à ausência de políticas patrimoniais e ao pouco, ou nenhum interesse, das administrações das universidades para com os seus patrimônios.

Na UFPE, como já foi explanado anterior anteriormente, há a atuação de alguns agentes e também algum interesse da gestão que possibilitam o vislumbre de uma política institucional para o patrimônio cultural, assim como o desenvolvimento de ações como a Rede de Museus e o Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE que, dentre outros objetivos, possibilitam dar visibilidade a e institucionalizar esse patrimônio.

Nesse sentido, neste capítulo objetivei escutar alguns desses agentes a fim de compreender como tais ações funcionam como estratégias para definir qual o patrimônio cultural da UFPE. E, assim, fomos em busca de respostas para algumas questões como: quem são esses agentes, como agiram e agem e quais os critérios por eles utilizados nesse trabalho de definição?

#### **3.1. “a defesa maior, o nosso debate maior, é a defesa do patrimônio cultural no âmbito da universidade, que em muitos casos é relegado”: um patrimônio que precisa ser conhecido para poder ser reconhecido.**

“No Brasil, o patrimônio cultural tangível da Ciência e da Tecnologia está, em sua grande maioria, para ser descoberto”. Essa afirmação, feita por Granato e Lourenço (2010, p. 10) há mais de uma década, ainda se reflete como realidade no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco, como poderemos verificar mais adiante em algumas falas de diferentes sujeitos, inclusive de alguns mais diretamente envolvidos com a gestão da cultura.

Ribeiro (2016, p. 21) explica que, pelo fato de no Brasil os cientistas estarem majoritariamente nas universidades federais, “o patrimônio universitário possui uma forte intersecção com o patrimônio de C&T, pois, nos dias atuais, as universidades são, por excelência, o lócus da produção de ciência e tecnologia”. E o fato desse patrimônio estar majoritariamente sob tutela das universidades resulta em alguns problemas, pois os

museus universitários, instituições criadas e destinadas à preservação desse patrimônio, “são atualmente vulneráveis e enfrentam muitos desafios uma vez que as instituições de ensino na maioria das vezes não reúnem as condições desejáveis de preservação” (GRANATO; LOURENÇO, 2010, p. 14). Somem-se à falta de condições a pouca quantidade e a pouca visibilidade que essas instituições museológicas têm (GRANATO; LOURENÇO, 2010, p. 10), que resultam no desconhecimento desse patrimônio por parte da sociedade.

No espaço social em tela, a UFPE, algumas entrevistas mostraram bem esse desconhecimento da sociedade, principalmente da própria comunidade interna, para com o patrimônio universitário e para com as instituições museológicas destinadas à sua preservação. Para tentar ilustrar essa realidade, selecionei dois depoimentos de dois servidores da Universidade que participaram com cargos de gestão na Diretoria de Cultural em diferentes reitorados.

O depoimento de uma servidora da Universidade, que atualmente faz parte da gestão da Diretoria de Cultura, mostra bem essa realidade de desconhecimento da comunidade universitária para com o patrimônio cultural:

Eu acho que a Rede [de museus] vai ser importante pra fortalecer esses museus, dar um suporte, um auxílio, para que esses museus possam ser cada vez mais disseminados, porque eu percebo que até, enquanto profissional, enquanto servidora da UFPE eu desconhecia essa quantidade de museus e de coleções que existe. Eu conhecia alguns, de ouvir falar, mas assim, pessoalmente, pra visitar, eu não conhecia, né, eu conheci recentemente o Benfica, conheci o acervo que tá lá, não tá aberto ao público, mas conheci em função até de eu estar na Coordenação. Mas vários desses museus e coleções visitáveis eu, alguns eu ouvi falar e outros eu não conhecia (Entrevistado (a) nº 7).

Outro depoimento que traduz esse desconhecimento é do ex-diretor de Cultura, ainda da gestão anterior à esta:

pra mim era um universo muito estranho, eu não conhecia, na verdade eu nunca tinha entrado nesses lugares, embora eu fiz graduação, mestrado e doutorado na UFPE, trabalho como professor há muitos anos e não conhecia. Eu passava ali na frente e via “Museu de Oceanografia”, mas aquilo pra mim não ... passei umas duas vezes na frente do museu de geologia, dei uma olhadinha na vitrine, que às vezes eles faziam uma exposição ali no hall, mas nunca me chamou a atenção (Entrevistado (a) nº 1).

Ao analisarmos esses depoimentos, e levando em consideração que são servidores que fizeram, ou fazem, parte da gestão da cultura na universidade, podemos ter uma certa noção da dimensão do desconhecimento que se tem no interior da UFPE

com relação ao patrimônio cultural universitário assim como às instituições museológicas destinadas à sua preservação.

Outro ponto a se destacar nesse processo é o desconhecimento da própria gestão da Universidade acerca de seus bens culturais, reflexo provavelmente de uma falta de política institucional que objetive conhecer e reconhecer o patrimônio cultural enquanto tal e, a partir daí, poder traçar ações de salvaguarda mais adequadas para cada especificidade de bens. O depoimento de uma professora do curso de Museologia da UFPE retrata bem essa situação:

hoje a gente não sabe efetivamente o que a UFPE tem, ou continua não sabendo o que a UFPE tem em termos de bens móveis, nem mesmo em termos de bens imóveis que possam ser eventualmente valorados como bens de valor cultural. Hoje em dia a UFPE sabe quais bens imóveis ela já tem, a partir das demandas do TCU, [...] mas isso não implica que a UFPE reconheça quais desses bens imóveis têm valor cultural e portanto precisam ser tratados de maneira diferenciada (Entrevistado (a) nº 2).

Esse desconhecimento obviamente traz consequências, pois reflete na falta de investimento que, por sua vez, resulta em vulnerabilidades que põem em risco esse patrimônio. No entanto, mesmo desconhecendo o seu patrimônio, mesmo diante da falta de interesse e da ausência de políticas institucionais, quando é conveniente, o patrimônio cultural passa a ser utilizado nos discursos da gestão. Essa situação pôde ser verificada no episódio das ocupações das universidades pelos estudantes durante o governo do presidente Michel Temer. O relato de uma professora do curso de Museologia da UFPE nos ajuda a entender melhor como ocorreu tal situação.

houve uma ocupação no prédio da Faculdade de Direito, e o prédio da Faculdade de Direito é um prédio que tem tombamento federal e um dos argumentos que foi utilizado pelo então diretor do centro pra pedir a reintegração de posse foi o fato que o prédio é um bem tombado e tinha bens com valor cultural. Então, na hora em que o valor cultural é importante para colocar os estudantes pra fora, esse valor cultural foi lembrado pela direção do centro, mas se você perguntasse à direção do centro “o que que tem aí de valor cultural?”, eles não sabiam, eles só tinham a lista do que estava na biblioteca, de alguns setores de obras raras da biblioteca, o resto eles não sabiam. Se tivesse desaparecido tudo, eles não teriam como saber. Então teve também esse outro aspecto que eu acho que acabou chamando a atenção pra fragilidade institucional de alguns desses imóveis (Entrevistado (a) nº 2).

Ou seja, toda essa situação de desconhecimento, tanto da gestão da universidade quanto da maior parte da comunidade acadêmica, nos leva a refletir sobre uma necessidade urgente de formulação de políticas e de implementação de ações que visem mitigar as vulnerabilidades que atualmente atingem o patrimônio cultural da UFPE. Sobre essa questão o relato de um professor do curso de Museologia é esclarecedor:

eu acho que a defesa maior, o nosso debate maior, é a defesa do patrimônio cultural no âmbito da universidade, que em muitos casos é relegado, ou então tá num setor lá meio esquecido, fica na pró-reitoria de extensão e cultura, que normalmente são os menores recursos dentro da universidade. A gente também tem que pensar que essa política tem que dar conta de toda a universidade, porque às vezes a universidade escolhe um equipamento cultural e quer botar todo o recurso ali, e esquece de todo o resto. É como se fosse “eu quero deixar a minha obra, a obra que vai marcar a minha gestão”, e esquece que a gente tem uma série de equipamentos ali que dependem de recursos, que necessitam de um estagiário, que necessitam às vezes de ações mínimas, mas fica esquecido o espaço. E aí a gente tem que contribuir para efetivação de políticas que fortaleçam esses espaços (Entrevistado (a) nº 3).

Nesse contexto, entendemos que o desenvolvimento de uma política institucional voltada para o patrimônio da UFPE deva ser o caminho a ser traçado pela Universidade. Como exposto no capítulo anterior, alguns passos já foram dados nessa direção. Em paralelo a todo esse processo, ações importantes estão sendo desenvolvidas no sentido de se fazer conhecer e reconhecer o patrimônio da UFPE como, por exemplo, o programa do Inventário do Patrimônio Cultural Tangível e a Rede de Museus da UFPE.

### **3.2. “A gente precisa primeiro ter conhecimento do que a gente tem para, a partir daí, a gente tratar”: o inventário e a rede de museus como tentativas de se fazer conhecer e reconhecer o patrimônio cultural da UFPE**

No processo de tentar interromper a trajetória de desconhecimento do patrimônio cultural universitário, duas ações, dentre tantas outras, foram idealizadas e colocadas em prática na UFPE, no intuito de se fazer conhecer e reconhecer esse patrimônio universitário e, dessa forma, buscar formas de o institucionalizar.

Nesse contexto o Inventário do Patrimônio Cultural Tangível e a Rede de Museus da UFPE surgiram, cada qual com suas características próprias, com o objetivo de, por um lado, identificar os bens que são valorados como patrimônio e, por outro, dar o devido tratamento a esses bens do ponto de vista da preservação.

Quanto ao inventário, relatos de alguns professores diretamente envolvidos com o projeto e de alguns gestores da Diretoria de Cultura da UFPE ilustram a importância desse projeto no processo de conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural da UFPE.

Os depoimentos a seguir, da coordenadora de valorização do patrimônio artístico-cultural da UFPE e do diretor de Cultura da Universidade chamam mais uma vez a atenção para o desconhecimento que a sociedade tem acerca do patrimônio cultural

universitário e reforçam a importância do Inventário justamente como uma operação que permite identificar e legitimar determinados bens como patrimônio cultural da UFPE, possibilitando assim o conhecimento desse patrimônio pela sociedade, tanto pela comunidade acadêmica quanto pelas comunidades externas à Universidade.

a ideia desse inventário é de fazer justamente esse levantamento de todo esse patrimônio da universidade, e eu acho de extrema importância. Por que? A gente precisa primeiro ter conhecimento do que a gente tem, e pra isso serve o inventário, para a partir daí a gente tratar. Então, o que é isso? Como é que a gente vai conservar, ver o que precisa restaurar, e tornar isso objetos que sejam musealizados e que possam estar à disposição da comunidade, né? Porque nem a comunidade acadêmica conhece a riqueza que a gente tem, quanto mais a comunidade externa (Entrevistado (a) nº 7).

eu creio que esse inventário é extremamente importante porque a Universidade, ela desconhece o patrimônio que tem. Primeiro que se tem, talvez, uma confusão do que seja o patrimônio nessa perspectiva de memória ... eu lembro de quando a gente foi visitar o edital de museus, a gente teve que abrir e ampliar, e discutir o que era esse patrimônio, a gente mesmo aqui, que faz parte da gestão, da rede, da diretoria, a gente foi percebendo que o patrimônio está muito além do que está nas próprias unidades museais que a gente tem. Então eu acho que é extremamente importante esse inventário pra que a universidade tenha, a universidade como um todo, tanto a gestão quanto a comunidade acadêmica, tenha ideia do patrimônio que a gente tem, que a gente consiga fazer ações não só de reconhecimento, mas ações de preservação e de fortalecimento desse patrimônio, e de divulgação (Entrevistado (a) nº 6).

Outra ação que caminha na direção contrária à trajetória de desconhecimento do patrimônio cultural da UFPE por parte da sociedade é a Rede de Museus. Os depoimentos a seguir, de professores do curso de Museologia e do atual diretor de Cultura da UFPE ilustram a importância que tem a Rede de Museus no papel de fortalecimento dos museus universitários e do trabalho de divulgação dos bens sob suas tutelas.

De acordo com dois professores do curso de Museologia, a ideia de construir uma rede de museus na UFPE nasceu da observação do funcionamento de redes de museus já em operação em outras universidades e dos resultados obtidos:

a gente começou a perceber que eram iniciativas muito boas, que estavam ajudando a fortalecer esses espaços no âmbito da universidade, que as pessoas se sentiam representadas, viam espaços de articulação, de troca, então com isso a gente começou a vislumbrar a possibilidade de colocar uma rede de museus, trazer essa proposta de uma rede de museus para a UFPE, no sentido da UFPE também construir estratégias pra preservar melhor seu acervo, já que essa não é a atividade-fim da universidade, não é? (Entrevistado (a) nº 3).

Esse mesmo professor ressalta também que a criação de uma rede de museus é uma forma de institucionalizar os museus, e dessa forma responsabilizar os gestores perante o patrimônio:

Então, é ... essa ação veio nesse sentido de assim: olha, a gente precisa institucionalizar as ações, porque é muito dependente da ação de um único professor, então pode nascer um museu amanhã na UFPE, mas se um professor falecer, se aposentar, qualquer coisa acontecer, essa iniciativa se perde. Então, se a gente institucionaliza e cria uma rede de museus, a gente cria um espaço que é um espaço de colaboração, de troca, de fortalecimento do patrimônio cultural na universidade e, além disso, responsabiliza as pessoas pela gestão desses espaços, tanto os departamentos quanto a reitoria, a pró-reitoria, dependendo de onde for alocado, né? No nosso caso, na UFPE, a Pró-reitoria de Extensão, e com isso dizer: olha, tem que destinar algum tipo de verba, tem que criar mecanismos para melhor salvaguardar esse patrimônio (Entrevistado (a) nº 3).

Ao analisar o relato do professor, percebemos que a ideia de criar uma rede de museus na UFPE se deu no intuito dela funcionar, por um lado, como catalisadora das ações desenvolvidas pelos museus universitários, fortalecendo-os; e, por outro, como institucionalizadora desses espaços que, ao se integrarem à rede, passam a ser reconhecidos como museus da instituição e, ao se institucionalizarem, passam a ser de responsabilidade dos gestores. No relato a seguir, o diretor de cultura da UFPE chama a atenção para esses pontos:

a rede de museus tem um papel muito estratégico dentro da universidade. Uma importância enorme por conta dos museus que a gente tem, por causa da falta de profissionais de museologia em cada um desses museus. Então a rede tem um papel estratégico de pensar todas as questões básicas de política patrimonial, de política mínima de desenvolvimento de acervos. [...] A gente foi identificando a necessidade de fortalecer cada vez mais essa rede do ponto de vista institucional, de regimentar, de criar uma comissão, de lutar por um espaço pra ela se instalar administrativamente, [...] e precisa fortalecer o engajamento das nossas unidades museais na nossa universidade pra que, além de saberem da importância da rede de museus, lutem pra que ela ... lutem quando eu digo é, queiram, apoiem, cobrem da gestão pra que a rede seja um ponto, uma ação institucional que tenha condições de atuar, porque a gente tem vários museus, então ela não é uma rede pequena, quando você olha pensando dentro de uma universidade, só que ela é pequena ainda em termos de recursos financeiros (Entrevistado (a) nº 6).

O diretor de cultura fala no papel estratégico da Rede de Museus no desenvolvimento de uma política institucional voltada para o patrimônio. No entanto, em nosso entendimento, ações como a Rede de Museus e o Inventário funcionam também como estratégias de patrimonialização e musealização, processos que permitem definir quais bens serão dotados de valores simbólicos, recebendo assim o atributo de

patrimônio cultural da UFPE. Alguns relatos que explano a seguir demonstram de alguma maneira essa ideia que estou defendendo neste trabalho.

O depoimento a seguir é de um professor do curso de Museologia que esteve diretamente envolvido nos trabalhos de criação da Rede de Museus e do Inventário. Mais especificamente sobre a Rede, este professor ressalta que esta ação pode ser um agente transformador nas rotinas das unidades museais da UFPE, subsidiando-as em relação às práticas mais adequadas segundo a ciência museológica.

Uma das coisas que eu visualizei na rede, até imaginei no início, uma das ações, é que a rede pode ser um espaço que fomenta o debate, fomenta o conhecimento, porque a gente tem uma multiplicidade de acervos na universidade absurda, desde botânica, à arte, saúde, ciências biológicas e exatas, quer dizer, bem amplo. Então temos acervos de diferentes materialidades, e diferentes problemas que cada gestor encontra. Então uma das primeiras coisas que a gente deveria pensar é conversar com os gestores sobre o que é museu, né? O que caracteriza um museu? Qual a estrutura? Quais ações que um museu promove? Porque muitos se autodenominam museus. Chegam lá e dizem: isso aqui é meu museu. Na verdade, a gente tem uma sala, que tem uma organização e minimamente tem uma curadoria e tem uma plaquinha chamando de museu. Então é importante a gente apresentar o que é preservar dentro do museu, o que é um trabalho de higienização, de acondicionamento, como preservar da melhor forma esse acervo, como documentar esse acervo. Muitas vezes se tem apenas uma lista, quando tem, uma lista do acervo, do que se tem, a quantidade que tem. Formas de comunicar esses espaços: como é que eles expõem seus acervos? Muitas vezes são expostos de uma forma que causa mais danos ao acervo. Então também é prejudicial. Então, mostrando tudo isso eles vão ter a dimensão do papel dessa instituição museu, o que ele deve fazer e como deve fazer. [...] E aí a gente vai fazendo um trabalho de formação com esses grupos, dando subsídio para eles fazerem essas ações dentro de seus espaços, ajudar esses espaços a se transformarem (Entrevistado (a) nº 3).

Este mesmo professor ressalta que, além de dar esse subsídio nessa parte, vamos assim dizer, mais técnica de como trabalhar com os acervos dos/nos museus, a Rede pode funcionar como uma estratégia de musealização. Ao tratar mais especificamente sobre essa questão, o professor tem o seguinte entendimento:

E aí você perguntou sobre musealização. E musealização entra no aspecto também que é fundamental. Se a gente está discutindo o que é museu, a gente vai tá discutindo o que é musealizar. E eu penso a musealização como uma cadeia operatória, que vai desde a coleta até esses processos que são a documentação, conservação, e comunicação do acervo nesses espaços. Então eles tendo a dimensão da cadeia operatória de funcionamento, por que um objeto entra no museu? Por que que ele tem essa especificidade? Por que que ele tem valores específicos que qualificam ele a entrar no museu e outros não? A gente vai estar discutindo questões de valores, por que que um objeto entra, por que não entra? Conseqüentemente se a gente faz essa discussão, eles já compreendem essa cadeia operatória, vai ajudar a rede de museus a constituir até uma política de aquisição e descarte, o que entra

e o que não entra num museu. Por que determinados objetos devem entrar aqui no museu e devem ser preservados? Quais estratégias que esse museu vai trabalhar? Então, a rede é como se fosse, na minha concepção, seria esse espaço de troca, de efervescência de conhecimento porque era ali que diversos espaços de diferentes tipologias iam convergir (Entrevistado (a) nº 3).

Ainda sobre a Rede de Museus enquanto estratégia de musealização, entrevistei também outra professora do curso de Museologia, que também esteve diretamente envolvida com a criação da Rede de Museus. Segundo essa professora, a Rede pode atuar nos processos de musealização a partir de três perspectivas diferentes. Na primeira perspectiva, a Rede daria o subsídio necessário aos museus para realizarem, ou completarem, seus processos de musealização. Na segunda, a Rede forneceria subsídio para os futuros museus que vierem a ser criados, assim como na análise dos bens que são oferecidos à UFPE. E na terceira perspectiva, a Rede atuaria perante o patrimônio da UFPE musealizável, mas que ainda não passou por nenhum processo de musealização. Nesse sentido, o depoimento da professora é bastante esclarecedor e enriquecedor no entendimento da Rede de Museus como estratégia de musealização:

Eu vou fazer uma diferenciação entre o que tá escrito e o que eu penso. O que tá escrito na resolução é que os museus vão dar conta dos bens que eles já têm musealizados, o que já é bastante coisa. E as coleções que se institucionalizarem, coleções, galerias, cada uma vai dar conta do que têm. Dar conta do que tem já é fazer o processo de musealização por completo. Do ponto de vista formal eu consideraria que muitos desses museus e pequenas coleções tem até um processo de musealização eu diria incompleto, no sentido de que são museus que não têm nenhum controle dos objetos que estão sob a sua responsabilidade, então eu acho ainda que é um processo ... então eu penso que a rede de museus, especificamente pensando na impossibilidade de cada museu vir a ter museólogo, conservador... se a rede puder ter profissionais de apoio pra, a partir desse lugar central ajudar os museus, eu acho que seria de fundamental importância para concluir o processo de musealização.

[...]

Por outro lado, a gente tem, continua tendo situações, uma vez que esses museus são museus de determinadas especificidades, museus de minerais e rochas, museu do centro cultural benfica, eles não são o museu da UFPE, então cada um vai fazer a sua política de aquisição e descarte por exemplo, pensando nessa possibilidade, a partir do seu horizonte de interesse, e a UFPE tem uma série de outras áreas do conhecimento que não têm museus, então aí a gente começa a entrar numa outra perspectiva de que essa rede e esses museus podem servir num futuro distante também como apoio para futuros museus que venham a ser criados isso acontece especialmente com os memoriais, o memorial Denis Bernardes por exemplo recebe doações que a UFPE acaba ficando responsável pela custódia de bens que não são originariamente seus, então tem uma série de questões que, para além do que já está musealizado, a existência de museus fortes, através da rede, poderia ajudar a filtrar melhor o que a UFPE recebe, usar melhor o que a UFPE recebe e não consegue usar. A UFPE recebe às vezes documentos históricos, recebe doações de obras raras, mobiliário e isso

fica sem uso., fica sem processos de comunicação de uma maneira geral. Então eu acho que esse é um outro aspecto.

[...]

Ainda tem a perspectiva do próprio acervo da UFPE. Com uma rede de museus forte, poderia talvez orientar o que fazer nos casos de se identificar um bem com valor histórico, e eventualmente orientar algum museu que pudesse receber, ou coordenar uma reserva técnica por exemplo, geral, que é algo que seria importante a gente ter, porque eu tenho bastante dificuldade em visualizar um museu da UFPE, mas penso que por exemplo a rede de museus poderia coordenar uma reserva técnica para os casos de bens que são considerados pela comunidade universitária como bens de valor cultural e que a comunidade quer guardar e quer eventualmente no futuro fazer algum tipo de uso e que os próprios museus poderiam pegar emprestado, ou os cursos que quiserem fazer alguma exposição, obviamente com as questões de segurança ... enfim, eu acho que a rede poderia atuar numa outra perspectiva para além dos museus que já existem, de orientar essa comunidade universitária (Entrevistado (a) nº 2).

Ao analisar os depoimentos dos professores, percebemos que a Rede de Museus tem um campo vasto de atuação, visto que a imensa maioria do patrimônio cultural da UFPE é composta por bens musealizáveis, ou seja, bens passíveis de processo de musealização que, como está proposto nos relatos, seria em grande parte encabeçado pela Rede de Museus.

O Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE, a outra ação objeto deste trabalho é relatada por alguns entrevistados como uma ação de grande importância, principalmente por causa da invisibilidade desse patrimônio, produto do desconhecimento da sociedade. O depoimento do diretor de cultura da UFPE ilustra bem esse ponto de vista:

esse inventário é importante não só como uma ação de reconhecimento, de fortalecimento, mas como uma ação da própria instituição reconhecer o patrimônio que tem e criar políticas para garantir a preservação, a permanência desse patrimônio, e sobretudo para garantir políticas em relação a questões orçamentárias pra que ele não se desfaça, não se perca. E não pensando só nesse patrimônio como o nosso acervo que a gente já tem um reconhecimento institucional, mas aquele que a própria instituição não sabe que existe dentro dela (Entrevistado (a) nº 6).

O depoimento do diretor de cultura à época da criação do programa do inventário vai ao encontro do que falou o atual diretor de cultura, o que parece ser um bom sinal, uma vez que demonstra, mesmo em gestões diferentes, uma possível continuidade de ideias sobre a necessidade de se conhecer, reconhecer e, assim, elaborar políticas que possibilitem melhores condições de preservação e designem responsabilidades aos gestores da instituição acerca da salvaguarda desse patrimônio:

Eu dizia: as pessoas precisam saber o que tem pra depois começar uma outra briga, que é saber o que fazer com isso. Então ... a surpresa do

reitor ao ver o patrimônio do Benfica<sup>16</sup>, Samico, Brennand, Telles Júnior ... aquele povo todo ali, né, são obras raríssimas, caras, é, é, aquilo era invisível para a gestão, entendeu? Não havia uma preocupação com aquilo. Então, assim, a gente sabia que estava criando um problema, porque uma vez reconhecido o patrimônio, os gestores vão ter que preservar esse patrimônio, vão ter que dar visibilidade a esse patrimônio. [...] a ideia era essa, era reconhecer, mapear pra poder preservar, pra poder se responsabilizar por aquilo, porque a gente sabia que as coisas estavam sumindo, que as coisas estavam se perdendo, as coisas estavam se deteriorando, e isso causa muita angústia, né? (Entrevistado (a) nº 1).

Um professor do curso de Museologia também chama a atenção para a importância do inventário como forma de mitigar as vulnerabilidades que atingem o patrimônio da universidade.

O programa do Inventário surgiu no final de 2017. A gente sempre tinha a ideia de, nessas visitas nesses espaços que a gente vai na universidade, a gente sempre via muita coisa sendo descartada, sendo praticamente jogada no lixo, e a gente tinha a preocupação com o que tem, será que tem registro, não tem? Qual a forma de descarte desse acervo? E qual o registro que esses espaços têm? Se você andar pela universidade, se for na reitoria vai ter uma série de telas, de objetos, esculturas. O próprio campus, se você andar vai ver escultura de Paulo Freire, de João Alfredo, Vidal de Negreiros, o Cangaceiro, a Rendeira, que estão lá no CAC, uma série de objetos que marcam o campus mas, e o registro? A universidade tem o registro disso? Se roubarem, a aparecer um dia vendendo num catálogo, a universidade vai poder reivindicar? Era uma questão que sempre nos preocupava (Entrevistado (a) nº 3).

A título de contextualização, iremos perceber nos depoimentos a seguir que a realização de um inventário já era um desejo do curso de Museologia, e duas situações foram determinantes para que a gestão central da Universidade concordasse e, na medida do possível, apoiasse a realização do inventário: o desejo do reitor em elaborar um catálogo comemorativo aos 70 anos da UFPE e as ocupações dos prédios da universidade, em especial o da Faculdade de Direito do Recife, pelos estudantes durante o governo do presidente Michel Temer.

A seguir temos dois depoimentos de professores do curso de Museologia que explica de forma elucidativa como o desejo da gestão central da universidade em ter um catálogo com suas obras de arte na efeméride dos seus 70 anos de fundação foi aproveitado por esses professores para que se conseguisse o apoio da gestão na realização do inventário:

na comemoração dos 70 anos da universidade, o reitor desejava fazer um catálogo, produzir um catálogo com obras de arte da UFPE. Algo geral, amplo, pra mostrar a UFPE, apresentar a UFPE, eu acho que ele

---

<sup>16</sup> O entrevistado refere-se ao acervo do Centro Cultural Benfica.

queria mais era um resultado pra apresentar a UFPE nessa efeméride da instituição. Então, a partir da pró-reitoria de extensão, a pró-reitora nos convidou para uma reunião dizendo qual era o interesse do reitor. E uma das questões que a gente apresentou é que não se poderia fazer um catálogo sem um conhecimento prévio do que existia na universidade. Um catálogo pressupõe que eu conheço, que eu tenho uma documentação, produzida, um arrolamento, minimamente, né. Um conjunto de dados que diga: nós temos dois mil objetos e tal e nesse catálogo vai entrar isso, isso e isso. [...]a criação de um programa de inventário, que era mais uma estratégia pra dizer assim: olha a gente precisa ter um inventário aqui porque a universidade desconhece o que se tem, desconhece qualquer tipo de acervo (Entrevistado (a) nº 3).

E isso era algo que se conversava no curso de Museologia desde que o curso existe, pelo menos. E quando o professor Anísio na época pediu o famoso catálogo, nós entendemos que era uma oportunidade de barganha política. Ah, você quer um catálogo? Você quer um produto? A gente não pode fazer um catálogo sem saber o que tem. Como é que você faz um catálogo, que em geral um catálogo é um produto de finalização, e você vai fazer um catálogo sem ter um inventário. Você vai botar o que no catálogo se você não tem a informação sistematizada? Mesmo os catálogos de divulgação, eles costumam ser resultado de uma atividade de inventário, e não o início (Entrevistado (a) nº 2).

Outro fato que foi relevante para a aprovação do programa do inventário foram as ocupações de alguns prédios da universidade pelos estudantes durante o governo do presidente Michel Temer. No que se refere ao patrimônio cultural, o que mais chamou a atenção da sociedade foi a ocupação da Faculdade de Direito do Recife, prédio tombado pelo IPHAN como patrimônio histórico nacional. Com isso algumas cobranças, em especial por parte do Ministério Público Federal, foram feitas à administração central da UFPE acerca dos bens que estavam no interior da Faculdade, fato que evidenciou de forma mais explícita as vulnerabilidades pelas quais passavam o patrimônio muito em virtude do desconhecimento da própria gestão para com esses bens.

O depoimento a seguir, de um professor da Faculdade de Direito do Recife, ilustram a situação retratada acima chamando a atenção para o fato de essa situação ter servido de alerta e de certa forma ter sacramentado a instalação do inventário:

quando ocorreram as invasões, eu chamo de invasões, houve um alerta exatamente para um problema que já existia, que nós já colocávamos [...]. Então eu me recordo que na época das invasões, eu ... a minha preocupação foi exatamente nesse sentido, de dizer “olha, tudo aquilo que se fala a respeito do patrimônio, da faculdade, do inventário, hoje essa vulnerabilidade vai se colocar de maneira ainda mais forte, né? [...] Inventariar para nós seria, me pareceu sempre o fundamental, é o mais importante nisso tudo, para evitar esses tipos de vulnerabilidades (Entrevistado (a) nº 5).

Outro depoimento que vem ao encontro da ideia de que as ocupações contribuíram significativamente para a instalação do programa do inventário foi o do

diretor de cultura à época, que comenta sobre como os episódios das ocupações serviram para mostrar o desconhecimento da Administração da UFPE sobre o seu patrimônio cultural, tornando-se assim urgente a realização de um inventário desse patrimônio:

Sim, e teve o episódio das ocupações, que o Ministério Público, sobretudo com a ocupação da Faculdade de Direito do Recife, que é um prédio de valor histórico de grande visibilidade. Quando os meninos trancaram aquilo tudo, chegou, se eu não me engano, uma interpelação para a universidade dizendo: o que é que tem lá? E isso não tava claro. E aí eu acho que o episódio da ocupação alertou pra gravidade do desconhecimento do valor. Então, é ... tem duas coisas assim ... tem uma cadeira lá, é uma cadeira qualquer, ou é uma cadeira do século XIX, que precisa ser preservada? Sumiu uma cadeira. Que cadeira sumiu? Então essas perguntas, elas demandavam um olhar especializado. Você não podia responder a uma interpelação do Ministério Público, ou mesmo à imprensa, não é, assim: Houve quebradeira, os meninos destruíram o patrimônio? Que patrimônio sumiu? Isso não era preciso, ninguém tinha isso com clareza, nem o valor das coisas. E aí esse projeto do inventário tornou-se uma urgência (Entrevistado (a) nº 1).

A partir dos relatos acima, parece ficar claro que as ações Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE já estavam sendo pensadas por um grupo de pessoas envolvidas com as questões relativas ao patrimônio universitário, e que situações específicas, como a efeméride dos 70 anos da UFPE e as ocupações dos estudantes em prédios da universidade foram aproveitadas por essas pessoas, que já trabalhavam há tempos em prol de uma política institucional voltada para o patrimônio universitário, como uma oportunidade de pôr em práticas as ações em tela.

Diante do exposto, compreendo que a implementação das ações Inventário e Rede de Museus foi possível em função de uma confluência de interesses da administração superior da Universidade, do curso de Museologia e de outros interessados nas questões relativas ao patrimônio cultural da UFPE, como coordenadores de museus e servidores envolvidos com ações culturais, em especiais as de preservação e promoção do patrimônio.

### **3.3. “Eu acho que uns dos grandes incentivadores foram os professores do curso de Museologia”: o curso de Museologia como principal interessado na obtenção do poder de definição do patrimônio da UFPE**

Ao analisar os diversos relatos dos entrevistados, outro ponto que parece ficar claro é que as ações objeto deste trabalho foram instigadas, e porque não dizer, capitaneadas, por professores do curso de Museologia que, como irão demonstrar os

relatos a seguir, têm especial interesse no patrimônio da universidade e, com isso, o referido curso se apresentou como um agente protagonista nos processos de criação e implementação das ações do Inventário e da Rede de Museus, as utilizando como estratégias para, além do interesse já explanado em fazer conhecer, reconhecer e preservar o patrimônio cultural da Universidade, se ter o poder legítimo de defini-lo.

O depoimento de um professor do curso de Museologia nos ajuda a entender o papel de incentivador das ações desempenhado pelo curso, aglutinando outros agentes no intuito de criar uma política institucional e fortalecer os museus universitários e, desse modo, fortalecer o próprio curso de Museologia:

Falando em agentes, eu acho que muitas pessoas contribuíram nesse processo. Eu acho que uns dos grandes incentivadores foram os professores do curso de Museologia, especificamente eu e a professora \_\_\_\_\_<sup>17</sup> que estávamos sempre ali brigando por uma série de eventos. Eu digo eventos aqueles que a gente organiza: os seminários de gestão do patrimônio, a gente fez a jornada do patrimônio. Eu acho que essas iniciativas sensibilizaram diversas pessoas num primeiro momento, né? A partir desses movimentos do curso de Museologia, que era algo muito mais isolado, conseguimos mobilizar algumas pessoas, sensibilizar alguns servidores, alguns museus que tinham proximidade. [...] Então, num primeiro momento eu acho que teve esse movimento do Curso de Museologia. Então, o objetivo principal da Museologia era promover uma política institucional, incentivar a criação de uma política institucional. Então a preocupação do curso que discute a memória, discute o patrimônio, mas que dentro da sua própria instituição não consegue construir o que ele prega? Então, numa primeira perspectiva é criar uma política institucional pra UFPE. Consolidar espaços de formação na própria UFPE, né? Eu acho que é importantíssimo isso pro curso de Museologia, porque quando a gente começa a visualizar a quantidade de acervo que tem, a falta de política de aquisição e de descarte, a falta de preservação, a falta de atividades próprias do campo museológico de preservar, pesquisar, documentar e comunicar, eu digo, gente, a gente pode fazer tudo isso aqui, e a gente não consegue. Então seria ótimo a gente ter esses espaços fortalecidos porque, na medida que fortalece esses espaços, fortalece também o curso de museologia (Entrevistado (a) nº 3).

O depoimento acima nos mostra, primeiro, uma preocupação genuína, como não poderia ser diferente, do curso de Museologia com o patrimônio cultural da universidade e, em segundo lugar, uma preocupação com o fortalecimento do próprio curso, que é relativamente recente na UFPE<sup>18</sup>. O depoimento de outra professora do curso de Museologia ilustra também a preocupação do curso para com o patrimônio cultural da Universidade:

Como curso de Museologia, a gente tem muita clareza que a gente pode e deve orientar a universidade em relação às melhores práticas para o

<sup>17</sup> Para garantir o anonimato, o nome da professora foi preservado.

<sup>18</sup> O curso de Museologia da UFPE teve seu funcionamento autorizado em 2008 e iniciou suas atividades em 2009.

patrimônio universitário. Mas a gente também tem muita clareza que existem limites de até onde o curso de Museologia pode atuar, deve atuar. [...] Houve o interesse, claro, desde sempre, do curso de Museologia, em uma orientação ética de como proceder, que seria de qualquer curso de museologia, e não porque o nosso é melhor ou mais bonito, e a gente entendeu que era uma oportunidade, que de fato foi, de pelo menos colocar essa questão no horizonte institucional da universidade, porque não estava (Entrevistado (a) nº 2).

A partir do depoimento acima, passei a perceber com uma maior clareza o papel de protagonismo que o curso de Museologia começa a ter nas discussões relativas ao patrimônio da universidade. Os movimentos desse agente se refletem, primeiro, na colocação da temática na agenda da Universidade, resultando, como visto no capítulo anterior, na inclusão do patrimônio cultural nos documentos superiores (estatuto e regimento), bem como na aprovação de resolução específica; e, segundo, na aprovação e implementação das ações objetos deste trabalho, o Inventário e a Rede de Museus da UFPE. E, como estou trabalhando com a hipótese de que tanto o Inventário como a Rede de Museus da funcionam como estratégias de definição legítima do patrimônio cultural da UFPE, logo inferi que o protagonismo do curso de Museologia também ocorre nesse processo de definição.

A influência dos professores do curso de Museologia foi observada praticamente nos relatos de todos os demais entrevistados na pesquisa, onde ficou perceptível que os demais atores reconhecem nesses professores a legitimidade de definir as questões referentes ao patrimônio cultural. O depoimento da coordenadora de valorização do patrimônio artístico-cultural da UFPE mostra bem esse reconhecimento:

eu acho que isso deve ser pensado institucionalmente sim, mas a gente precisa de agentes que são especializados nisso, e não é apenas uma pessoa, eu acho que deva existir uma comissão, e aí a gente sabe que, pensando em patrimônio, existem diferentes tipos de diferentes áreas. Então, assim, eu acho que é importante a gente ter alguém que seja da área pra ajudar na questão da identificação desses objetos, mas a gente precisa de um profissional especialista. Por que? Precisa se estabelecer critérios, então, não sou eu achar que isso, que esse objeto é patrimônio, e determinar: Ah, isso é patrimônio! Não! Isso é patrimônio por quê? Aí a gente tem que partir dos conceitos, por isso que é importante um profissional da área da Museologia. A gente tem que estabelecer a partir de conceitos, de critérios. Os conceitos pra quem é da área, entende, e estabelece os critérios (Entrevistado (a) nº 7).

O depoimento acima ilustra de forma mais clara o que se pôde perceber nas demais entrevistas. Sem esquecer que a universidade é um espaço de disputas e, nessa arena, o curso de Museologia da UFPE trava uma luta para se estabelecer e se legitimar perante as demais disciplinas no campo científico e na UFPE em particular, o próprio professor do curso de Museologia ressalta, no relato a seguir, que todo um trabalho

construído pelo curso resultou, por assim dizer, na conquista do reconhecimento das pessoas que atuam diretamente com o patrimônio da Universidade quanto à legitimidade da Museologia no direcionamento das ações, e explica que tal situação é produto dessa construção:

Eu acho que, primeiro foi um papel construído coletivamente. Eu acho que a gente só incentivou esse movimento cultural na universidade, e aí por esse conjunto de fatores de ter uma relação direta, por exemplo, a discussão sobre a rede de museus, sobre o catálogo, sobre os projetos que a gente vivenciava na universidade, de levantamento dos patrimônios, dos objetos, de saber o que é que tá acontecendo na universidade e tentar se envolver no debate, acho que a partir disso é que criou as condições pra que a gente pudesse tá atuando nesse cenário. Eu acho que assim, a gente tá propondo o debate e além disso pesquisando sobre aquele tema, pesquisando sobre a dinâmica que é produzida no âmbito da universidade, sempre a gente acaba aqui, como em outras oportunidades, discutindo sobre o conceito de cultura na universidade. Que a cultura é a experiência e, a partir do momento que a gente tava defendendo essa nova dinâmica de compreender as relações de ensino, pesquisa e extensão e como essas atividades próprias da nossa instituição acabam constituindo materialidades, a gente começa a sensibilizar essas pessoas que, olha, existe algo diferente aqui, existem materialidades que são produzidas num laboratório, numa sala de aula de direito, de museologia, que são diferentes de outros espaços, isso aí acaba construindo credenciais que dizem assim: olha, a gente precisa dessas pessoas porque essas pessoas têm esse cuidado, têm essa atenção, têm o respeito também pela história, pela memória, pelas experiências das pessoas que passaram aqui na instituição, que viveram esses espaços. Então, não vão ser pessoas que vão fazer um descarte aleatório e sem critério de objetos que estão aqui, ou que vão deixar de reconhecer determinadas coisas. E aí, eu acho que tudo isso vai se somando, o conhecimento sobre o que é as coleções no âmbito da universidade, as disputas políticas que a gente se envolveu, pra afirmar, e que a gente ainda continua brigando pra defender a rede de museus, pra defender políticas efetivas dentro da universidade, acabaram construindo esse caminho (Entrevistado (a) nº 3).

O depoimento a seguir, do diretor de Cultura da Universidade, clareia uma situação que ainda é uma realidade na UFPE: a pouca quantidade de pessoas que atualmente se interessam pela temática do patrimônio. Tal depoimento encontra-se em consonância com o que já foi aqui discutido acerca do desconhecimento da sociedade, incluída aí a comunidade acadêmica, em relação ao patrimônio cultural universitário, o que, ao nosso ver, aumenta a importância do trabalho dos agentes envolvidos, e demonstra um longo caminho ainda a ser percorrido na trajetória de conhecimento e reconhecimento desse patrimônio:

eu acho que essas questões na universidade, elas ainda não são democráticas, e não é nenhuma crítica, é pelo fato que elas acontecem sempre por meio das mesmas pessoas, e das mesmas pessoas que têm interesse, não é que das mesmas pessoas porque a gestão quer que as mesmas pessoas participem. [...] Os mesmos nomes que se interessam por patrimônio, [...]a gente vê os professores de Museologia, alguns

membros da diretoria de cultura, de uma ou de outra pró-reitoria, que você vê assim, que trabalham com essas questões e se interessam e aí acabam aparecendo, e que é ótimo, é um trabalho ótimo que tem sido feito. E aí é claro que a gente acaba fazendo isso de uma forma voluntária, porque quer ver essas coisas acontecendo, e aí eu creio que isso acaba ... é ... por não ter o engajamento da universidade como um todo, e eu estou dizendo isso por parte da gestão central mesmo, não há um incentivo da gestão como um todo pra que todos os sujeitos participem de um trabalho como esse, aí acaba ficando sempre as mesmas pessoas que têm interesse em ver isso acontecer. Então é nesse sentido, não é uma crítica não, é uma coisa muito boa a gente ter as pessoas que têm interesse em fazer isso porque se elas não se interessarem não vai ter, então é melhor que tenham sempre as mesmas pessoas do que não ter nada (Entrevistado (a) nº 6).

Em nossa percepção, ficou claro o protagonismo do curso de Museologia, através de alguns de seus professores, nos processos políticos e nas ações práticas relacionadas ao patrimônio cultural da UFPE. Nesse sentido, A questão que se impusera a partir de então era a seguinte: ora, se o curso de Museologia foi protagonista nas ações que defendo ser estratégias de musealização e de patrimonialização, logo seria também o curso de Museologia protagonista na definição de qual seja o patrimônio cultural da UFPE?

Para tentar responder tal questão, perguntei a alguns entrevistados acerca desse processo de definição do patrimônio. Um professor da Faculdade de Direito considera o ato de definir qual o patrimônio um ato arbitrário, porém necessário, e chama a atenção para o fato que tal ato deve ser um ato fundamentado por um agente qualificado:

É um ato arbitrário? É ... arbitrário, digamos assim, porque decorre de um arbítrio, mas não é desfundamentado, nem deve ser desfundamentado. O agente público, que é qualificado, que é alguém ... é um ato de escolha, um ato de poder também, porque poder definir o que vai integrar e o que não vai, isso é um ato de poder; mas é um ato de extrema responsabilidade, e me parece que as coisas de fato têm que ser assim, é necessário um redutor de complexidades, e nós abrimos uma discussão eterna a respeito do que vai entrar e do que não vai ... bom, o tempo passa, os inventários não são fechados, os debates permanecem e as vulnerabilidades se expandem. Eu sou desse tipo de opinião. É preferível uma revisão do inventário, uma revisão periódica a entrar em discussões às vezes quase que intermináveis que não conduzem a um termo final de um inventário que tem um valor e uma importância como este. Enfim, eu acho isso muito mais interessante do que alongar um debate. Minha opinião é de que algumas coisas, as coisas urgentes devem ser resolvidas com a urgência requerida, e eu tenho a certeza de que esta era, e é ainda, na Universidade Federal de Pernambuco, uma questão urgente (Entrevistado (a) nº 5).

Assim, temos, mais especificamente na UFPE, um processo de inventário do patrimônio cultural sob o protagonismo de professores do curso de Museologia, processo arbitrário que obviamente ocorre seguindo alguns critérios que serão explanados adiante.

Diante de tal protagonismo, inferimos que esse poder de nomear tenha sido exercido por esses professores. E essa pergunta foi feita a uma professora do curso de Museologia, que respondeu da seguinte forma:

Eu não sei dizer nesse momento, não tenho a experiência prática pra dizer a você de como seria num local onde houvesse dúvidas. Eu imagino, pra lhe responder bem honestamente, que nós teríamos a última palavra. Por que que estou fazendo essa diferenciação? Porque nós escolhemos começar pela Faculdade de Direito. A Faculdade de Direito é um prédio ... o prédio já é tombado. O acervo da Faculdade de Direito acompanha o tombamento do prédio e, assim, tendencialmente é muito mais fácil de identificar bens culturais que tenham valor de antiguidade. Então assim, por isso que estou fazendo essa diferenciação, porque pelo menos na Faculdade de Direito a gente não teve conflitos pra dizer “isso é, isso não é”.

[...]

O que a gente percebeu naquela atividade de reconhecimento, de passar em todos os centros, de ir nos vários departamentos, é que possivelmente o que os departamentos iriam identificar era muito mais do que a gente estava identificando. Se eu fosse lá sozinha eu não identificaria muitas coisas que eles mostravam pra gente. Então, assim, na Faculdade de Direito a gente não teve situações que precisou dar a última palavra, porque lá era tudo muito óbvio. Talvez em outros locais a gente ficasse com a última palavra, e concordo sim, a responsabilidade seria nossa, inclusive porque legalmente a responsabilidade acaba ficando com o inventariante. Mas, por outro lado, eu tendo a dizer que essa última palavra nossa seria a palavra de aceitar o valor atribuído por quem trouxe o objeto para nós. Alguém da comunidade olha para esse quadro e vê um valor que eu não vejo, então a última palavra seria dizer: “tá certo!”, nessa perspectiva, mas a gente não teve essa experiência de ter a dúvida (Entrevistado (a) nº 2).

No depoimento acima, a professora de Museologia, por ser uma das coordenadoras do inventário, concorda que, ao ser ela a responsável, inclusive na perspectiva legal, reconhece que tem o poder de definição, de dar a última palavra sobre a inserção, ou não, de bens no rol do patrimônio cultural da UFPE, ressaltando que, em caso de divergências, essa sua última palavra tende a aceitar e incluir bens em que a comunidade enxerga algum ou alguns valores que, inicialmente, os responsáveis pelo inventário não enxergavam.

Nesse contexto, procurei saber quais os critérios que foram adotados para que determinado bem fosse inventariado enquanto patrimônio cultural da UFPE. Assim, perguntamos aos entrevistados quais foram os critérios de seleção, o que eles enxergavam, o que levavam em consideração para a tomada de decisão acerca da inclusão ou não de determinado bem no inventário, de considerar tal bem como patrimônio cultural da UFPE.

### **3.4. “discutir o patrimônio é discutir e afirmar valores atribuídos”: os valores utilizados como critérios para definição do patrimônio da UFPE**

Ao questionar acerca dos critérios que foram estabelecidos e utilizados para inventariar os bens e incluí-los no seletor de patrimônio cultural da UFPE, as respostas dos envolvidos nos remeteram a alguns valores simbólicos que a esses bens foram atribuídos, seja pelas pessoas que historicamente convivem nos espaços e, por isso, tem certa familiaridade com os bens; seja pelas pessoas responsáveis pela realização do inventário que, por serem representantes da disciplina museológica, atribuíram valores mediante os conceitos construídos ao longo do desenvolvimento da teoria desta ciência.

Araújo (2019, p. 66) ressalta que “discutir o Patrimônio é discutir e afirmar valores atribuídos, a interação dos grupos sociais no tempo, suas diversas apropriações e a construção de identidades”. Segundo o autor, o valor cultural é compreendido como uma dimensão simbólica e sua atribuição não é um fato isolado, fortuito, mas resultado de um processo de produção e reprodução cultural, onde podemos pensar o patrimônio cultural como “uma construção de ordem simbólica, na qual os indivíduos atribuem aos objetos, espaços, arquiteturas, pessoas e práticas, significações novas por meio das quais podem se relacionar com a matéria, a vida, o espaço e o tempo” (ARAÚJO, 2019, p. 66).

Assim, pensar em patrimônio cultural é pensar em atribuição de valores culturais. Nesse sentido, alguns valores foram apontados pelos entrevistados como tendo sido considerados na tomada de decisão acerca de incluir, ou não, determinado bem no inventário do patrimônio artístico-cultural da UFPE. Assim, na análise dos critérios adotados, tão importante quanto saber quais os valores que foram atribuídos aos bens é ter em mente quem foram os principais responsáveis por essas atribuições de valores.

É válido salientar que o processo de inventário, até o presente momento, abarcou as obras de arte presentes na Universidade e os bens constantes na Faculdade de Direito do Recife. Possivelmente, com o desenvolvimento do projeto e sua expansão pelos demais centros acadêmicos da universidade, outros valores possam ser atribuídos na medida que outras categorias de bens aflorarem para os inventariantes. No entanto, vale ressaltar que o projeto atualmente tem encontrado dificuldades, sobretudo de ordem orçamentária, e caminha a passos lentos.

Nesse contexto, foi perguntado a um professor da Faculdade de Direito do Recife que teve uma atuação direta com o projeto do inventário acerca dos critérios que foram adotados no inventário dos bens daquele prédio:

pelo valor, digamos assim, artístico e de unicidade daquela peça. Então eu, muito mais como historiador, conseguia fotos mais antigas que mostravam uma peça, um mobiliário daquele, ainda em utilização, e às vezes nós percebíamos que se tratava de uma peça de um conjunto que existia antigamente, e que hoje não mais existe. Então é como se aquela peça fosse a única e por alguma razão ela desaparecera. Em algumas situações nós encontramos peças que eram de um conjunto, que compunha um conjunto, mas uma peça apenas, ela guardava, digamos assim, uma integralidade. Então a nossa preocupação foi a de valorizar essas peças, fazer o registro delas. Também procurou-se valorizar a diversidade de peças no contexto da Faculdade, os que representassem mais a história da Faculdade, outros com valor histórico (Entrevistado (a) nº 5).

Podemos perceber na resposta do professor que, em sua visão, três espécies de valor foram evocados na atribuição de valor cultural e, conseqüente, inserção de determinados bens no inventário: o valor artístico, o de raridade e o histórico. Houve também outra espécie de valor, o valor de antiguidade, que foi evocada, dessa vez por uma servidora da diretoria de cultura da UFPE que foi designada para trabalhar no programa do inventário. Segundo essa servidora:

A gente determinou algum tipo de critério, principalmente pela questão do tempo, [...] ah, as cadeiras de tal época ... não foi tão difícil assim como talvez fosse se a gente tivesse começado por um CTG<sup>19</sup>, por exemplo (Entrevistado (a) nº 4).

Quanto à conceituação desses valores, me aportei em Araújo (2019) que, pautado na metodologia proposta por Apellbaum (2010), procurou explicar em que consistia cada um dos valores que são mais comumente atribuídos aos objetos que compõem o patrimônio cultural de ciência e tecnologia.

Ao se referir ao valor artístico, o autor explica que, uma vez que “a arte reside na capacidade de apreciação dos objetos, em ideias aplicadas à apreciação e afecção e não propriamente nos objetos, [...] o valor de arte se refere a um tipo de valor cultural e qualquer objeto pensado como arte tem um valor artístico” (ARAÚJO, 2019, p. 81).

Quanto ao valor de raridade, Araújo (2019, p. 89) explica que “a raridade se refere a um aspecto não material que envolve a materialidade, visto que é baseada no número de objetos semelhantes existentes em determinado local ou região”. Segundo o autor, o valor de raridade tem significativa importância, uma vez que “potencializa os demais valores dos objetos que, caso tenham um valor histórico ou de pesquisa, a raridade das informações conseqüentemente aumentará sua importância” (ARAÚJO, 2019, p. 89). Outro aspecto destacado pelo autor é que “objetos, quando em conjunto, formando coleções completas, também apresentam valor de raridade, na medida em que esta pode

---

<sup>19</sup> O CTG é o Centro de Tecnologias e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco.

representar a unicidade de um conjunto” (ARAÚJO, 2019, p. 90). Este aspecto é bastante interessante em nosso contexto pois, segundo o depoimento do professor da Faculdade de Direito do Recife, a unicidade da peça foi uma preocupação no processo de atribuição de valor.

Já em relação ao valor histórico, os grupos sociais, cada qual a partir de suas experiências, conferem a determinados objetos o atributo de fornecer informações acerca de fatos históricos. A esses objetos, explica Araújo, são atribuídos o valor histórico que, segundo o autor:

Objetos com valor histórico têm vinculação direta com eventos ou um período específico. Um objeto desta natureza nos leva a pensar na ideia de testemunho, como algo que viveu em determinado momento nos trazendo referências sobre o vivido. Para um objeto ter valor histórico é necessária a existência de informações externas ao mesmo, tal como o evento ou período que deu origem a este valor, que será provavelmente o período da história que teremos mais dados. (ARAÚJO, 2019, p. 83)

O valor de antiguidade, como o próprio nome já sinaliza, diz respeito à idade do bem. O valor de idade, tal qual nomeia Araújo (2019, p. 86), “se refere ao aspecto antigo do objeto. Este deve parecer velho e deve ser mantido desta forma, para que não tenha seu valor depreciado”. Ainda segundo o autor:

O valor de antiguidade está instaurado na experiência comum dos indivíduos, na capacidade de ser apreciado por todos pelo seu aspecto antigo [...]. O valor de idade está fundamentado nos traços de destruição presente nos objetos. [...] O valor de antiguidade manifesta-se no seu aspecto superficial, indo ao encontro da sensibilidade, contrastando totalmente com as obras modernas ou recém-criadas. [...] Podemos dizer que os objetos valorados pela sua antiguidade devem ter sua idade, as marcas do tempo e os fardos da história constantemente ressaltados, pois só assim será garantida sua preservação (ARAÚJO, 2019, p. 86).

O depoimento de um professor do curso de Museologia trouxe à tona um outro ponto que foi considerado na atribuição de valor patrimonial aos objetos aspectos que pudessem despertar o interesse da instituição, ou seja, aspectos peculiares da trajetória institucional, singularidades que a diferencia das demais instituições congêneres:

Todos os materiais que pudessem ser considerados objetos históricos, artísticos e de interesse para a instituição, interesse cultural seriam registrados.

[...]

A gente falava sobre a questão do caráter histórico dos objetos, artísticos e alguns aspectos, vamos dizer, peculiares da instituição. Por exemplo, começou pela Faculdade de Direito, a Faculdade de Direito, em si, o prédio já passou por um processo de tombamento, então contém o prédio e o patrimônio integrado, as escadarias, os ferros, as esquadrias... então isso aí já tinha o registro sobre isso. A gente estava preocupado com esses objetos que poderiam ser tirados de um canto

pro outro, removidos. Então a gente pensou em quais são os objetos, bens móveis que poderiam ser deslocados, e de valores histórico, estético, artístico e alguns que pudessem contar essa dinâmica também da faculdade de direito. Por exemplo, placas, existem placas que, apesar da universidade ter 70 anos, mas é 70 anos de unificação do campus, não é? mas a faculdade de direito já tem 120 anos, que ela é a segunda faculdade, transferida do seminário de Olinda e depois pra Recife, então a trajetória dela é muito maior. Quando você chega lá, você vai encontrar uma placa de “comemoração de 50 anos da turma de 1930”, é uma placa de 1980 lembrando uma turma de 1930. Então, gente, aqui tem um aspecto importantíssimo. E além disso algumas placas que eram feitas eram quase uma obra de arte também, não é a mesma placa que a gente tem hoje, mais simples, que às vezes é em mármore, algumas são em madeira, com rebuscamento, alguns detalhamentos. Então a gente procurou apresentar esses elementos. Mobiliário da mesma forma, vai apresentado o mobiliário dizendo assim: olha, esse mobiliário aqui, ele representa uma fase também da instituição, algumas cadeiras que mostram a experiência também da prática de ensino naquele espaço, então... o salão nobre, ainda tem as cadeiras que tem todo o acolchoamento, com detalhamento, algumas em couro, outras em veludo, [...] algumas mesas que vêm com o FDR, Faculdade de Direito do Recife, têm muitas coisas com essas gravações, encontramos cadeiras que era “diretório da Faculdade de Direito do Recife”, então tinha D.A. FDR, tinha todas essas marcações. [...] Então mostrou também esses detalhes, essas peculiaridades de alguns objetos que acabaram também entrando como objetos a serem tratados nesse inventário. [...] Então esse aí foi o cenário que a gente construiu (Entrevistado (a) nº 3).

Compreendo que este aspecto levantado pelo professor é importantíssimo para a constituição do patrimônio universitário, pois, como já discutido, tal patrimônio tem como uma de suas principais características essenciais justamente o fato de ser representativo de uma dinâmica própria que é a dinâmica universitária, que se distingue de demais formas de organização principalmente no que se refere aos processos de produção e reprodução do conhecimento científico.

Mas, mais que isso, a constituição de um patrimônio cultural universitário socialmente e institucionalmente reconhecido, mais especificamente na UFPE, nossa referência empírica, em uma realidade em que a Universidade sequer conhece a maior parte de seu patrimônio, é um desafio constante, que exige dos agentes interessados o desenvolvimento de estratégias que possibilitem o conhecimento e reconhecimento do patrimônio. Nesse sentido, pudemos perceber que as ações Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE funcionaram, além de seus objetivos específicos, como estratégias de determinados agentes, em especial o curso de Museologia, para se exercer o poder de definir quais os bens que constituirão o patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta desta pesquisa consistiu em analisar a utilização de duas ações, a Rede de Museus e o Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE, como estratégias de alguns agentes com o objetivo de obter o poder de definir qual o patrimônio da Universidade a ser reconhecido institucionalmente. Para tanto, partimos do entendimento de o patrimônio e os processos de musealização e patrimonialização serem processos políticos, permeados por lutas pelo domínio das condições de produção e reprodução do patrimônio. No caso da UFPE, disputas entre agentes que atuam no interior da universidade e que têm interesses perante o patrimônio cultural universitário.

No primeiro capítulo, procurei, ancorado em pertinente referencial teórico, demonstrar que os patrimônios e os processos de patrimonialização são permeados por disputas políticas, pelo poder simbólico de nominar, de definir, de estabelecer quais bens serão chancelados enquanto patrimônio em detrimento de outros. O referencial teórico também me permitiu traçar em linhas gerais uma espécie de trajetória do conceito de patrimônio, desde seus primórdios na sociedade romana da Antiguidade até às ideias mais contemporâneas que, no Brasil, tem como marco legal e institucional a Constituição de 1988, e entende o patrimônio cultural de maneira alargada, levando em consideração as referências e valores que os grupos sociais atribuem aos bens. Esse alargamento possibilita a criação dos novos patrimônios, aonde, ao meu ver, o patrimônio cultural universitário está inserido.

No entanto, ainda há um longo percurso para que o patrimônio cultural universitário seja objeto de condições adequadas de salvaguarda. Isso passa, primeiro, pela mobilização das comunidades interessadas e, a partir dessa mobilização de interesses, passa também pela formulação e implementação de políticas públicas, da ação de agências estatais especializadas, pela formulação e implementação de políticas institucionais no interior de cada universidade e do desenvolvimento de ações como a criação de museus universitários, a elaboração de inventários e de outras ações voltadas para a preservação e promoção do patrimônio universitário.

No segundo capítulo, a análise documental me permitiu concluir que nos últimos anos há uma movimentação de alguns agentes no interior da UFPE que está possibilitando um novo panorama normativo referente ao patrimônio cultural da/na universidade, o que está permitindo a institucionalização de ações voltadas para o patrimônio, tais como a regulamentação dos museus universitários, a implementação da rede de museus e o desenvolvimento do programa do inventário; e permite também vislumbrar a formulação e implementação de políticas institucionais para o patrimônio cultural no âmbito da UFPE.

Estou convencido que a realização de todas essas ações só será possível se houver disposição de agentes em travar as lutas necessárias para viabilizá-las. Na UFPE, a análise documental e das entrevistas me permitiu concluir que há uma mobilização de alguns agentes que têm especial interesse na temática patrimonial e que vêm contribuindo significativamente com o processo que hoje ocorre na universidade no sentido de construir uma política institucional voltada para o seu patrimônio cultural.

Penso que ficou compreendido no decorrer deste trabalho, principalmente na análise das entrevistas, é que, desses agentes que atuam em prol do patrimônio cultural da UFPE, o agente que, vamos assim dizer, exerce um papel predominante, é o curso de Museologia, especialmente pelo trabalho desenvolvido por alguns de seus professores que têm tomado a frente, capitaneado, a maioria das ações que são realizadas, o que tem resultado no reconhecimento, tanto pelos demais agentes envolvidos quanto pela Administração Central da universidade, deste curso como um agente legítimo para tratar das questões relativas ao patrimônio cultural, além da competência conferida pela especialidade da ciência Museológica.

Nesse contexto, cheguei à conclusão que o curso de Museologia, diante da sua atuação protagonista nas ações Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE, utilizou essas ações como estratégia de definição de quais bens irão constituir o patrimônio cultural institucionalmente reconhecido pela universidade, mas também como estratégia de luta pelo poder simbólico e de dominação do campo em disputa, uma vez que tais ações atuam diretamente em processos de musealização e patrimonialização, processos estes que são permeados por atribuição de valores que, como observado no decorrer do trabalho, foram atribuídos, principalmente no programa do Inventário, a partir do ponto de vista não só das comunidades envolvidas, mas também, e com protagonismo, dos professores do curso de Museologia.

Ao concluir que o curso de Museologia utilizou as ações Rede de Museus e Inventário do Patrimônio Artístico-Cultural Tangível da UFPE como estratégia de definição do patrimônio, uma estratégia para definir o patrimônio frente a uma realidade de invisibilidade, de falta de políticas e de ações que levam ao desconhecimento da sociedade em relação a esse patrimônio, tanto pela comunidade acadêmica, que frequenta o interior da universidade, quanto, e em maior medida, os demais setores da sociedade, externos à UFPE.

Diante do exposto, ressalto que ainda há um longo caminho a percorrer. Porém, é inegável que a trajetória já percorrida nos permite vislumbrar um futuro de mais conquistas no trabalho de preservação e promoção do patrimônio cultural no âmbito da

Universidade Federal de Pernambuco, inclusive podendo servir de referência para outras universidades que desejem desbravar esse caminho de descoberta de um patrimônio que está a ser descoberto em salas, laboratórios, prédios, depósitos etc. e que possam traçar as estratégias mais adequadas à realidade de cada universidade pelo Brasil afora.

Este trabalho nem de longe tem a pretensão de encerrar alguma discussão acerca do tema, ao contrário, pretende contribuir com novos trabalhos que possam surgir e, por consequência, com as discussões que, embora recentes, vêm crescendo e apontando para um futuro diferente no trato das questões relacionadas ao patrimônio cultural no âmbito das universidades brasileiras, um terreno fértil a ser desbravado.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015. pp. 67-93.

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e Coleções Universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?** Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação), Orientadora: Maria Helena Pires Martins. Universidade de São Paulo; Escola de Comunicações e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação, São Paulo, 2001.

ARAÚJO, Bruno Melo de. **Entre Objetos e Instituições: trajetória e constituição dos conjuntos de objetos de C&T das Engenharias em Pernambuco**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Orientador: Marcus Granato. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2019.

BORGES, Luiz C. CAMPOS, Marcio D'Oliveira. **Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência**. In ICOFOM LAM 2012: termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral: documento de trabalho do 21º Encontro Regional. Organização Tereza C.M. Scheiner, Marcus Granato, Maria Amélia G. de Souza Reis, Gladys Barrios Ambrocy. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: Pierre Bourdieu: sociologia. Organizador (da coletânea): Renato Ortiz; tradução: Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983a.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Linguísticas. In: Pierre Bourdieu: sociologia. Organizador (da coletânea): Renato Ortiz; tradução: Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983b.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011. (História e Sociedade).

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 11ª edição. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sérgio Miceli. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 13 ago 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em 13 Set 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 13 ago 2020.

CARDOSO, Gustavo. Sociedades em Transição para a Sociedade em Rede. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. Debates Presidência da República. Centro Cultural de Belém, 2005. Disponível em [https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf). Acesso em 04 Jan 21.

CARVALHO, Ana Cristina Barreto de. **Gestão de Patrimônio Museológico: as redes de museus**. Tese (Doutorado em Artes), Orientadora: Elza Maria Ajzenberg. Universidade de São Paulo; Escola de Comunicação e Artes; Programa de Pós-graduação em Artes Visuais: São Paulo, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. v. I. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 6ª ed. Tradução: Roneide Venancio Mitter. Atualização para 6ª edição: Jussara Simões. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2002.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. Debates Presidência da República. Centro Cultural de Belém, 2005. Disponível em [https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf). Acesso em 04 Jan 21.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** Vol. 1: Artes de fazer. 22ª edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo. Ed. UNESP: 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado – 6ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CUTY, Jeniffer. **Museus universitários em rede: do ethos de saberes ao habitus de compartilhar conhecimento com a sociedade**. Anales del seminario de investigación en museología de los países de lengua portuguesa y española, 2., 2010, Buenos Aires. Buenos Aires: Comité Internacional del Icom Para La Museología – Icofom, 2010. p. 221 – 229.

**Declaración de Salamanca sobre el Patrimonio Histórico-Cultural de las Universidades**. Salamanca, 2008. Disponível em [http://umac.icom.museum/wp-content/uploads/2017/05/declaracion\\_SALAMANCApatrimonio\\_2008.pdf](http://umac.icom.museum/wp-content/uploads/2017/05/declaracion_SALAMANCApatrimonio_2008.pdf). Acesso em 18 Nov 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FIOCRUZ. **Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC, 2020. Disponível em

[https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica\\_acervos\\_fiocruz\\_20\\_0.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica_acervos_fiocruz_20_0.pdf). Acesso em 12 Nov 2020.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução: Gênese Andrade. – 4ª ed. 6ª reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. – (Ensaio Latino-americanos, 1)

GIL, Fernando Bragança. Museus universitários: sua especialidade no âmbito da museologia. In: SEMEDO, A. e SILVA, A. C. F. da. **Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2009. Disponível em [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf). Acesso em 13 Set 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, pp. 211-228, jan-jun 2015, FGV: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>. Acesso em 13 Out 2020.

ICOM-BR. **Código de ética para museus do ICOM (International Council of Museums)**. 2009. Versão Lusófona. Disponível em: [http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo\\_de\\_etica\\_lusofono\\_iii\\_2009.pdf](http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf). Acesso em: 12 Nov. 2020.

ICOMOS. **Declaração do México**. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cidade do México: 1985. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em 13 Nov 2020.

LEITZKE, Maria Cristina Padilha; ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis; SILVA, Carlos Eduardo Galon da. **Museus e Acervos: construindo uma articulação em rede na UFRGS**. Salão de Extensão (14.: 2013: Porto Alegre, RS). Caderno de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROEXT, 2013. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/138901>. Acesso em 13 Nov 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu Releitura e reflexões. **Museologia e Patrimônio**, Vol 1, nº 1. Jul/dez 2008: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4/160>. Acesso em 06 set 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf>. Acesso em 05 set 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: 'tematizando' Bourdieu para um convite à reflexão. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, nº 4, p. 48-61, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16363>. Acesso em 05 set 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Patrimonialização e Valor Simbólico: O “Valor Excepcional Universal” no Patrimônio Mundial**. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes. Anais. João Pessoa – PB, 2015. Disponível em

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Patrimonialização-Musealização: a longa trajetória para a categoria Patrimônio Cultural Imaterial**. XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB). Descobrimientos da Ciência da Informação. Desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT). Anais. Salvador – BA, 2016. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3687/2256>. Acesso em 13 Set 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização no contexto interpretativo da interdependência Patrimônio Cultural Imaterial e Material. **XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2017**. UNESP: Marília, 2017. Disponível em [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/158/1015](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/158/1015). Acesso em 06 set 2020.

LIRA, José Tavares Correia de. O patrimônio universitário e os estudantes. In: LIRA, José Tavares Correia de (Org.). **História e Cultura Estudantil: Revistas na USP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Centro de Preservação Cultural da USP, 2012.

LOURENÇO, Marta C. O Patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. **Museologia e Patrimônio** - vol. II nº 1 - jan/jun de 2009. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/45/25>. Acesso em 05 Set 19.

LOURENÇO, Marta C. Patrimônio da Ciência e da Técnica nas Universidades Portuguesas: breve panorama no contexto europeu. In: GRANATO, Marcus. RANGEL, Márcio F. **Cultura Material e Patrimônio de C&T**. Museu de Artes e Ciências Afins – MAST: Rio de Janeiro, 2009.

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo. **A Universidade e seus Bens Culturais: a política de valorização do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Orientadora: Maria do Socorro Souza de Araújo. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2020.

MENDONÇA, Lúcia Glicério. **Museus Universitários e Modernidade Líquida: compromissos, desafios e tendências (Um estudo sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede, Brasil e Portugal)**. Tese (Doutorado em Museologia), Orientadora: Alice Duarte. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Porto, 2017.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “Usos Culturais” da Cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In YÁSIGI, Eduardo. CARLOS, Ana Fani Alessandri. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.) **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MICELI, Sérgio. Introdução: A Força do Sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Portaria Nº 160, de 11 de Maio de 2016. Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN**. Disponível em [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520489](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520489). Acesso em 13 Dez 2020.

MOTTA, Antônio. Atribuir sentido às coisas: de objetos e coleções aos acervos museológicos. **Estudos Universitários, revista de cultura** / [Pró-Reitoria de Extensão da UFPE]. Recife, Vol. 27, n. 8, ago 2011. pp. 109-114.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência Série: **Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN**: v. 3. Ed: Rio de Janeiro: **IPHAN/COPEDOC**, 2008.

NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. **Patrimônio científico nas universidades brasileiras: políticas de preservação e gestão das coleções não vinculadas a museus**. Tese (doutorado em Museologia e Patrimônio), Orientadora: Deusana Maria da Costa Machado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2018.

NUNES, Maria Christina de Medeiros. Inventariando o patrimônio artístico-cultural tangível da UFPE. In: RIBEIRO, Emanuela de Sousa. ARAÚJO, Bruno Melo de. NEWTON JÚNIOR, Carlos. (Organizadores). **Universidade Federal de Pernambuco: Patrimônio Artístico em Exibição**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

PEREIRO, Xerardo. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. **ADRA, Revista dos socios e socias do Museo do Pobo Galego**, nº 1, p. 23-41, Santiago de Compostela, 2006. Disponível em <http://museodopobo.gal/web/uploads/pdf/Revista%20Adra%201.pdf>. Acesso em 05 set 19.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira – São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Vol.II, nº4, mai/jun 2013, pp. 88 – 102. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16366>. Acesso em 13 Out 2020.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Responsabilidade civil do estado sobre o patrimônio cultural de ciência e tecnologia e o patrimônio universitário: análise crítica frente à gestão realizada pela Universidade Federal de Pernambuco**. Recife: UNICAP, 2016. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade Católica de Pernambuco, CCJ, 2016.

RIBEIRO, Maria das Graças. Universidades, museus e o desafio da educação, valorização e preservação do patrimônio científico-cultural brasileiro. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário de Souza. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (Orgs.) **Museus, coleções**

**e patrimônio: narrativas polifônicas.** Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/ DEMU, 2007. pp. 20-47.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar.** São Paulo: Roca, 2006. p.9-15.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação).

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2005. 10ª ed.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educação.** Mai/Ago, 2002, Nº 20. P. 60-70. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqghYyw4mmn5m8pw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 13 Jun 2021.

SILVA, Mauricio Candido da. A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários: Proposição, Pesquisa, Colaboração e Manifestação de Apoio ao Museu Nacional Da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus. **Rev. CPC,** São Paulo, n.27, p.297-309, jan./jul. 2019. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/152250/154741>. Acesso em 13 nov 2020.

TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera. Introdução. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Memória e Novos Patrimônios.** Nouvelle édition [en ligne]. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Tradução: Germana Henriques Pereira de Sousa. Disponível em <http://books.openedition.org/oep/417>. Acesso em 20 Nov 2020.

TORRES, Claudia Felipe. Hacia Una Concepción Integral Del Patrimonio Universitario: el caso de la Universidad de La Habana. In: GRANATO, Marcus. RIBEIRO, Emanuela Sousa. ARAÚJO, Bruno Melo de. (Orgs.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: 2017. pp. 49-82.

TRINDADE, Héglio. Saber e Poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados,** vol.14, nº 40, São Paulo, Set./Dez. 2000. pp 122-133. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142000000300013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300013). Acesso em 14 Mai 2020.

UMAC. Estatutos do Comitê do Conselho Internacional de Museus para Coleções e Museus Universitários (UMAC): Helsinki, 2017. Disponível em <http://umac.icom.museum/governance/bylaws/>. Acesso em 09 Nov 2020.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Paris: 17 de Outubro de 2003. Disponível em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por). Acesso em 23 Set 2020.

UNESCO. **Recomendação de Paris. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural** – Aprovada xpela Conferência Geral da UNESCO em sua décima sétima reunião em Paris. Paris: 16 de novembro de 1972. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em 13 Nov 2020.

UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade.** Paris, 17 de Novembro de 2015. Disponível em <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseuseColecoes.pdf>. Acesso em 13 Jan 21.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Carta do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo.** Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo – Casa de Dona Yayá: São Paulo: 2017. Disponível em [http://umac.icom.museum/wp-content/uploads/2018/05/2017\\_Carta\\_Patrimonial\\_Portuguese\\_USP.pdf](http://umac.icom.museum/wp-content/uploads/2018/05/2017_Carta_Patrimonial_Portuguese_USP.pdf). Acesso em 13 Ago 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Planejamento Estratégico Institucional UFPE: visão, missão, valores, objetivos e tópicos estratégicos.** GAPE Grupo de Apoio ao Planejamento Estratégico da UFPE. Recife: UFPE, 2003. Disponível em [https://www3.ufpe.br/proplan/images/Planejamento\\_Estrategico\\_Institucional-UFPE.pdf](https://www3.ufpe.br/proplan/images/Planejamento_Estrategico_Institucional-UFPE.pdf). Acesso em 06 set 19.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Planejamento estratégico institucional – UFPE.** Recife: UFPE, 2013. Disponível em [https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13\\_27\\_.pdf/02b4e655-63e3-40fe-b285-90bf01186a5d](https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf/02b4e655-63e3-40fe-b285-90bf01186a5d).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Plano de desenvolvimento institucional – PDI 2014-2018..** Disponível em [https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pdi\\_14\\_18\\_of.pdf/28b6c0d5-ed53-4484-9936-1b8a9236e9ec](https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pdi_14_18_of.pdf/28b6c0d5-ed53-4484-9936-1b8a9236e9ec).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco.** B. O. UFPE, Recife V. 53 Nº 092 Especial. Págs. 1-29. 29 de Outubro de 2018. Recife: UFPE, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Regimento geral da Universidade Federal de Pernambuco.** B. O. UFPE, Recife V. 53 Nº 092 Especial. Págs. 29-59. 29 de Outubro de 2018. Recife: UFPE, 2018b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Resolução CCEPE nº 10/2018. Disciplina o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE.** Recife: UFPE, 2018c. Disponível em <https://www.ufpe.br/documents/398575/1231462/Res+2018+10+CCEPE.pdf/61d24110-231b-4d50-8b7a-53624e8b15af>. Acesso em 06 set 19.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Plano de desenvolvimento institucional – PDI 2019-2023.** Disponível em <https://www.ufpe.br/documents/1696523/0/Plano+de+Desenvolvimento+Institucional.pdf>. Acesso em 02 set 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Resolução CEPE nº 16/2019. RESOLUÇÃO Nº 16/2019 02 DE OUTUBRO DE 2019: Dispõe sobre as atividades de extensão e dá outras providências.** Recife: UFPE, 2019. Disponível em [https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Resolu%C3%A7%C3%A3o+16\\_2018+-+Nova+Resolu%C3%A7%C3%A3o+da+Extens%C3%A3o.pdf/8474f718-c88b-4e94-8212-2d1758f0a5e7](https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Resolu%C3%A7%C3%A3o+16_2018+-+Nova+Resolu%C3%A7%C3%A3o+da+Extens%C3%A3o.pdf/8474f718-c88b-4e94-8212-2d1758f0a5e7). Acesso em 02 set 2020.